PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS PARA UMA SOCIEDADE DE DIREITOS

Conselho Federal de Psicologia

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS PARA UMA SOCIEDADE DE DIREITOS

Conselho Federal de Psicologia

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

Coordenação
Conselho Federal de Psicologia

Comissão Organizadora
Conselho Federal de Psicologia – Clara Goldman Ribemboim
Conselho Regional de Psicologia 3ª Região – Mauricio Cana Brasil
Conselho Regional de Psicologia 4ª Região – André Versiani
Conselho Regional de Psicologia 5ª Região – Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Conselho Regional de Psicologia 6ª Região – Sandra Elena Sposito
Conselho Regional de Psicologia 9ª Região – Suse de Araújo Santos e Leonardo de Lima Oliveira

Palestrantes:
Anna Paula Usiel, Berenice Bento
Daniela Murta Amaral, Debora Diniz
Edna Mª. S. Peters Kahhale, Elizabeth Zambrano
Fernando Silva Teixeira Filho, Janne Calhau Mourão
Luan Carpes Barros Cassal, Luis Felipe Rios
Marcelo Tavares Natividade, Marcus Vinicius de Oliveira
Marjorie Marchi, Patricia Porchat
Paulo Roberto Ceccaeili, Regina Facchini
Rosângela Aparecida Talib, Toni Reis, William Siqueira Peres

Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos

Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.pol.org.br

1ª edição – 2011
Projeto Gráfico – Luana Melo/Liberdade de expressão
Diagramação – Fabrício Martins
Revisão – Joíra Coelho/Suely Touguinha/Cecília Fujita

Liberdade de Expressão - Agência e Assessoria de Comunicação
atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br

Coordenação Geral/ CFP
Yvone Duarte

Edição
Priscila D. Carvalho – Ascom/CFP

Produção
Gustavo Gonçalves – Ascom/CFP
Impresso no Brasil em Março de 2011

Direitos para esta edição Conselho Federal de Psicologia SAF/SUL Quadra 2,
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600 Brasília-DF
(61) 2109-0107
E-mail: ascom@pol.org.br
www.pol.org.br
Impresso no Brasil – abril de 2010

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Conselho Federal de Psicologia

Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011.

244 p.

ISBN: 978 85 89208 35 2

1. Sexualidade 2. Movimento homossexual 3. Direitos civis 4. Psicologia I. Título.

HQ21

Plenário promotor do evento

Conselho Federal de Psicologia
XIV Plenário
Gestão 2008-2010

Diretoria
Humberto Cota Verona – Presidente
Ana Maria Pereira Lopes – Vice-Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Secretária
André Isnard Leonardi – Tesoureiro

Conselheiras efetivas
Elisa Zaneratto Rosa
Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras
Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento
Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva
Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache
Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros suplentes
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Conselheiros convidados
Aluízio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia
XV Plenário
Gestão 2011-2013

Diretoria
Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente
Deise Maria do Nascimento – Secretária
Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Conselheiras efetivas
Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte
Aluízio Lopes de Brito
Secretário Região Nordeste
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Secretária Região Centro Oeste
Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste
Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes
Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Márcia Mansur Saadallah
Maria Ermínia Ciliberti
Mariana Cunha Mendes Torres
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Conselheiros convidados
Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

Apresentação

A percepção de todos os 17 Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal (CFP) sobre a importância de socializar experiências, demandas recebidas e dialogar com a categoria sobre as relações entre a Psicologia e a diversidade sexual culminou na realização do *Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*, entre os dias 17 e 19 de junho de 2010, em Brasília. A presente publicação traz os debates realizados ao longo do seminário, com o intuito de difundir a discussão e as ideias que por ali circularam. Ela pretende, também, ampliar o posicionamento crítico da categoria acerca da promoção dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

A defesa dos direitos humanos orienta a ação do Sistema Conselhos de Psicologia. Diversas pautas abraçadas pelo CFP estão relacionadas aos direitos humanos e à consolidação das políticas públicas. Os direitos das pessoas LGBT são uma dessas pautas.

Em 1999, foi aprovada a Resolução nº 1/1999, do CFP, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. A Resolução prevê que a atuação profissional não deve abordar a homossexualidade como patologia, distúrbio ou perversão, mas como uma das sexualidades possíveis. Ela afirma que os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra a população LGBT

Em 2008, o CFP lançou a cartilha "Adoção, um direito de todos e todas", na qual são apresentados, aos psicólogos e a outros profissionais, argumentos necessários e importantes na luta pelos direitos LGBT a respeito do desenvolvimento da criança e do adolescente em lares de pessoas homossexuais ou casais homofóbicos.

Embora a diversidade sexual seja tema proeminente do trabalho da Psicologia e dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia há décadas, o seminário que dá origem a esta publicação foi o primeiro de âmbito nacional realizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia acerca dessa temática. As falas dos palestrantes, os debates entre eles e as questões dos participantes são importantes na construção das formas de enfrentamento à homofobia, no fortalecimento das práticas psicológicas baseadas na inclusão e no respeito às diferenças e, sobretudo, na renovação de apoio e reconhecimento da Resolução 001/ 99.

Boa leitura!

Humberto Verona
Presidente – Conselho Federal de Psicologia

Sumário

Conferência: Diversidade sexual, democracia e promoção de direitos 11
Anna Paula Uziel 13

Mesa: A prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação 25
Luis Felipe Rios 27
Patrícia Porchat 41
Fernando Silva Teixeira Filho 49

Mesa: Desnaturalização das questões de gênero 67
Majorie Marchi 69
Berenice Bento 77
Wiliam Siqueira Peres 89

Mesa: Psicologia, sexualidade, novas configurações familiares e aspectos legais da promoção de direitos 107
Elizabeth Zambrano 109
Janne Calhau Mourão 117
Luan Carpes Barros Cassal 123

Mesa: Psicologia, laicidade e diversidade sexual 131
Debora Diniz 133
Rosângela Aparecida Talib 139
Marcelo Tavares Natividade 145

Mesa: Psicologia, diversidade sexual e políticas públicas 155
Daniela Murta Amaral 157

Mesa: A contribuição dos movimentos sociais na promoção da cidadania LGBT 167
Toni Reis 169
Regina Facchini 179

Mesa: Enfrentamento à patologização e à homofobia: Código de Ética do psicólogo e Resolução CFP 001/1999 199
Edna M. S. Peters Kahhale 201
Marcus Vinícius de Oliveira 217
Paulo Roberto Ceccarelli 229

Conferência: Diversidade sexual, democracia e promoção de direitos

Anna Paula Uziel[1]

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pelo convite, é um prazer estar aqui. Fiquei me perguntando exatamente sobre o que eu falaria, já que Diversidade Sexual é um tema muito amplo. Eu discuto questões ligadas a direitos LGBT há mais de dez anos, mas me dediquei a maior parte do tempo à discussão sobre o tema Homossexualidade e Parentalidade, que é o meu tema de pesquisa. Então, preparar também essa conferência foi um desafio, e nesse sentido eu queria compartilhar um pouco uma coisa que está absolutamente em construção, pensando nos sentidos que isso pode ter. Tomara que cause bons efeitos.

Nós temos um Grupo de Trabalho na reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp) que é o "Psicologia e estudos de gênero", e eu acho bastante interessante ter um GT que aborde essas temáticas. Embora não tenha diversidade sexual no nome, nem sexualidade, esses temas estão presentes. Nós já temos esse GT há três reuniões da Anpepp, então já são seis anos de discussão dessas questões na Anpepp.

Ao olhar o programa deste seminário, eu me lembrei de uma ida a um evento organizado pelo CRP de São Paulo em 2006, em que também estavam presentes o Fernando Teixeira, o Wiliam Peres, o Pedro Paulo Bicalho, a Regina Facchini... Naquela época, comentávamos que éramos sempre nós e nós mesmos; porém, agora, somos os mesmos e muito mais gente. Eu fico muito feliz que a Psicologia finalmente tenha pautado como questões fundamentais as relativas ao debate sobre Gênero e Sexualidade.

Eu não estou dizendo que seja tão recente essa preocupação: temos a Resolução 01/99 há mais de dez anos. Nós ouvimos no evento do ano passado, no Rio de Janeiro, as repercussões da Resolução para além da Psicologia, mas a impressão que eu tenho é que as pessoas estão cada vez mais se filiando a esse debate, e não só nos Conselhos: isso está atraindo mais gente. A Mara Lago, professora da UFSC, uma grande parceira, tem sido responsável por, nos últimos anos, eu inserir o nome da Psicologia em

1 Filósofa, psicóloga, mestre em Psicologia Clínica e doutora em Ciências Sociais, professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora associada no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos

todos os debates que eu proponho sobre Gênero e Sexualidade. Eu defendo a interdisciplinaridade, não tenho dúvida quanto a isso, mas eu acho que a gente precisa convidar, a todo momento, a Psicologia para participar de forma mais intensa das questões ligadas a Gênero e Sexualidade. A Anpepp é um lugar específico da Psicologia, mas nós vamos ao Seminário Internacional Fazendo Gênero e montamos um GT que tenha o nome Psicologia para de fato chamar as pessoas. E assim vai. Eu acho que ela tem razão, e, como o convite é bem específico, eu acho que ele tem um tom.

Eu compartilho com a Cecília Coimbra e a Maria Livia Nascimento quando, apoiadas no Foucault, elas dizem que "não há saber neutro: todo saber é político" (COIMBRA e NASCIMENTO, 2001, p. 246). É preciso que os psicólogos e as psicólogas se posicionem sobre temas que, até bem pouco tempo, não frequentavam as nossas agendas.

Eu fiquei pensando que psicólogos são esses que estão discutindo esse tema. Acho que somos cada vez mais, mas ainda somos poucos. Essa iniciativa do Encontro é absolutamente maravilhosa no sentido de atrair o interesse de mais gente para esse tema.

Passei dias pensando no tom que eu gostaria de dar à minha fala, tentando eleger temas para abordar. Fui visitar o Abecedário de Deleuze para tentar me inspirar e, logo no início do texto, deparei-me com a seguinte colocação: "uma aula quer dizer momento de inspiração, senão não quer dizer nada" (p. 70). Pretensioso, quente, desafiador. Junto a isso, o que ele diz em *Diferença e Repetição*: "só se pensa quando se é forçado". Então, nós fazemos aqui esse exercício.

Suely Rolnik (1993) afirma que, para os geógrafos, a cartografia é um desenho que acompanha e é feito no mesmo tempo dos movimentos de transformação da paisagem. Nessa perspectiva, a autora diz que as paisagens psicossociais também são cartografáveis, e que a cartografia, nesse caso, acompanha o desmanchamento de certos mundos e a formação de outros.

Vou me permitir costurar perspectivas, visitar autores mais e menos comuns da discussão na Psicologia. Vou tentar conectar, em meu percurso, três eixos: Democracia e Direitos Sexuais; Identidade, Diversidade e Diferença; e intervenções da Psicologia nas questões de Gênero e Sexualidade. E quero companhia para me aventurar nessa cartografia.

Partindo do título que me foi proposto – Diversidade Sexual, Democracia e Promoção dos Direitos –, vou fazer minhas as palavras do juiz federal do Rio Grande do Sul Roger Raupp, amigo e grande jurista. Ele diz: "democracia, cidadania e direitos humanos e direitos sexuais [são] bases a partir das quais será proposto o modelo democrático de compreensão dos direitos sexuais que denomino direito democrático da sexualidade" (RAUPP, p.73). Eu vou citar várias vezes o Roger aqui, mas eu queria destacar as contribuições também do Sérgio Carrara e da Adriana Vianna, antropólogos, e da Sônia Correa, que são pessoas que têm discutido bastante, nos últimos anos, a questão dos direitos sexuais.

Assim, eu compartilho da ideia do Roger Raupp de que, cada vez mais, somos sujeitos de direitos, e isso não se resume a pertencer a uma nacionalidade. Apesar dos ganhos obtidos com as lutas de movimentos sociais como o feminista, o LGBT e o da Aids, muitos grupos ainda vivenciam situação de privação e limitação de oportunidades.

Em 2006, uma comissão internacional de juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, em nome de uma coalizão de organizações de direitos humanos, realizou um projeto com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e na identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de direitos humanos nos Estados. Eu estou falando dos princípios de Yogyakarta, e o primeiro princípio, que é o "Direito ao gozo universal dos direitos humanos", diz que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. Os seres humanos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos" (p.11). Em seguida, prescreve o que os Estados devem cumprir para garantir o previsto.

Nessa perspectiva, em 2009, no Brasil, vimos tomar forma o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que "tem como base as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício pleno de cidadania". No plano, consta que, para implementar políticas públicas com mais equidade e que possam efetivamente combater discriminações, pretendendo erradicar a violência, é preciso

garantir os direitos civis da população LGBT, e, para isso, conscientizar politicamente os gestores e fortalecer exercícios de controle social.

O Governo Federal encerrou o ano passado [2009] com o polêmico III Plano Nacional de Direitos Humanos. Para citar apenas rapidamente duas das propostas dessas ações governamentais para gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, entre as muitas que são apresentadas, vou ler rapidamente duas: 241. "Implementar programas de prevenção e combate à violência contra GLTTB" (e é assim que está no plano, porque foi antes da mudança da sigla) "incluindo campanhas de esclarecimentos e divulgação de informações relativas à legislação que garante os seus direitos"; 242. "Apoiar programas de capacitação dos profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e eliminação dos estereótipos depreciativos com relação ao GLTTB".

Como diz, então, Roger Raupp, "desenvolver a ideia de direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos aponta para a possibilidade do livre exercício responsável da sexualidade criando as bases para uma regulação jurídica que supere as tradicionais abordagens repressivas que caracterizam as intervenções jurídicas nesses domínios" (RAUPP, 2006, p.72).

Eu acho que nós podemos aproveitar para chamar atenção ao quanto também a discussão da Psicologia hoje está completamente conectada com a dos direitos humanos. Não há grandes expoentes da Psicologia discutindo os direitos sexuais, mas eu acho que aproveitamos a carona do Roger nessa dimensão dos direitos sexuais como direitos humanos e vamos ver o que a Psicologia tem a dizer sobre isso.

Para problematizar a intervenção estatal eu convoco, então, a Judith Butler quando ela se pergunta "quem pode desejar o desejo do Estado" (2003, p. 233). Esse questionamento se dá em função da afirmação da autora de que os argumentos contra o casamento gay, tema que estaria no rol dos direitos sexuais, por exemplo, são sempre na perspectiva do que o Estado deve ou não fazer. Ou, dito de outra forma, que relações íntimas o Estado deve legitimar? Nesse momento, segundo Butler, "desejo e a sexualidade são despossuídos e deslocados, de modo que o que alguém 'é' e o que o relacionamento desse alguém é não são mais

assuntos privados (...). Através do casamento, o desejo pessoal adquire o anonimato, intercambialidade, torna-se mediado publicamente, e, nesse sentido, um tipo de sexo público [é] legitimado" (2003, p. 234). Quais são as consequências, então, sobre a falta de legitimação do Estado?

> A legitimação tem uma dupla fronteira: é crucial que politicamente reivindiquemos inteligibilidade e reconhecimento; é crucial que politicamente mantenhamos uma relação crítica e transformadora em relação às normas que governam o que irá ou não irá contar como aliança e parentesco inteligíveis e reconhecíveis (BUTLER, 2003, p. 242).

Isso apontaria para uma crítica em relação ao desejo de legitimação. Mas há também que se questionar se o Estado deve suprir essas normas. Que caminhos são possíveis, então, quando se tem como objetivo garantir direitos a uma parcela da população?

É importante recuperar que nos primeiros documentos internacionais a sexualidade foi abordada "a partir da legítima e necessária preocupação com a situação da mulher", derivando do espectro dos direitos reprodutivos para noções de direitos sexuais, e que essa perspectiva "necessita ser alargada para o desenvolvimento de um direito da sexualidade" (RAUPP, 2006, p. 78).

É preciso "postular um direito da sexualidade cujo âmbito de proteção reflita a amplitude da compreensão contemporânea dos direitos humanos e dos direitos constitucionais fundamentais", diz Raupp (2006, p. 81).

E defende ainda este autor: "Direito à liberdade sexual; direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual, direitos à privacidade sexual; o direito ao prazer sexual; direito à expressão sexual, direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações. Estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais de igualdade e da liberdade que regem um direito da sexualidade" (RAUPP, 2006, p. 85).

Embora reconheçamos a importância de marcos legais e acordos internacionais para o estabelecimento de princípios, não são os únicos

artifícios ou as únicas práticas que nos fazem mover. Gostaria agora de por em pauta outras práticas que na micropolítica do cotidiano nos fazem ranger.

Ainda em torno da diversidade dos direitos, "o direito da sexualidade (...) alcançaria identidades, condutas, preferências e orientações as mais diversas, relacionadas com aquilo que socialmente se estabelece, em cada momento histórico, como sexual" (WEEKS, 1986, p. 25 apud RAUPP, 2006, p. 83). Nesse sentido, podemos afirmar que "o direito da sexualidade não pode se esgotar na proteção identitária, seja de que grupo for" (RAUPP, 2006, p. 82). Essa questão da identidade é sempre uma tensão: tensão no movimento social, tensão nos estudos da psicologia como um todo, e eu queria um pouco discutir isso com vocês, algumas linhas do que eu comecei a pensar a partir dessa provocação do seminário.

Embora reconheçamos que a perspectiva identitária ainda é a via pela qual se busca direitos, ela não deve pretender dar conta da luta pelo direito à sexualidade que deve ser perseguida na democracia, como vimos.

Segundo Foucault, a identidade "que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam" (1971, p. 34). Eu sei o quanto essa questão é importante para o movimento social. Não estou de modo algum dizendo que a questão da identidade é um mau caminho – estou dizendo apenas que ela é só um caminho possível; eu queria pensar aqui com vocês que outros caminhos são possíveis.

Joan Scott, no seu texto "Enigma da igualdade", a partir de Anthiny Appiah, afirma que

> exigir respeito a pessoas porque elas são negras ou gays requer que exista alguns padrões para o que seja considerado afro-americano ou desejo sexual pelo mesmo sexo. Haverá formas apropriadas para ser um negro ou um gay, haverá expectativas a serem alcançadas, demandas a serem atendidas. É nesse momento que alguém que leva seriamente em consideração a autonomia poderá perguntar se nós não estamos substituindo uma espécie de tirania por outra (MINOW, 1997, p. 56, apud SCOTT, 2005, p. 14).

É o risco de optar por perspectivas identitárias, mas também é o preço político por prescindir delas.

Para Joan Scott,

> não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e coletivos, das identidades de grupo; posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos (SCOTT, 2005, p. 12).

Sem querer entrar aqui nos meandros das discussões sobre identidade, embora me pareça possível aproximar, por exemplo, a noção de identidade trazida por Stuart Hall das questões formuladas por Guattari em relação à produção de subjetividade, vamos privilegiar um ponto que pode ser um desdobramento dessa preocupação, que é a questão da diferença. Eu vou dizer, com a Guacira Lopes Louro, que "é preciso abandonar qualquer pressuposto de um sujeito unificado que vá se desenvolvendo de modo linear e progressivo" (LOURO, 2004, p. 12). Queremos, então, associar direitos em uma sociedade democrática à diversidade.

O título do seminário fala em diversidade sexual, expressão absolutamente consagrada para se tratar de pluralidade. Porém, em seu uso cotidiano, parece-me que a expressão acaba excluindo exatamente a normatividade, o referente à heterossexualidade que entra como ora visível, ora invisível. Do que se trata, então, essa diversidade? O que queremos captar com essa expressão?

Reencontrei, na confecção desse texto, os *Cadernos de Subjetividade* da PUC de São Paulo publicados nos anos 1990. Em um texto do número dedicado a Deleuze, que acabara de morrer, em 1996, eu li as seguintes questões, que agora faço nossas: "como inventar os meios para se pensar em movimentos e acontecimentos? Como apreender o que se mexe, gera, foge, devém, inventa, desliza, surge... em vez de contemplar o que é supostamente

fixo e notável, eterno, estável, imóvel? (DROIT, 1996, p.64). Eu acho que a Psicologia nos propõe esse desafio pela frente: o de tentar pensar como é que captamos os movimentos sem aprisioná-los. Se nós pensarmos nas questões de identidades sexuais e identidades de gênero, na questão da pluralidade da diversidade sexual, nós nos colocamos esse desafio.

Quando falamos em diversidade sexual, apontamos para variadas figuras. Entre elas, algumas que poderíamos identificar como nômades, e os nômades estão sempre no meio. Quando pensamos, por exemplo, na travestilidade, a transexualidade, quando estamos falando de trans, nós estamos falando de identidade, de movimento? Do que estamos falando afinal? Gayle Rubin fala do fascinante "sonho de uma sociedade andrógena e sem gênero (mas não sem sexo), em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz, ou com quem cada um faz amor" (RUBIN, 1975, p.22).

Por que não pensar que gênero e sexualidade guardam a inconstância de tudo que é histórico e cultural, e que, por isso, às vezes, escapam e deslizam? Sandra Azeredo, num texto recente que acaba de sair na *Revista Estudos Feministas*, diz que "gênero implica encrenca, sobretudo para a Psicologia, que é uma área disciplinar, e gênero, segundo Judith Butler, exige um discurso inter e pós-disciplinar para resistir à domesticação acadêmica" (AZEREDO, 2010, p. 175). Eu acho que ficou muito claro esse diálogo nosso com os movimentos sociais; eu acho que a gente mostra um refresco com relação a isso.

> Não por acaso nossa formação psi tem sido atravessada pelas crenças em uma verdade imutável, universal, e, portanto, a-histórica e neutra; numa apreensão objetiva do mundo e do ser humano; em uma natureza específica para cada objeto, e uma identidade própria de cada coisa e nas dicotomias que, por acreditarem nas essências, produzem exclusões sistemáticas" (...) "Tais crenças que atravessam, constituem e estão presentes em nossas práticas cotidianas, ao mesmo tempo estão sendo fortalecidas e atualizadas por essas mesmas práticas. Por isso, são tão freqüentes no mundo e, em especial, no psi os binarismos que opõem objetos, conceitos, territórios como teoria e prática, saber e poder, indivíduo e sociedade, macro e micro, interior e exterior, psicologia e política, dentre outros (COIMBRA e NASCIMENTO, 2001, p. 247).

Então, nesse sentido, eu acho que o gênero é um bom dispositivo para ajudar-nos a desarrumar um pouco, e a sexualidade também.

Como produzir, então, fazeres psi que não reproduzam a ideia de que se "tornar parte da cultura significa ter superado, através dos mecanismos de diferenciação de gênero, este tabu [complexo de Édipo] e alcançado tanto a heterossexualidade normativa como a identidade de gênero distinta"? (BUTLER, 2003, p. 247). A matriz heterossexual determina os padrões e, paradoxalmente, como diz Guacira Louro (2004), as transgressões.

Gostaria, agora, de inserir mais alguns elementos nesse desafio que estamos construindo com o objetivo de escapar de aprisionarmos sexualidades. Vou utilizar algumas figuras descritas por Foucault, por exemplo, n'*Os Anormais*. Na aula de 22 de janeiro de 1975, ele descreve duas figuras, que são a do monstro e a do indivíduo a ser corrigido. Acho que nós caímos, como psis, muito facilmente nessas armadilhas de aprisionar as pessoas nessas figuras.

O que ele define como monstro? "O que define o monstro é o fato de que ele constitui em sua existência mesma, em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas das leis da natureza. (...) O monstro é o que combina o impossível com o proibido" (FOUCAULT, 1975, 69/70). Além dessa noção de monstro, ele desenvolve também não só nessa aula, mas também em outras aulas d'*Os Anormais*, o conceito do indivíduo a ser corrigido, o que eu acho que é pauta da Psicologia.

Diz Foucault: "O contexto de referência é a família, o monstro é uma exceção, o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno corrente, é um sujeito incorrigível" (p. 70). Acho que a gente está aqui talvez num grupo de pessoas que estão pensando ou repensando determinadas práticas psi, mas pelo Brasil afora encontramos diversidade, não necessariamente a diversidade que a gente quer saber que existe.

Em que medida escapamos, com as nossas ações, dos confinamentos nessas figuras, seja na prática clínica, no hospital, na Psicologia Jurídica? A vida, como afirmam Deleuze e Guattari (1995) no volume 1 de *Mil Platôs*, é composta por "direções flutuantes que não remetem a uma unidade, nem a certezas". Acredito que é nessa perspectiva que a Psicologia tem a contribuir com o debate sobre diferenças, sexualidade,

direitos e democracia, e a contribuição passa por um rigor. E aí convoco Suely Rolnik quando ela diz que o

> rigor aqui é mais na ordem de uma posição antológica do que metodológica, intelectual ou erudita: é um rigor ético/estético/político. É ético porque não se trata do rigor de um conjunto de regras tomadas com um valor em si (um método), nem de um sistema de verdades tomadas como um valor em si (um campo de saber): ambos são de ordem moral. O que estou definindo como ético é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor, assim como as regras que se adotou para criá-las, só têm valor enquanto conduzidas e exigidas pelas marcas. Estético porque esse não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo de um saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento como numa obra de arte. Político porque este rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir. (ROLNIK, 1993, p. 245).

Eu acho que é esse o esforço que enfrentamos quando nos reunimos aqui.

Judith Butler insiste na tese de um poder produtivo que hierarquiza nossos corpos segundo o ideal heteronormativo. Tais corpos só adquirem legitimidade e são considerados plenamente humanos ao se conformar a esse modelo, ao passo que aos corpos desviantes resta a adequação via normalização – muitas vezes por meio de dispositivos médicos e/ou psicológicos – ou a marginalização, de modo a servirem como parâmetros para a normalidade da qual estão de fora. Como afirma a Donna Haraway, "os monstros sempre definiram na imaginação ocidental os limites da comunidade" (2000, p. 105).

Em sua afirmação de vida, gays, lésbicas, travestis, transexuais e mulheres de diferentes localidades, nacionalidades, raças e etnias parecem servir como limite da normalidade daquele local que é perigoso visitar, ou seja, daquilo que não se deve ser ou tocar (LOURO, 2004), e o

qual muitas vezes é reforçado por concepções e práticas psicológicas que primam por qualificações patológicas e propostas de correção dos supostos desviantes (LOPES et al., 2010). Queria propor pensarmos diversidade ou diferença a partir do que a Guacira chama de fronteira, porque ela identifica como lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto.

Para encerrar, então, eu vou apostar com o mágico do filme *Bye Bye Brasil*, citado por Guacira Lopes Louro, no seu maravilhoso livro *Um corpo estranho*. Ela reproduz uma frase do mágico que diz que "a gente só se equilibra em movimento".

Obrigada.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1), p.175-188, jan.-abr. 2010.

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças e NASCIMENTO, Maria Livia do. O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. **Psicologia.: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 17, n. 3, p. 245-248, set.-dez. 2001.

FOUCAULT, Michel (1971) Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 15-37.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Princípios de Yogyakarta, 2006.

ROLNIK, Suely (1993) Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, v.1, nº 2, p. 241-251, set.-fev.

RUBIN, Gayle (1975). **O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo**, mimeo. Tradução: SOS-Corpo, Recife, 1993.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, p. 11-30, jan.-abr. 2005.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso

RAUPP, Roger. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul.-dez. 2006. Também disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a04v1226.pdf

Mesa: A prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação

Luis Felipe Rios [2]

> Os intelectuais na sociedade democrática constituem uma comunidade de críticos culturais, mas os psicólogos raramente se viram assim. Em grande parte, porque ficaram aprisionados à autoimagem gerada pela ciência positivista. Nessa perspectiva, a Psicologia lida apenas com verdades subjetivas e evita a crítica cultural. Mas até a Psicologia Científica se arranjará melhor quando reconhecer que a suas verdades, como todas as verdades acerca da condição humana, se referem ao ponto de vista que toma sobre tal condição.
>
> Jerome Bruner[3]

Para minha fala, vou usar dados advindos de três pesquisas que realizei nos últimos dez anos. Também farei uso de reflexões de base psicanalítica que advêm da minha prática como supervisor de estágio em Psicoterapia Infantil e de discussões que tiveram espaços nas disciplinas da área de clínica que ministro na universidade.

A primeira pesquisa, desenvolvida no Rio de Janeiro entre 2000 e 2004, originou minha tese de doutorado[4], em que discuti a questão juventude e homossexualidade, e em que as questões do recorrer à Psicologia foram se fazendo presentes ao longo das entrevistas. A segunda, realizada em Recife entre 2005 e 2006, foi uma pesquisa que fiz logo que entrei na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde eu tentei compreender como os psicólogos que lidavam com a psicoterapia infantil pensavam a questão da homossexualidade na infância e na adolescência[5]. Por fim, a terceira pesquisa, realizada entre

---

2 Psicólogo clínico, doutor em Saúde Coletiva, professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

3 BRUNER, J. *Actos de significado*. Lisboa: Edições 70, 1990.

4 RIOS, L. F. O *Feitiço de Exu - Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

5 Projeto "Homofobia e sofrimento psíquico: a resposta da psicologia clínica à homossexualidade". Desenvolvido com apoio do CNPq, processo 401406/2004-0. Para mais informações sobre ela, cf. RIOS, L. F. e NASCIMENTO, Í. F. Homossexualidade e Psicoterapia Infantil: possibilidades e desafios para a construção dos direitos sexuais na clínica psicológica. Revista de Psicologia Política. 7 (13), 2007. Recuperado em 6 de outubro de 2008 de http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=36&layout=html.

2005 e 2010, é uma pesquisa multicêntrica que teve campo no Rio de Janeiro e em Recife, Porto Alegre e São Paulo, onde nós tentamos reconstruir a história do modo como católicos, evangélicos e afro-brasileiros enfrentaram a epidemia de HIV/Aids[6]. Nela, nós também pudemos entrar em contato com as questões de homossexualidade dentro das religiões.

Um primeiro ponto que nós precisamos considerar, antes de começar a discussão, é o que eu tenho chamado de homofobia generalizada. Nós vivemos numa sociedade, e já dizia Michel Foucault[7], que, desde a emergência da burguesia, elegeu o sexo como o lugar de dizer a verdade das pessoas. E isso vai se fazer na sociedade ocidental a partir da heteronorma que se diz pelo sistema de sexo-gênero e que pede por alinhamentos de gestualidades, adereços e sotaque – o modo como eu tenho tentado caracterizar o que alguns chamam de "performance de gênero" – na inter-relação com sexo, desejo, posições sexuais (insertivo/receptivo). Os autores-chave para pensarmos nisso são Gayle Rubin[8] e Judith Butler[9]. Eu creio que esses nomes serão recorrentemente citados aqui ao longo desse seminário.

O modo como a heteronorma apreende as homossexualidades será matizado em diferentes espaços da sociedade brasileira. Quando a família ou a própria pessoa, na infância e/ou juventude, depara-se com questões que são remetidas às de homossexualidades, recorre a instituições ou pessoas que ofertam algum tipo de terapia, em busca de ajuda para lidar com o sofrimento. Porque esse alinhamento entre gênero, desejo e sexualidade – alinhamento esse que, por exemplo, dita

---

6 Projeto Respostas Religiosas ao HIV/Aids no Brasil financiado pelo U.S. National Institute of Child Health and Human Development (1 R01 HD05118). Coordenador principal: Richard Parker (Columbia University) e realizado no Rio de Janeiro (coord. Veriano Terto Jr./Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids); São Paulo (coord. Vera Paiva/Universidade de São Paulo); Porto Alegre (coord. Fernando Seffner/Univ. Federal do Rio Grande do Sul) e Recife (coord. Luis Felipe Rios/Univ. Federal de Pernambuco). O conteúdo aqui apresentado é de inteira responsabilidade do autor e não representa a posição oficial do Eunice Kennedy Shriver National Institute of Child Health and Human Development ou do National Institutes of Health. Informações adicionais através do site www.abiaids.org.br.

7 FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal, 1993.

8 RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDIR, P. & SCHNEIDER, B. (org.) *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader.* London: Routledge, 1998.

9 BUTLER, J. *Cuerpos que importan.* Barcelona: Paidós, 2002.

que um homem "ajustado" deve ser aquele que tenha performances corporais que remetam preponderantemente à masculinidade como definida culturalmente, que deseje mulheres e se utilize das práticas sexuais comumente concebidas como próprias à heterossexualidade/masculinidade – situa o modo das pessoas pensarem o sujeito. À medida que a criança ou o jovem começa a se mostrar diferente do esperado para um homem ou uma mulher, a família assustada vai buscar por estas instituições ou pessoas que ofertam ajuda.

O que eu observei na pesquisa da tese, quando eu pedi aos jovens que falassem de suas trajetórias sexuais, é que eles recorrentemente diziam que a Psicologia e a religião foram as principais instâncias de oferta de cuidado procuradas. Por isso eu estarei trazendo estes dois campos, para nós pensarmos esses itinerários terapêuticos e o modo como, nesses itinerários, a pessoa é "cuidada". Para iniciar a discussão, trarei fragmentos da trajetória de vida de Saulo (o nome é fictício).

Na infância, ele foi pego com mais dois colegas numa brincadeira sexual no banheiro da escola. Isso gerou um pânico moral dentro da escola, a diretora foi chamada, a psicóloga da escola foi acionada e ele foi encaminhado para a psicoterapia. Ele e os dois colegas. Saulo também passou por vivências de abuso sexual na infância. No entanto, quando ele vai descrever a sua trajetória de vida, essa vivência do abuso tinha menos impacto, em termos de sofrimento, do que o fato de ter sido estigmatizado como homossexual ao longo da vida escolar. Porque ele não pôde sair dessa escola: ele continuou nela até finalizar o Ensino Médio e lá era apontado recorrentemente como a "bichinha".

O que é interessante é que essa cena da brincadeira sexual vai ter uma infinidade de interpretações a depender dos atores que entraram em contato com ela: a escola percebeu o acontecido como comportamento inadequado; a família, que tinha passagem pelo candomblé, mas,cujo pai tinha se convertido para a religião evangélica, percebeu tudo aquilo como provocado pelo feitiço do ex-pai de santo; e a psicóloga que atendeu as crianças em terapia informou, tanto para Saulo como para a família, que aquele comportamento era natural.

De certa forma, nesse contexto, a psicóloga, que estava usando de uma perspectiva de naturalização da sexualidade, conseguiu dar certo apoio, certa estabilidade ou sustentação para uma infinidade de

conflitos afetivos que estavam surgindo quando Saulo relia a vida dele. Só que nem sempre os psicólogos atuam deste modo, e nós poderemos discutir isso ao longo da apresentação.

Vale abrir um parêntese para dizer que, em geral, quem está discutindo esse campo da sexualidade numa perspectiva mais emancipatória, que reconhece os contextos e a construção da sexualidade, tem enfatizado a perspectiva epistemológica construcionista como a mais promissora, em oposição à do essencialismo[10]. Mas, de propósito, tomarei aqui algumas falas que, embora localizem a sexualidade e a homossexualidade como coisas construídas, partem, a partir desse princípio, para uma atuação que, embora seja descrita como cuidadora, não é tão cuidadora assim. Do mesmo modo, tratarei de outras cenas, como a da psicóloga descrita por Saulo, que, embora naturalizasse a homossexualidade, conseguiu ser, por um bom tempo da vida dele, a única referência positiva para o que vivia.

Além de embaralhar natural e construído de propósito, eu vou trazer conjuntamente teorias/práticas religiosas e teorias/práticas científicas como formas de lidar com o sofrimento referido às homossexualidades. Depois, vou tentar fazer uma discussão sobre a singularidade de cada um desses fazeres, e justificar por que penso que estes dois campos devem continuar distintos (ou, pelo menos, quando se trata das questões religiosas do terapeuta) no momento de se oferecer ajuda psicológica a alguém, seja no que se refere à homossexualidade, seja em toda e qualquer demanda por ajuda. As duas supracitadas linhas de apreensão teórica da homossexualidade vão ocorrer tanto na religião como na Psicologia.

Em relação aos que dizem o que é ou não é natural, no ponto de vista da ciência, os psicólogos vão se utilizar de um campo maior de discussão sobre a homossexualidade: eles vão dizer que a causa da homossexualidade vai estar nos hormônios, nos genes, nas más formações de órgãos e por aí vai.

No ponto de vista da religião, esse natural é percebido como a carne, a categoria cristã que vai localizar o desejo sexual, e também, para algumas denominações (religiões afro-brasileiras e evangélicas pentecostais), um conjunto de entes espirituais que estarão, de alguma

---

10 Para aprofundar o debate sobre construcionismo/essencialismo, cf VANCE, C. Social Construction Theory: Problems in the History of Sexuality. In: ALTMAN, D. et alii. (ed.) *Homosexuality, Which Homosexuality?* Londres: Gay Men's, 1989.

forma, mobilizando a pessoa. São esses os dois principais fatores que, do ponto de vista religioso, conduziriam a pessoa à homossexualidade.

Localizar como natural não significa, do ponto de vista prático, que a homossexualidade vá ser percebida como algo ruim. Na verdade, quando nós fazemos a leitura da psicóloga de Saulo, ainda que ela percebesse aquilo como natural, ela conseguiu, a partir desse entendimento, construir uma perspectiva cuidadora, no sentido pleno, sobre o sofrimento que estava sendo experimentado por ele.

Na primeira e na última das pesquisas, nós também percebemos isso em relação aos pais e mães de santo do candomblé, os quais também entendem a homossexualidade como da natureza da pessoa, intrínseca (não é algo que se constrói, mas algo com que já se nasce, como uma orientação), mas que também conseguem fazer um acolhimento cuidador sobre esse sofrimento experimentado por pessoas com práticas homossexuais – uma das razões para a forte presença de homossexuais no candomblé.

Por outro lado, nós também podemos, a partir deste mesmo princípio, chegar a tratamentos que consideram a homossexualidade como estado doentio do organismo e da alma, que pede por alguma intervenção no sentido de correção. Nessa perspectiva, nós temos, por exemplo, os católicos. É muito curioso o modo como eles descreveram, ao longo dos relatos obtidos na última pesquisa que nós realizamos, essa questão. Localizando o "homossexualismo" (sic.) como uma tentação, o grave não é sentir o desejo, porque todos nós somos sujeitos à carne, todos temos uma infinidade de desejos que podem nos desviar do caminho traçado por Deus.[11] A questão é a prática homossexual. Então, eles têm denominado o "homossexualismo" como esse desejo, e o problema da expressão, da realização desse desejo como "homossexualidade" (sic.). De certa forma, os padres entrevistados invertem o que nós, num campo da ciência, hoje, temos pensado em termos desses nomes, de como utilizá-los. Nós temos abolido o termo "homossexualismo", porque o "ismo" remete a doença, e preferido "homossexualidade", que remete à expressão da sexualidade.[12]

---

11 RIOS, L. F., PARKER, R. e TERTO JUNIOR, V. Sobre as inclinações carnais: inflexões do pensamento cristão sobre os desejos e as sensações prazerosas do baixo corporal. *Physis*, 2010, vol.20, no.1, p.195-217.

12 Para aprofundar a discussão sobre homossexualidade entre católicos, vide RIOS, L. F.; AQUINO, F. L.; COELHO, D. H.; OLIVEIRA, C.; ALMEIDA, V.; PARKER, R. Masculorum concubitores Views on homosexuality among Catholics in Recife, Brazil. *Vibrant (* 7), Florianópolis, 2010, pp. 25-53.

E aí, também, eu localizo, dentro do campo de entendimento da homossexualidade como natural, por exemplo, os evangélicos que Marcelo Natividade estudou[13]. De certa forma, esses "agentes demoníacos" que se aproximam da pessoa são concebidos como da natureza espiritual, ainda que do lado obscuro; mas eles também são percebidos, de certa forma, como naturalizados. Alguns pais e mães de santo da umbanda também compartilham dessa perspectiva, associando a homossexualidade masculina à influência de entidades femininas, em especial, de Pomba Gira.

Numa outra perspectiva, nós temos religiosos e psicólogos que vão situar a homossexualidade como algo construído. De propósito, e para confrontar o princípio epistemológico pelo qual eu próprio me guio, vou acentuar aqui as falas que, ainda que percebam a sexualidade como construção social, pensam a homossexualidade como algo negativo e atuam no sentido de mudar a orientação sexual rumo a heterossexualidade.

Do lado religioso, nós temos, por exemplo, o discurso do Movimento Pela Sexualidade Sadia – Moses, e aqui eu tomo um fragmento discursivo de Jose Sataloni, uma de suas principais lideranças:

> A influência maligna existe como em qualquer outro pecado, pois Jesus disse que o diabo é mentiroso e nunca se firmou na verdade (Jo 8.44). A homossexualidade é uma mentira dentro dos propósitos maravilhosos de Deus para a sexualidade humana. (...) O psiquiatra John White traz uma informação esclarecedora sobre a questão: "Até agora, a ciência buscou em vão uma causa física para a homossexualidade"(...). Se não existem provas de que o homossexualismo seja de ordem biológica, devemos questionar, então, quais são os fatores que levam uma pessoa à homossexualidade. Ankerberg e Weldon falam da ausência de fatores orgânicos e a realidade de que **homossexualismo é um comportamento aprendido**. (...) **Cientistas do comportamento humano, conselheiros e terapeutas de ex-homossexuais têm quase a mesma opinião sobre as causas do homossexualismo: a maioria dos homossexuais teve problemas na área familiar**.[14]

---

13 NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Rev. bras. Ci. Soc.* 21(61), 2006.

14 SANTOLIN, J. *O que é homossexualismo*, S/D. Retirado em 13/4/2005, do MOSES no World Wide Web http://www.moses.org.br/artigos/mostra_artigo.asp?ID=30.

Nós percebemos como a religião se apropria, nesse caso, da Psicologia,e das teorias das ciências do comportamento de um modo geral a partir de uma perspectiva construcionista. Só que o problema é que, na avaliação do comportamento, a homossexualidade é vista como um problema em si, pois é um desvio do estabelecido pela divindade, conforme os parâmetros morais do grupo. E, se é construído, pode ser desconstruído.

Do lado da Psicologia, chamou-me a atenção como psicólogos também se apropriam da perspectiva psicanalítica, na ideia do desejo sexual como construído ao longo da vida, e, avaliando a homossexualidade a partir da moral sexual heterossexista, propõem-se a mudar a orientação sexual de seus clientes. Como exemplo, tenho o relato da psicoterapeuta Luziara (o nome é fictício):

> **Acho que, o que aparece na adolescência (...), a homossexualidade, mas não como, necessariamente, a perversão propriamente dita, ou a prática homossexual propriamente dita; mas a homossexualidade latente, que todo mundo tem, e que na adolescência tá muito mais à tona.** (...) é a noção de bissexualidade, que Freud fala, quando fala de sexualidade, né? Que ele diz: 'Todos somos bissexuais'. (...) Não no sentido de práticas bissexuais, necessariamente, mas, quer seja um homem, seja uma mulher, tanto o homem quanto a mulher, o ser humano traz a possibilidade de ser homo ou ser heterossexual. (...) Na verdade, ser homem ou ser mulher depende das identificações que o sujeito vai fazer ao longo da vida. Então, é isso que vai determinar uma escolha, né? Existe sempre uma homossexualidade latente, né? (...) Então, na minha leitura, na minha escuta, dentro dessa escuta psicanalítica, a escolha sexual não é definida pelo aspecto biológico. (...) se eu for fazer uma escolha heterossexual, a identificação tem que ser predominantemente feminina, o que não que dizer que não haja traços de identificações masculinas também. **(...) E só atendendo o paciente em particular é que você pode entender o que na história daquele sujeito singularmente contribuiu para ele tornar-se homossexual, né? Ou não! Agora, teoricamente, de modo geral, a questão das**

> **identificações é uma questão fundamental, né? Para essa definição da identidade sexual, que é uma coisa que vai ser afirmada, que vem sendo construída desde sempre, mas que vai ser afirmada na adolescência.** (Luziara)

Muitos caminhos podem ser explorados a partir desse fragmento de relato. Um, por exemplo, é o da recorrente associação, muito direta, entre identidade de gênero e desejo sexual, que observei sendo feita entre várias de minhas entrevistadas de orientação psicanalítica. Mas o que eu queria realmente enfatizar hoje é a categoria perversão, recorrente no relato de Luziara, e da maior parte das psicólogas de base psicanalítica entrevistadas. Aliás, é a própria noção de perversão que, de certo modo, vai valorar algumas formas contra-hegemônicas de agenciar sexo-gênero-desejo como antinaturais.

No relato acima transcrito, vemos Luziara dizer como é que a homossexualidade se constrói e, depois, emitir uma série de juízos de valor sobre a homossexualidade. Pautada na psicanálise, tira o *telus* da sexualidade da ordem da natureza, do instinto sexual, e o restitui, no plano da cultura, à pulsão**.**

É claro que, para Sigmund Freud, foi muito importante tomar a perversão para construir a teoria dele. Aquilo que se chamava "perversão sexual" era justamente a prova empírica de que a sexualidade era construída, e ofereceu o caminho para ele chegar a um dos conceitos mais caros à psicanálise: o conceito de pulsão. Mas não podemos deixar de lembrar que perversão é uma categoria oitocentista carregada de moralismo.

E Freud não abandonou a noção, mas a incorporou, dentro de seu esquema conceitual, como uma estrutura psíquica. Utilizando uma noção que vem de Gayle Rubin[15], quando nós fazemos uma leitura do inconsciente teórico da psicanálise, nós percebemos que a noção de perversão está marcada pela ideia de anormalidade e fundada na matriz heteronormalizante, onde o desejo sexual socialmente bom, altruísta, deve se orientar para o outro sexo, visando a reprodução da espécie. Uma noção, que, conforme Jurandir Freire Costa[16], atendia às prerrogativas da burguesia emergente.

---

15 RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo.* Recife: SOS Corpo, 1993.

16 COSTA, J. *A face e o verso.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Nós encontramos isso em Freud nos *Três ensaios...*[17]. Então, é como se ele dissesse: "Olha, tudo bem. Somos seres de desejo, mas no final das contas, todos têm de direcionar sua pulsão para o socialmente útil...". Para a sociedade burguesa da época, o útil era colocar a reprodução biológica a serviço da reprodução social.

Claro que, como mostra Jurandir Freire Costa, Freud falou muitas coisas sobre homossexualidade, suas posições foram mudando à medida que acumulava reflexões. No entanto, esse tipo de articulação, que remete a homossexualidade ao campo da anormalidade, do antinatural, continua presente nos relatos das psicólogas de base psicanalítica contemporâneas, como no de Marina (nome fictício):

> [Aí tu falou de um caso que tu teve, de homossexualidade na clínica...] Foi, mas foi no hospital, né? Ela era homossexual e ela me trazia de uma forma muito natural, falava lá da companheira dela, e a princípio assim me chocou, né? Foi o primeiro caso que eu tive. Chocou, mas depois me acostumei, né? Ela passou dois anos comigo, me acostumei. E quando ela falava da namorada, **era como se fosse um casal normal**, de heterossexual. (...) Olhe, eles (os homossexuais) sofrem muito. Por conta da recriminação, né? A sociedade recrimina, discrimina o homossexual, de uma maneira geral. Agora mesmo a gente teve um caso na novela, né? Um caso de um rapaz. E a gente via a sociedade toda recriminando, e é uma coisa que hoje em dia a gente vê tanto! É tão comum, né? **Mas a sociedade não aceita, porque vai realmente contra as leis, vamos dizer, da natureza, né? Agora, que eles sofrem, sofrem!**

E, mais uma vez, do mesmo modo que no discurso do Moses, se a homossexualidade é valorada como ruim e é concebida como construída ao logo da vida, então o desejo sexual da pessoa pode e deve ser remodelado:

---

17 FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

> Eu atendi um menino na clínica [com] que[m] acontecia isso: o pai era um pai omisso, e um marido omisso também, e um dia eu perguntei a esse menino... Foi um caso lindíssimo; e eu sempre procurando fazer com que ele descobrisse nesse pai alguma coisa que, assim, vamos dizer, fascinasse esse menino pelo pai. (...) E ele sempre enchia a mãe de qualidades. Ele falava: 'minha mãe é corajosa, minha mãe é isso, minha mãe é inteligente, me defende...' Ele fazia desenhos maravilhosos, tem um desenho dele lindo, que é uma fera defendendo os filhotes. (...) E um dia eu perguntei: 'mas me diga, hoje você falou todas essas coisas maravilhosas da sua mãe, e do seu pai, o que que você me diz?' O menino respondeu: 'a única coisa positiva que eu vejo no meu pai é ele ser torcedor do Sport (time de futebol local)!' Então imagina? Então, meu trabalho durante seis anos, de terapia pesada, semanal, foi resgatar esse laço com o pai, não consegui totalmente, **mas pelo menos esse menino não partiu para o homossexualismo**. (Marina)

O que nós observamos é que os aspectos essencialistas resistem lá mesmo nas teorias construcionistas. Eu lembro mais uma vez da Carol Vance, que promove essa discussão; ela diz que, no campo construcionista, não há um consenso sobre o que de fato é construído, se são as identidades, se são as práticas, se são os desejos. Para as psicólogas psicanaliticamente embasadas que escutei, da mesma forma que para o Moses, o que resiste como essência é a mesma matriz heterossexual.

Então, o que eu acho é que mais importante do que pensar que o construcionismo é a saída para o debate que nós temos estabelecido talvez seja localizá-la em outro lugar, não propriamente teórico, mas naquele que propicia a construção de princípios ético-políticos para regular as práticas profissionais que se propõem à oferta de cuidado ao ser humano que sofre. Em outras palavras, a questão é menos da ordem de entender qual é a causa da homossexualidade e mais do entendimento do seu valor na ordem do mundo.

Para alimentar essa discussão, nós podemos resgatar um livro que eu acho que é chave para construir uma resposta psi à homofobia, que é o livro *A inocência e o vício*, também do Jurandir Freire Costa[18]. Nessa obra, o autor vai argumentar que os projetos de felicidade das pessoas

18 COSTA, J. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

com práticas homossexuais em nada ameaçam o contrato social. É a partir dessa avaliação ético-política que precisamos nortear nossas ações como psicólogos. E aí eu não vou falar em nome dos religiosos e nem para os religiosos, porque não tenho essa pretensão, mas na qualidade de psicólogo eu posso chamar meus pares para assumir esse lugar crítico, que remete ao chamamento de Jerome Bruner na epígrafe desta apresentação.

Tomando como exemplo a psicoterapia, é importante lembrar que o mais importante instrumento de trabalho do psicólogo é ele mesmo. E se a pessoa-psicólogo é religiosa, não há como deixar essa dimensão da pessoa de fora do trabalho. O que se precisa lembrar é que, quando a psicoterapia se faz método clínico de conhecimento – que se institui na contemporaneidade entre intervenção-pesquisa perante um sujeito que demanda ajuda para um sofrimento –, este prevê recursos para que o sujeito-psicólogo lide com o fato de que a experiência terapêutica afeta ambos – cliente/terapeuta – e, sobretudo, que, no encontro clínico, a moralidade que constitui o terapeuta será acionada, virá inevitavelmente à tona: a ideologia político-partidária, o modo como lida com as relações de gênero e raciais, e, dentre outras tantas questões, o que a religião do terapeuta diz sobre o sofrimento que lhe é apresentado pelo cliente.

Nós não podemos pensar que, quando nós entramos no *setting*, nossa prática será objetiva e neutra, a princípio. Ou ainda, o que é pior, que a nossa moralidade é a melhor moralidade para o nosso cliente. Tudo isso vai se atualizar nas nossas intervenções. Mesmo no nosso "hum hum!". Às vezes acho que é esta a mais importante intervenção na prática clínica – o "hum hum" –, porque é a menos refletida, e a mais usada para fazer falar; ainda assim, em um "hum hum", pode-se conduzir um caminho, porque o psicólogo, querendo ou não, está num lugar de suposto saber.

Existe uma variedade de modos de se realizar a análise das implicações que nos constituem. Cada abordagem tem o seu. Na psicanálise, meu marco teórico-metodológico para atuação, a ferramenta para lidar com tudo isso é, sobretudo, a análise da contratransferência e da transferência do terapeuta. Sozinho e/ou com meus pares, eu vou ver em que medida minha religiosidade, tanto quanto as minhas outras dimensões existenciais, interfere no atendimento. Por meio dessa análise, vou me permitir chegar mais perto da neutralidade idealizada, de modo que eu possibilite um

ambiente verdadeiramente acolhedor e reflexivo para que o cliente possa reavaliar as bases que sustentam a crise/sofrimento que ele veio cuidar.

É importante lembrar que, neste âmbito, diferentemente das religiões, que se dizem portadoras de verdades inquestionáveis, e concordando com André Lèvy[19], não é a teoria psicológica que deve "tampar" o vazio configurado pela crise de sentido apresentada pelo cliente. O psicólogo clínico é, inversamente, o agente que possibilita reflexões sobre os assentamentos socioculturais constituidores do cliente – inclusive, se for o caso, os religiosos. Não é o profissional de Psicologia quem vai dar a régua moral que oriente para onde deve tender a mudança e, assim, a superação do sofrimento. Esta é uma descoberta/criação do próprio cliente ao longo do processo.

Não obstante, vivemos em sociedade, e nem toda prática ou mudança de conduta é considerada benigna e pode ou deve ser estimulada. Portanto, o psicólogo clínico precisa, sim, de alguma regulação mínima, não propriamente para orientar o cliente, mas para se orientar ao longo dos atendimentos. Na verdade, o processo terapêutico se institui no encontro entre dois projetos de mudança sobre uma mesma pessoa. O que quero dizer é que os parâmetros que guiam o terapeuta não devem ser contingentes a eles mesmos, mas devem estar respaldados em acordos mais ampliados do que é o bem-viver em sociedade. E nós temos um conjunto de marcos regulatórios, gerais o suficiente para caber as diversidades socioculturais e as idiossincrasias individuais, do mesmo modo capazes de informar, com certa precisão, o que possa ameaçar o contrato social. São eles a Carta de Direitos Humanos (e outros acordos do sistema ONU), a Constituição Federal, o nosso Código de Ética Profissional e as resoluções de nosso conselho profissional. Todos esses documentos são acordos coletivos, pactuações entre conhecimentos de origens as mais diversas que devem pautar a vida em sociedade.

Nessa linha, e para finalizar, gostaria de mais uma vez ressaltar a importância do nosso Conselho de Classe e a das Resoluções, em especial a da Resolução 1/99, objeto de reflexão deste seminário. As resoluções são, por princípio, acordos coletivos. São os psicólogos que fazem a profissão e a ciência que dizem qual conhecimento e qual prática, cientificamente

19 LÈVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

embasada, é humanamente útil. Quando uma resolução surge, ela em geral vem para dar conta de um mau uso do conhecimento. A Resolução 1/99 foi instituída porque nós, como categoria, percebemos que estávamos contribuindo para transformar diferença em desigualdade. Ela é um dispositivo coletivo para nos colocar de volta à nossa missão, que, em última instância, é a de contribuir para tornar menos árdua e mais prazerosa a vida humana no mundo.

A noção de gênero como operadora conceitual na clínica psicológica

Patrícia Porchat [20]

Há vários anos venho trabalhando com pacientes que se denominam homossexuais e que, frequentemente, queixam-se de problemas de relacionamento com seus pares, com suas famílias e também trazem queixas relativas a um sentimento de pouca autoestima, além de desconforto social e culpa, às vezes mais consciente, às vezes menos consciente.

Quando estou diante de um paciente que chega dizendo que é homossexual, masculino ou feminino, com que noção de homem e de mulher estou trabalhando? Essa questão é importante porque quando alguém diz "Amo alguém do mesmo sexo", o que é o "mesmo sexo"? E a pergunta vale também para um paciente que se diz heterossexual: "Amo alguém do outro sexo". O que é esse "outro sexo"? Mas vou me ater aqui às questões que já há algum tempo atravessam meu trabalho, que chamarei de "Clínica da Homossexualidade".

E antes que eu me embrenhe pelas dificuldades de conceitualização do masculino e do feminino relativas a sexo, gênero, anatomia e cultura, deixo claro que o que considero um paciente homossexual é aquele ou aquela que se denomina a si próprio de homem ou de mulher em função de sua anatomia e que também se autodenomina como homossexual a partir do desejo sexual por alguém de anatomia semelhante à sua. Mas a definição não para aí, ela apenas começa nesse ponto.

Resolvi trazer uma vinheta clínica para ilustrar a dificuldade de definir homossexualidade. Uma mãe telefonou. Vou chamar essa mãe de Léa, um nome fictício, querendo trazer sua filha de vinte e poucos anos, que se chamava Andréia, para consulta. A mãe insistiu em estar presente no encontro com a analista. Foi ela que telefonou, dizendo que a filha tinha se envolvido com duas meninas durante uma viagem e que depois tinha fugido de casa e ficado uns vinte dias morando com essas meninas, até que a mãe foi buscá-la. A mãe estava procurando ajuda e, se a filha não

20 Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP, autora do livro *Freud e o teste de realidade* (2005, Casa do Psicólogo/Fapesp), professora da Universidade Paulista (Unip), membro do GT Psicologia e Estudos de Gênero da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp).

se curasse, iria matá-la, dando-lhe veneno de rato. Isso foi por contato telefônico. Disse que a filha fez "aquilo" e que ela, a mãe, mesmo sendo muito católica, não mudaria de opinião nem que o papa fosse falar com ela para perdoar a filha. Sua filha precisava ser curada daquela doença. Sobre as meninas com quem a filha tinha se envolvido, a mãe diz: "São pobres, adotadas, drogadas, com problemas". E a mãe ainda continua: "Eu mesma já passei por isso na adolescência, mas saí fora". A mãe se retira e deixa a menina contar o envolvimento que tinha tido com as tais meninas. Andréia conta que foi viajar a trabalho, que ela dançava, que em uma das apresentações, enquanto estava no palco, percebeu um garoto que não parava de olhar para ela, um garoto bonito, que tinha os olhos bonitos. Depois do show, o rapaz se aproximou, conversaram e os dois trocaram telefone. Aí ela voltou novamente para essa cidade, o rapaz a procurou depois da apresentação e a amizade cresceu. Ele então explicou que na verdade não era um homem, mas era uma mulher. Entre uma viagem e outra, ela e o rapaz tinham se falado no telefone várias vezes. Ela acreditava estar paquerando um rapaz. Ele tinha se apresentado com nome de homem. Chegaram até a trocar um beijo antes de ele fazer a "revelação". Nessa segunda viagem, quando ela descobre que o rapaz era uma menina, ele apresenta um amigo por quem ela se interessa ainda mais e com quem ela começa um namoro. Ambos têm nomes de homens, contam seus nomes femininos de batismo, mas tanto nos dias subsequentes em que Andréia fica morando na casa desse segundo rapaz e também na entrevista, ela se refere a eles pelos nomes masculinos. Ela conta que, para ela, tinha se envolvido com dois rapazes. Com o segundo, ela teve um relacionamento mais íntimo, teve um namorico e fez um único comentário: "Quando ele tira a roupa, aí nós percebemos que é mulher, porque tem peito". Bom, então, para a mãe, ela estava namorando duas meninas e, para ela, ela estava namorando dois meninos.

Essa foi a entrevista. Nós podemos colocar um monte de questões como, por exemplo, o que, para a mãe, é insuportável a ponto de preferir ver a filha morta a estar envolvida numa relação homossexual? Afinal, na cabeça da mãe, tratava-se de uma relação com duas meninas. Seria algo da própria homossexualidade dessa mãe aquilo que ela não suportava? Para Andréia, que aparentemente se envolveu primeiramente numa relação com um homem, não faz nenhuma diferença que esse homem

seja uma mulher? Em seguida, ao trocar de namorado e fazer então uma escolha consciente, por uma menina, ao menos anatomicamente, mas que se traveste em rapaz, isso seria uma escolha homossexual, por se tratar uma menina, anatomicamente falando? Quanto aos rapazes, como diz Andréia, ou às meninas, como diz a mãe da Andréia, poderiam ser chamados de homossexuais ou seriam transexuais, em função da escolha de um nome masculino, do modo de se vestir, de se apresentar, se houvesse nelas o desejo de mudar de sexo? Bom, inúmeras questões podem ser levantadas.

Mas eu trouxe esse caso para fazer o seguinte comentário: nós não entendemos o que é homossexualidade. Nós entendemos algumas coisas, mas talvez seja algo muito mais complexo do que pensamos. Homossexualidade é uma palavra que tem sido usada de tantas maneiras – e aí estou pegando uma frase do psiquiatra e psicanalista americano Robert Stoller, o mesmo Stoller do transexualismo lá da década de 1960, mas que em 1998 faz a seguinte afirmação: "A menos que se diga claramente como essa palavra "homossexualidade" é usada em um determinado momento, os significados excedentes sufocam nossa compreensão. Trata-se do desejo consciente erótico por pessoas do mesmo sexo ou da prática de relações eróticas com a pessoa do mesmo sexo. Mas esse significado também pode se estender às dimensões inconscientes, às fantasias, ou até às defesas. Um possuidor de um impulso homossexual às vezes é chamado de "um homossexual" e aí nós vamos estar confundindo impulso com identidade", diz Stoller.

Como avaliar se e quando a homossexualidade é um aspecto da condição humana ou, como muita gente quis dizer, seria uma patologia? Stoller opta finalmente pela posição de que não existe algo como a homossexualidade, portanto, não pode haver uma teoria unitária para a etiologia, para a dinâmica, ou mesmo para um tratamento como muita gente já quis pensar. O que existem são as homossexualidades, assim como também existem as heterossexualidades, e ambas se manifestam de maneiras diferentes na etiologia, na dinâmica e na aparência. Não entendemos e não sabemos o que é homossexualidade, a não ser em cada caso, e eu acrescento, antes de ser homossexual, trata-se de um ser humano.

Não foi por acaso que eu invoquei o nome do Stoller para falar de homossexualidade. Foi ele quem introduziu a noção de gênero

na psicanálise há cerca de 40 anos, mais precisamente em 1964, nos estudos sobre o transexualismo, na época entendido como doença. Stoller vai criar a identidade de gênero, ou "gênero" como é mais usado, para diferenciar sexo no sentido anatômico da identidade no sentido social ou psíquico. Atualmente, eu tenho claro para mim que a noção de gênero é fundamental para compreendermos a homossexualidade e, consequentemente, para uma prática clínica ou qualquer outra prática psi. Aqui cabe um esclarecimento: entendo por prática psi qualquer atividade do psicólogo, do psiquiatra ou de outro profissional que trabalhe com a subjetividade, uma vez que essa subjetividade se apresente como uma fonte de sofrimento e demande algum tipo de procedimento que leve a uma mudança na relação do sujeito com seu sofrimento.

Na minha pergunta inicial, que é "Com que noção de homem e de mulher eu trabalho na clínica da homossexualidade?", vemos agora que a noção de gênero parece fundamental para ajudar a responder a essa pergunta. Essa noção diz respeito à percepção dos próprios pacientes como homens e mulheres, diz respeito à minha percepção do traço que eu identifico neles como atributos de um estereótipo do feminino e do masculino na cultura da qual eu faço parte, e também diz respeito ao modo como cada autor que lemos e estudamos na Psicologia constrói e usa na sua teoria uma noção de homem e de mulher que servirá de substrato para nossa compreensão dos casos clínicos.

Se, por algum motivo, a homossexualidade pode reivindicar alguma atenção maior do que a heterossexualidade em relação à noção de gênero, é porque constatamos com frequência na fala dos pacientes homossexuais o sofrimento que vem de uma sensação de inadequação entre anatomia, gênero, desejo e prática sexual, uma inadequação que resulta de uma predominância da heterossexualidade, em que esses quatro itens — gênero, desejo, prática e anatomia — aparentam concordância dentro de uma visão de mundo manifesta na sociedade, em grande parte assimilada pelo próprio paciente. Essa sensação de inadequação é constante. E ainda que o sentimento de inadequação seja vencido, resta o confronto com a sociedade que estigmatiza, por vezes agride em nome de um ideal de gêneros inteligíveis ou compreensíveis que aparentemente mantém essa relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Fatores que tomam vulto no Brasil, já tendo se manifestado na Europa e também em outros países, como a questão de casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por casais homoparentais, mudanças na estrutura de parentesco, surgimento de novas práticas sexuais e novas identidades, fazem-nos questionar qualquer noção tradicional de gênero. Não dá mais para ficar com noções antigas de gênero em função de sexo, por exemplo. Não há mais como refletir sobre homossexualidade e sobre a homofobia, obviamente, sem levar em conta o contexto social e a formação de identidade e de gênero. Não tem como isolar a prática psicanalítica, no caso, a minha prática, bem como as demais práticas psi, das contribuições da Antropologia, da Sociologia e da História. Não dá mais para fazer só Psicologia se nós queremos lidar com esse campo. Corre-se o risco de os psicanalistas e demais profissionais psi demorarem a compreender as transformações que estão acontecendo na sociedade.

As questões trazidas por esses pacientes se repetem: "O que é ser homossexual? O que é ser homem? O que é ser mulher? O que é o masculino? O que é o feminino? O que define sexualidade? É o meu desejo? Ou é a minha prática? Às vezes, eu desejo uma coisa, pratico outra". Para esses pacientes, essas questões vêm sempre com essa carga de sofrimento, por uma dificuldade de aceitação de si próprio e da sociedade. Trata-se de uma exclusão social externa e interna. Ela está presente o tempo inteiro, seja na atitude das pessoas na rua, seja no próprio sentimento que muitos gays, lésbicas ou trans desenvolvem acerca de si próprios. Alguns pacientes trans deixaram de frequentar meu consultório por serem verbalmente agredidos no caminho. Disseram-me que para continuar a análise precisavam que eu os atendesse no centro da cidade e de noite. No centro velho, o anonimato é possível e no período da noite a escuridão protege um corpo em transformação, por exemplo. Meu consultório fica num bairro moderno de São Paulo, mas não pode ser considerado uma zona livre. Nesse sentido, o centro é muito mais protetor. Por outro lado, as normas sociais são sempre interiorizadas, e aí encontramos essa internalização da exclusão social, sentimento de culpa, de inferioridade não cessam de aparecer. Muitas vezes, esses sentimentos são responsáveis pela dificuldade de organização em relação à vida profissional e, consequentemente, econômica. Fica difícil estruturar a vida de forma independente da família. Episódios depressivos são comuns

e demandam cuidados. Suicídios não são raros. Há uma grande queixa daqueles que permanecem morando com os pais, pois não conseguem espaço para desenvolver sua vida pessoal, afetiva e social. Alguns desses pacientes não correspondem às categorias tradicionais sexuais usadas para a descrição de seres humanos. São considerados "seres abjetos", expulsos ou excluídos da sociedade como uma espécie de detrito.

Então, decidi, ao longo desses anos, trabalhar com a noção de gênero, acreditando que ela ia ser útil na minha prática, mas igualmente busquei construir ferramentas para averiguar que noção de gênero informava os autores com quem eu trabalho. É como se fosse um trabalho duplo, porque ao mesmo tempo que você vai construindo uma noção de gênero para você, vai desconstruindo a noção de gênero presente nos autores que está lendo, pois, se você toma as teorias como se fosse algo que vai ajudar, acaba assimilando muitas vezes uma noção de homem, de mulher, de masculino e de feminino que, quando tenta analisar, é muito pobre, não o ajuda tanto assim ou cria estereótipos com muita facilidade.

É fato notório que a discussão sobre a formação do sentimento de ser homem ou de ser mulher, que é uma das formas de se definir gênero, já aparece em Freud e em outros psicanalistas do século XX, mas o uso de conceito de gênero só aparece bem mais tarde.

Desde as investigações antropológicas de Margaret Mead, na década de 30, a categoria de gênero como divisão de papel sexual foi acompanhada da questão sobre a relação entre natureza e cultura e do debate sobre as posições essencialistas e universalistas, no que diz respeito ao masculino e ao feminino, por um lado, e às posições construtivistas, por outro lado. Não existem posições teóricas homogêneas em um debate sobre gênero. Qualquer um que estuda gênero sabe que existem milhares de definições. Para trabalhar na clínica com homossexualidade, depois de pesquisar muito a noção de gênero, que me parece ser a única possível para se adotar uma postura mais coerente em relação a esse campo, tomei como base uma definição geral em que gênero é um conceito que mostra como se constrói a relação entre o psíquico e o social e, nesse sentido, torna-se instrumento para análise de sexualidade e identidade.

Gênero agrupa os aspectos psicológicos, sociais, históricos, culturais, associados à feminilidade e à masculinidade por oposição ao sexo que designaria os componentes biológicos e anatômicos. Essa definição,

construída a partir da leitura de autores mais próximos do construtivismo, serviu de ponto de partida para compreender as ideias da filosofia de Judith Butler, que atualmente é uma das principais teóricas de gênero, se não a principal. Butler apresenta um conceito de gênero como ato performativo que ficou muito conhecido no único livro dela traduzido no Brasil, intitulado *Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade*, publicado em 1993. Para ela, gênero vai agrupar anatomia, identidade de gênero, desejo e prática sexual. Esses quatro itens supostamente guardariam coerência entre si, principalmente para um observador externo, ou seja, quando olhamos alguém, costumamos ver e esperar uma coerência de gênero nessa pessoa. Mas, do ponto de vista do sujeito em si, isso nem sempre acontece.

O conceito de gênero da Butler me interessou porque esclareceu o modo como eu já olhava para certos indivíduos na minha clínica. Percebi que não estava sozinha na busca por melhores condições teóricas de abordagem e compreensão na clínica da homossexualidade. Constatei a existência de outros pesquisadores que, em função também de uma clínica psicanalítica, igualmente se interessaram pela Butler. Apesar de ela ter um confronto com alguns autores da Psicanálise, que a criticam porque ela, por sua vez, também faz críticas a vários pontos da Psicanálise. Butler se confessa apaixonada pela Psicanálise e acredita na sua importância desde que essa teoria estabeleça diálogos com os estudos culturais e as políticas culturais. Para Butler a Psicanálise é importante porque se trata de uma teoria capaz de promover forte crítica à normalização e às regulações sociais. Estou frisando isso porque, como Butler fez algumas críticas à Psicanálise nestes últimos dez, quinze anos, cria-se toda uma polêmica "A Psicanálise não tem o que falar sobre gênero, a Psicanálise não tem o que falar sobre homossexualidade". Isso é uma bobagem. A Psicanálise tem muito que falar, desde que se coloque numa postura de diálogo com a Antropologia, com a Sociologia e com a própria Política.

Judith Butler é identificada normalmente como uma teórica *queer*. A teoria *queer*, na definição dela, opõe-se a todas as demandas de uma identidade fixa e insiste no fato de que qualquer um pode engajar-se nos diferentes ativismos, como o ativismo anti-homofóbico. Não é necessário nenhum marcador de identidade para se ter uma participação política. Então, os diversos movimentos em prol das identidades sexuais

e dos direitos sexuais, na opinião da Butler, têm como tarefa lutar contra aquilo que impede as próprias condições de vida, contra aquilo que nos impede de respirar, de amar, de simplesmente viver.

Lendo Butler é inevitável pensar na seguinte questão: Qual é a noção de gênero que permite uma atitude mais ética em relação a esses gêneros não inteligíveis, quando não há essa coerência entre desejo, prática, identidade, sexo anatômico? Ao mesmo tempo, qual é a noção de gênero que pode apontar para uma ação social no sentido de uma transformação da vida dessas pessoas que sofrem por sua inadequação de gênero?

Voltando ao tema inicial, eu acho que dá para afirmar que toda prática psi que envolve gênero deve colocar em prática sua postura ética e seu propósito, qual seja, o de transformação da sociedade em relação à aceitação das pessoas que sofrem por questões de gênero. Butler se preocupa com o direito de existência legítima daqueles que trazem uma questão pela sexualidade e pelo gênero. A preocupação é em relação a como novos modos de realidade podem ser instituídos. Perguntar-se sobre o que faz parte da realidade e o que precisa fazer parte da realidade. Porque, se de alguma forma a sociedade nos dá uma realidade, dizendo: "A realidade é assim, portanto, você não se encaixa, você não se adequa, você não cabe", a questão é: como instituir novas realidades, afinal, a realidade que está aí, como normas e como regulações sociais, não é estanque. Essas normas e regulações não estão aí desde que o mundo é mundo.

Para finalizar, gostaria de dizer que, em relação a essa questão da noção de gênero dentro da Psicanálise, tema que trabalho, há um deslocamento conceitual, uma vez que gênero nasce no campo da patologia e migra para o campo da política. Do Stoller, lá atrás, com o transexualismo, falando em doença, migra-se para uma proposta política de Butler, em que gênero entra como um operador que possibilita uma ação do psicólogo de transformação social. É como se Butler fizesse uma proposta de partir sempre de uma escuta daquilo que é o suposto abjeto, ou o não inteligível, ou o que foi considerado como o não cabendo na sociedade, porque este é o único jeito de podermos dizer que é possível transformar o social, no sentido de permitir que essas pessoas também respirem, vivam.

Apontamentos para uma Psicologia contra-homofóbica

Fernando Silva Teixeira Filho[21]

> Como clínicos, nós podemos nos achar hospedados em um espaço entre perspectivas essencialistas e pós-modernas. Não obstante, nós já não podemos nos refugiar em teorias psicodinâmicas que excluem preocupações sociais, culturas e outras problematizações afins. Hoje, valores pessoais, opiniões e atitudes, referentes aos modelos sob os quais um terapeuta atua, são reconhecidos como parte do processo terapêutico[22]. Em Jack Drescher, *Psychotherapy with gay men and lesbian*

Agradecimentos

Para mim, é motivo de muita satisfação saber que minha categoria profissional está propondo um seminário que aborde as questões que digam respeito à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos e *queer* (LGBTIQ). Parabéns a vocês da comissão e obrigado pelo convite! E mais: dispondo este seminário, de uma forma muito inovadora, uma vez que está se propondo aqui uma possibilidade de problematizar os axiomas da Psicologia. E é nesse sentido que eu gostaria de conduzir minha fala: tentar problematizar, a partir de referências pós-estruturalistas, os paradigmas ossificados da Psicologia que não dão conta de produzir respostas às novas demandas sociais.

---

21 Graduado em Psicologia pela Universidade Paulista (Unip); mestre e doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de SP (PUC-SP); pós-doutorado em Psicologia nas Universidades de Lille 3, França (2003) e Georgetown University (2010). Atualmente é professor assistente doutor do Departamento de Psicologia Clínica e coordenador da pós-graduação em Psicologia da Unesp de Assis, SP. Trabalha com os seguintes temas: Educação e Diversidade Sexual; Adoção; Prevenção às DST e HIV/Aids; Psicanálise e estudos *queer*; Minimização da homofobia, Promoção da cidadania e Direitos humanos e sexuais.

22 DRESCHER, Jack; D'ERCOLE, Ann; SCHOENBERG, Erica (Orgs.). *Psychotherapy with gay men and lesbian*: contemporary dynamic approaches. New York: The Haworth Press, Inc. 2003, p. 2

Introdução

Falarei aqui de uma clínica que é comumente conhecida como clínica junto à população LGBTIQ[23], ou então, clínica da homossexualidade ou, ainda, na vertente norte-americana[24], uma clínica LGBT ou *queer*. Na verdade, vou apresentar uma proposta de prática clínica que se pauta na desconstrução da homofobia e menos na afirmação de uma identidade sexual ou de gênero, ou seja, uma proposta *queer* de intervenção psicológica.

Chamo de clínica da desconstrução da homofobia porque talvez não exista a hetero, a bi e a homossexualidade. A história de construção desses conceitos nos mostra que eles nasceram no século XIX e que, antes disso, essas palavras não existiam. Todavia, a prática sexual entre pessoas de mesmo sexo biológico sempre existiu, mas isso também não implica dizer que essas pessoas fossem ou se sentissem homossexuais, no sentido em que usamos o verbo ser (aquilo que não varia) ou mesmo no sentido do "estar" (transitório). Antes da invenção desses conceitos — que falam da interiorização da sexualidade em um sujeito e sua subsequente produção identitária —, a prática sexual não servia como "prova" de revelação da subjetividade de ninguém. A história nos mostra também que, em alguns períodos históricos e em outras culturas não apenas ocidentais, essa prática não sofria sanções, isto é, não era alvo de gestão política nem do poder dos Estados. Assim, empreenderei aqui os efeitos dessas sanções para a construção da Psicologia como disciplina que se propõe a trabalhar seja o comportamento, seja o desejo, seja as relações sociais.

Por que e a quem importa legislar sobre as práticas sexuais, isto é, sobre os prazeres eróticos advindos das relações corporais seja entre pessoas do mesmo sexo ou não? De que modo a prática sexual (modos de obtenção de prazer erótico) pode nos falar sobre a subjetivação de

---

23 Cf. CLARKE, Victoria; ELLIS, Sonja J.; PEEL, Elizabeth; RIGGS, Damien W. *Lesbian, gay, bisexual, trans and queer psychology*. An Introduction. London: Cambridge University Press, 2010.

24 Cf. DRESCHER, Jack; D'ERCOLE, Ann; SCHOENBERG, Erica (Orgs.). *Psychotherapy with gay men and lesbian*: contemporary dynamic approaches. New York: The Haworth Press, Inc. 2003. Ou, ainda, HANCOCK, Kristin A. Prychotherapy with lesbians and gay men. In: D'AUGELLI, Anthony R.; PATTERSON, Charlotte J. (Editors). *Lesbian, gay and bisexual identities over the lifespan*: psychological perspectives, New York: Oxford University Press, 1995. p. 398-432. E, também, MEEZAN, Wiliam; MARTIN, James (Orgs.). *Research methods with gay, lesbian, bisexual, and transgender populations*. New York: The Haworth Press, Inc. 2003.

uma pessoa? Imaginemos a seguinte situação: de repente, começa-se a categorizar, isto é, usar como categoria de subjetivação, para pensar o ser humano, a realização ou não do sexo oral. Que nome seria dado a essa, digamos, "orientação sexual"? Mas antes, faria essa prática o referente para pensarmos uma definição de orientação sexual? Ou seja, por que os órgãos sexuais, cito pênis e vagina, foram eleitos como referência para se pensar a sexualidade? Afinal, só o ato sexual com penetração é capaz de nos dar prazer?

Um pouco de história. Descobri-me gay há pelo menos vinte anos. Sempre senti que tinha desejo por pessoas do mesmo sexo biológico que o meu. Entretanto, a minha saída da análise vem junto com esse texto aqui do Guy Hocquengheim[25], o qual descobri a partir de uma frase em um capítulo do livro editado pela Suely Rolnik, quando da passagem do Guattari pelo Brasil em 1986[26]. Esta frase está lá... quando o professor Luís Mott lembra ao Guattari a frase do Guy Hocquengheim dizendo que o "buraco do meu cu é revolucionário". Isso foi libertador para mim! Porque isso significa dizer que eu faço o que eu quiser do meu cu e eu não preciso me culpabilizar por isso. Assim como eu posso fazer o que eu quiser da minha boca, da minha xoxota ou de qualquer outra parte do meu corpo, e assim por diante. Eu acho que é um pouco disso que a gente está aqui para falar. Não quer dizer, em absoluto, que "dar o cu" seja a solução para resistir à soberania da normativa heterossexual. Mas, ao contrário, isso serve para nos lembrar de que o prazer erótico é, sobretudo, na sua base e fundação, polimorfo, aquém e além de qualquer normativa externa, obedecendo apenas aos fluxos e agenciamentos que o produzem contextualmente.

Assim, se pudéssemos falar de "uma palavra de ordem" no campo de investigação da sexualidade seria, portanto, a questão da polimorfia, a qual resulta em multiplicidades. Agora, pergunto-me: por que precisamos dar nomes e palavras para isso? Em troca do quê? Por que nós precisamos fazer da sexualidade uma categoria de subjetivação ou um instituto como tantos que têm por aí? Por que ainda existe opressão sobre práticas sexuais não heteronormativizadas? Essa questão, inclusive,

---

25 *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 150 p.

26 Suely Rolnik e Felix Guattari. *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Vozes, Petrópolis, 1986

já foi objeto de estudo de outro seminário, também promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2000 (salvo engano), que foi o seminário: "Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental[27]". Ou seja, nós estamos falando de Direitos Humanos, do direito (sexual) de "dar o cu", de sentir prazer com nosso corpo do modo que quisermos. E ninguém tem que falar nada sobre isso. Ninguém tem que fazer uma cartografia nosográfica sobre isso. Temos o direito de amar e de gozar como bem entendemos, dentro, claro, de relações consensuais entre pessoas capazes (pela lei) de responder por esses atos. Em resumo, o direito ao prazer (erótico/sexual) faz parte de nossa saúde mental.

Então, se faz parte da saúde mental, a sexualidade diz respeito à Psicologia, mas não porque exista, talvez, uma homossexualidade, uma heterossexualidade ou uma bissexualidade da qual devamos nos aprofundar ou buscar os funcionamentos psicológicos específicos do tipo: mecanismos psíquicos (ou comportamentos) típicos da hetero, homo e bissexualidade. Ao contrário, nos diz respeito porque a impossibilidade de exercitar e ter a prática sexual que quisermos interfere em nossa saúde mental, sem, contudo, reduzir-nos a ela.

A partir deste posicionamento ético-estético-político que dirigirei minha fala, a qual pretende esvaziar de valor as religiosidades heteronormativas que estão na base da construção de algumas práticas "psi" contemporâneas.

É importante, portanto, prestar a atenção na fala dos nossos colegas psicólogos (sim, eles são psicólogos!) Silas Malafaia[28] e Rosângela Justino — apenas para citar alguns —, que reproduzirei aqui. Queiram vocês ou não, é uma fala produzida por colegas de profissão. Malafaia diz o seguinte: "A heterossexualidade é o padrão, já que o ser humano é o ser criado por Deus e ele não tem uma fórmula para gerar homossexuais". E mais, foi perguntado à Rosângela Justino: "Como psicóloga, a senhora aprendeu que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito e assim deve ser compreendida na sua totalidade. Em que essa orientação se confronta com a sua formação cristã?" Ela responde: "Na Associação de

---

27 Esse Seminário está publicado em Conselho Federal de Psicologia (org). *Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

28 Em termos de propagação da homofobia na clínica psicológica, proponho a vocês assistirem ao vídeo do nosso colega Silas Malafaia chamado "A verdade que você precisa saber sobre aborto, homossexualismo e células-tronco".

Apoio ao Ser Humano e à Família não estou na função de psicóloga, mas não há qualquer confronto da minha profissão com a minha religião. Deus é o senhor de todo o conhecimento. Quando a ciência chega a uma verdade é porque ela está de acordo com as orientações de Deus". É aqui, nessa associação entre ciência e religião que, do meu ponto de vista, reside o perigo! Isto é, à democracia das políticas desejantes, do mesmo modo que o Estado religioso é um perigo à democracia laica. Isto porque, se nós nos colocamos em uma fala do lado da "ciência", demonstrando que a hetero, a homo ou a bissexualidade existem, aí nós ficaremos em um impasse, fazendo a categorização sobre o que é científico e o que não é científico, e deixando de atacar diretamente o problema que é, a meu ver, a homofobia que autoriza esse tipo de fala, esse tipo de lógica.

É uma aposta que estou tentando fazer aqui nesta mesa, para pensarmos. Todos e todas nós aqui presentes, por muito tempo, somos homofóbicos. Vamos tentar entender isso, porque todos aqui, hetero, bi ou homossexuais se construíram em oposição aquilo que em nossa cultura é considerado coisa de "veado", de "bicha louca", de "sapatão", de "lésbica" ou de "giletão". Nossos pais ou aquel@s responsáveis por nós nos diziam: "Minha filha, não vai jogar bola não, pois isso é coisa de homem. Vai que ela 'vira' sapatão!"; ou então: "Menino não chora, porque isso é coisa de veadinho! Homem macho não chora!". Então, os heteros aqui presentes também são frutos dessa opressão homofóbica. Os(as) LGBTIQ aqui presentes também são frutos dessa opressão homofóbica. Afinal, todos e todas nós fomos educados para sermos heterossexuais. Assim, é esta homofobia o grande dispositivo organizador de nosso sofrimento no campo afetivo e sexual.

Voltando à fala da colega Justino, que, tomando a via da ciência (abençoada pela religião), se autoriza a "tratar as pessoas que queiram deixar de ser homossexuais". Quando eu digo: "Eu ensino sobre sexualidade", parece que estamos ensinando uma verdade, como se a sexualidade fosse algo cartesiano. Quantos, na Idade Média, escaparam da fogueira dizendo: "Se Deus é um ser todo poderoso, justo e bom, ele não vai me deixar errar". Lembraram dessa frase? É Descartes dizendo, e olha aqui a nossa colega psicóloga (cartesiana) dizendo a mesma coisa. Se a ciência é fruto da graça divina e, como tal, ela busca a verdade — pois Deus é "a verdade e a vida" —, não serei eu quem irá, nesta mesa,

falar uma outra verdade — no caso sobre a sexualidade —, para contrapô-la à verdade divina. A única verdade que eu sei é que eu faço revolução com o meu cu e cada um faz o que quiser com ele, digo, com o seu. Mas nós podemos problematizar não o nosso ou o meu cu, mas sim a verdade que se constrói sobre isso.

Eu vejo, daqui da mesa, que, quando eu falo cu, todo mundo ri. Mas por que é engraçado falar cu? O cu não seria um pedaço do nosso corpo? Eu falo dedo, e se eu disser: "Eu faço a revolução com o meu dedo", ninguém rirá. Por que é engraçado falar cu? Porque é o chiste! Estamos brincando com o tabu. Enfim, vocês já sabem disso e não precisamos nos deter sobre esse ponto agora[29]. Apenas lembro que, quanto mais falamos sobre o cu, menos importante ele fica e é interessante fazer isso. Porque nós vamos esvaziando-o de seu sentido de, digamos, analidade, e ele vira um significante banal como outro qualquer.

O tom da minha fala é um pouco esse. Eu pensei aí nas relações homoeróticas, conceitualmente mais próximas ao trabalho do Jurandir Freire Costa sobre o homoerotismo, muito mais do que na ideia de homossexualidade.

Se vocês perguntarem assim: "Como é que eu defino o que é masculino e o que é feminino?" O gênero não se define *per se*. Ele é efeito de linguagem e, como tal, somos nós que o inventamos, assim como inventamos nosso amor. Ambos são invenções. Vejamos o que nos diz a história.

Histórias da homofobia em torno das práticas sexuais entre pessoas de mesmo sexo biológico

O que a história nos mostra em torno das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico é que, mesmo na Grécia Antiga, haveria restrições punitivas, inclusive com pena de morte, para relações entre dois homens adultos de mesmo sexo biológico que quisessem, por exemplo, enveredar por uma vida a dois, isto é, de casal. Mas não porque existisse uma sanção à homossexualidade (esta palavra, na época, nem existia), mas porque dois cidadãos não poderiam estar "presos"

---

29 Para um aprofundamento das questões sobre o tabu, sugiro as seguintes leituras: Cf. COOKLIN, Alan; BARNES, Gill Gorell, Os tabus e a ordem social: novos encontros para a família. In: IMBER-BLACK, Evan. *Os segredos na família e na terapia familiar*. Trad. Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. pp. 292-325.

pelo amor. O cidadão grego deveria ser livre e o amor entre iguais era o referente de um amor verdadeiro. Portanto, este poderia fazer que o cidadão se entregasse mais às paixões e menos à *polis*. Já o amor entre um homem e uma mulher não ofereceria perigo, pois não tinha o estatuto de verdade. Então, por isso, a sanção em torno do amor entre iguais. No caso da lesbianidade, essa sanção surgia pelo fato de que ela significava a exclusão do masculino, o que era inadmissível para aquela sociedade andro e falocêntrica. Agora, todo mundo sabe da pederastia, ou seja, da relação entre duas pessoas do mesmo sexo biológico marcadas pela diferença de idade e de status social e econômico. O homem mais velho (erastes) e o mancebo (erômeno) se uniam tendo como referência a pedagogia dos sentidos e a formação cidadã. Era função do erastes educar o erômeno, guiá-lo no caminho da cidadania plena. E, entre eles, não poderia haver práticas sexuais com penetração, já que só a mulher poderia ser penetrada, portanto, não poderia haver esta equivalência entre um homem e uma mulher. Do mesmo modo, a relação entre o erastes e o erômeno deveria acabar logo que o último manifestasse sinais de desenvolvimento físico, a saber, pelos no rosto.

Ao longo da história, por conta de inúmeros fatores, as relações homoeróticas entre pessoas de mesmo sexo biológico vão sofrendo outros tipos de sanções. Na Idade Média, elas passam a ser interpretadas como pecado nefando, havendo sanções e punições diferenciadas para as relações homoeróticas masculinas e femininas e considerando-se também as posições ativas (quem penetra) e passiva (quem é penetrado/a). No caso, o pecado nefando era dirigido ao homem que se colocasse como passivo na relação, porque, como na Grécia Antiga, ele estaria se colocando numa equivalência simbólica com a mulher. Então, nós temos aí não só a misoginia, mas também o machismo como constituinte da história de opressão das mulheres.

Depois, no fim do século XIV, as práticas sexuais entre iguais serão criminalizadas e, apenas a partir do fim do século XIX elas serão patologizadas na maioria dos países europeus. Entretanto, ainda hoje, em alguns países, geralmente de religião islâmica, as práticas sexuais entre iguais são consideradas crimes punidos com pena de morte ou prisão. Mas, foi quando essas práticas adquiriram o valor de patologia que nós, da Psicologia, fomos convocados a, por exemplo,

elaborar um diagnóstico, a tratar o enfermo que padeça do então chamado homossexualismo[30].

Já no final do século XX, a partir do avanço da Revolução Sexual na América e dos estudos feministas na Europa, a prática entre iguais, já não mais vista como doença, será interpretada como sendo uma opção. Até hoje encontramos essa perspectiva na fala cotidiana das pessoas. É comum escutarmos: "Eu não tenho nada contra a opção homossexual. Cada um faz da sua vida o que quiser". Então, caso a orientação sexual seja realmente uma opção, eu gostaria de perguntar aos heterossexuais aqui presentes: qual foi o dia no qual, diante do espelho (ou não), qual era a roupa que você estava usando, se estava de brinco ou se estava de óculos, se estava de gravata, enfim, me digam, em detalhes, o dia em que vocês optaram em ser heterossexuais? Alguém consegue se lembrar disso? Alguém disse a si mesmo: "Hoje eu escolhi ser heterossexual?" Quando é que vocês escolheram isso? Ninguém lembra porque não é opção, não é uma coisa que eu diga a mim mesmo: "Hoje eu vou mudar e vou acordar gay". A ideia de opção, portanto, deve ser entendida do mesmo modo que estamos tratando a história de construção do conceito homossexualidade. Mas não uma construção no mesmo sentido utilizado pelos discursos psicorreligiosos, isto é, "se é uma construção, eu posso desconstruir, posso reverter", por exemplo, com o auxílio da psicoterapia de reversão. Não se trata de desconstruir a homossexualidade. Ao contrário, trata-se de construir um questionamento sobre de que nos serve desconstruí-la, ainda que isso fosse possível e desejável? Quem, em mim, pergunta sobre a importância de se desconstruir a homossexualidade em alguém? É isso que é importante se perguntar, e não ficarmos escrutinando sobre o que as pessoas fazem com seus corpos. O que o corpo, o que o tesão dizem sobre a minha verdade como

---

30 Em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade do DSM (ver BAYER, Ronald. *Homosexuality and American Psychiatry:* The politics of Diagnosis, 1981). Isto abriu um precedente para a "normalização" da homossexualidade no campo social e acirrou o embate entre as ciências e os discursos de instituições religiosas, políticas, governamentais, militares, educacionais e mídia que, a partir disso, já não encontravam apoio na ciência para reforçar a associação entre homossexualidade e patologia. Por conta disso, também, já não se usa mais dizer "homossexualismo", pois o sufixo *-ismo* remete à doença. Outrossim, utiliza-se "homossexualidade", que remete a processo. Todavia, o movimento LGBTIQ americano prefere os termos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo e/ou *queer*, pois entendem a sexualidade como questão identitária, política e discursiva, mais do que uma função biológica.

pessoa? Eu aqui falando que eu dou o cu, por exemplo. O que isso diz da minha verdade? Nada. Vocês não me conhecem. Vocês não sabem quem eu sou e não saberão quem eu sou a partir de minha prática sexual. Ela não diz nada sobre mim, absolutamente nada. Assim como não dirá nada sobre vocês também. Por isso, atualmente, tem-se utilizado um conceito que permite desconstruir a ideia de "opção sexual", que é o termo "orientação sexual", pois diz mais respeito ao acontecimento, aos processos inconscientes do que propriamente de uma consciência que hipoteticamente elegeria nossa identidade sexual, identidade de gênero ou atração física.

Psicologia, ciência heteronormativa e homofobia

Nós, psicólogos, fomos concebidos como ciência já no momento em que a homossexualidade passou a ser interpretada como doença. Já se tinha, portanto, um discurso sobre a "verdade" do sexo. Para maior aprofundamento sobre isso, seria interessante vocês irem lá no diário de Herculine Barbin e lerem o prefácio que Michel Foucault fez para a primeira publicação desse livro na França. Ali ele coloca a seguinte questão: "Quando foi que, e por que, ficamos preocupados em ter verdadeiramente um 'verdadeiro' sexo, ou seja, que verdade sobre o sexo é essa?"

Então, ele nos dirá que se estabeleceu, evidentemente por interesses políticos e econômicos (que ele vai trabalhar a partir dos conceitos de biopoder e biopolítica), a seguinte verdade sobre o sexo: o que é normal é termos ou um sexo macho ou um sexo fêmea. Assim, se nascemos machos (XY), teremos o gênero masculino, logo, o gênero sendo definido pelo sexo biológico e, mais modernamente, pelo sexo cromossômico. Então, se se nasce com pênis, é macho, é masculino e espera-se desta pessoa que, por exemplo, jogue bola, seja mais agressivo, impetuoso e afirmativo que a mulher, porque é "natural" do macho/homem ser assim. O desejo e a orientação sexual serão heterossexuais e a prática será ativa, porque o macho é afirmativo, o macho é aquele que toma as decisões, o macho é quem tem a palavra final nas relações dentro do lar e assim por diante. Ou seja, nada mais condizente com o ideário burguês do século XIX que associou, auxiliado pelos discursos médicos e religiosos, o sexo ao gênero, naturalizando-o.

E o que acontece, por exemplo, no meu caso? Eu nasci macho, gênero masculino, aprendi a jogar bola etc., mas a minha orientação é

homossexual. Aqui, ao que parece, já temos um desvio, uma patologia. E foi neste momento histórico que nós psicólogos fomos convocados como profissionais a tratar desse "desvio" à norma heterossexual. Para vocês terem uma ideia de como esse ideário do século XIX ainda é atual, eu lhes contaria o seguinte. Eu me lembro de uma capacitação que fui fazer em Mato Grosso do Sul e a psicóloga me dizia: "Havia duas alunas na escola que estavam se beijando, e eu fui conversar com elas. Não tenho nada contra, mas fui lá conversar com elas na minha sala". Eu perguntei: "Mas por que você foi conversar com elas na sua sala?" Ela respondeu: "Por conta dessa coisa, do beijo. Você sabe... a sexualidade muda, né? Talvez elas não estivessem muito certas do que quisessem e já estavam se expondo assim na escola". Eu falei: "Se fossem duas pessoas de sexo diferentes, um rapaz e uma moça, você conversaria com elas?" Ela disse: "Não!".

É esse discurso homofóbico que secularmente nos autoriza, nós psicólogos, a achar que existe algum problema com a homossexualidade que autorizou essa profissional a ir lá conversar com elas. É a homofobia que nos faz crer que precisamos ir conversar com aquelas jovens. Como assim? É fácil entender. Se fossem um rapaz e uma moça se beijando, não passaria pela cabeça da profissional que o tesão que estão sentindo pudesse passar, que eles pudessem mudar de "opção", que a sexualidade é mutante, que as identidades de gênero transitam. Ninguém chega para os filhos adolescentes, caso estejam envolvidos em práticas heteroeróticas, e diz: "Olha, meu filho, você vai se arrepender dessa história, talvez você não esteja muito certo, você só tem quatorze aninhos, e sua namoradinha também. Você vai ver, espere crescer um pouco mais que isso passa. Esse impulso heterossexual em você vai deixar de existir. O que é o correto é você dar o cu, encontrar um bom homem e adotarem lindas crianças para construírem uma família". Ninguém vai fazer isso, concordam? Por quê? Pois existe uma heteronormatividade constitutiva das relações de gênero que nos molda os processos de subjetivação. Todos nós fomos moldados por ela. É inexorável. Assim, a heteronormatividade em nós acompanha nossas práticas cotidianas e profissionais. No consultório, por exemplo, vai ser igual. Uma estratégia interessante para detectar a presença desta homofobia em nós é inverter as perguntas: "Se não fosse aqui, diante de mim, essa pessoa dizendo que é homossexual eu faria a

ela essa pergunta? Eu estou autorizado a fazer essa pergunta? O que em mim autoriza a fazer esta ou aquela pergunta?".

Há vários autores que falam de homofobia, caso queiram uma definição mais acadêmica sugiro consultarem a obra de Daniel Welzer-Lang[31] e a de Didier Eribon[32]. Mas há um documentário circulando na internet (esse nosso grande Parthenon) que eu sugiro a todos acessar a partir do YouTube. Chama-se *Parágrafo 175*. Resumidamente, conta que, quando as forças aliadas chegaram ao campo de concentração, inclusive em Auschwitz-Birkenau, a população dita homossexual – que, no caso de homens (sexo biológico), era marcada com um triângulo rosa e, no caso de mulheres (sexo biológico), com um triângulo negro – não foi imediatamente libertada. Por quê? Porque o parágrafo 175 do Código Prussiano, que só caiu em desuso na Alemanha em 1994, ainda vigorava. Tal parágrafo considerava a homossexualidade um crime. Assim, as Forças Aliadas, alegando respeito a àquele parágrafo, mantiveram, inicialmente, essas pessoas nos campos de concentração. Libertaram os judeus, libertaram os negros, os ciganos e outras minorias, mas deixaram os homossexuais lá, porque optaram por respeitar essa lei. O que os autorizou, em pleno fim da guerra, a "respeitar essa lei"? Não creio ter sido, no fundo, a crença na validade ou legitimidade dessa lei, mas sim o respeito à heteronormatividade. Ali, naquele momento, as Forças Aliadas optaram por punir os homossexuais por desrespeito a essa normativa heterossexual assimilada, internalizada como lei. A que (ou a quem) serve essa lei? Essa norma, vivida como lei, serve ao projeto de Estado que se inicia com o cristianismo, mais especificamente com o declínio do Império Romano. Porém, isso seria uma história para outra mesa, mas é importante lembrar que a homossexualidade é uma prática erótico-sexual que não resulta em procriação. Por isso, também, ela é ameaçadora aos projetos de nação de diversos períodos históricos.

Retomando o ocorrido na II Guerra Mundial, essa homofobia está encalacrada em nós, leva-nos a atos de horror como esse, que aprendemos a achá-la "normal", pois natural. Estamos acostumados a

---

31 Daniel Welzer-Lang. La face cachée du masculin. In: Michel Dorais, Pierre Duttey, Welzer-Lang (dir). *La perus de l'autre en soi*. Montreal, VLB, 1994.

32 ERIBON, Didier (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

achar que isso é natural, ao ponto de chegar lá na Segunda Guerra e não terem imediatamente libertado os homossexuais dos campos de concentração. Vejam, isso ilustra que a patologia não está (inscrita) na homossexualidade, mas na homofobia que produz atos de discriminação insanos como esse.

Então, eu considero a homofobia um dispositivo de regulação e construção dos gêneros, antecessor mesmo a essa heteronormatividade porque é a primeira quem irá regular o nível, o grau, a intensidade da segunda. Está aí uma discussão para quando abrirmos para o debate.

Expressões da homofobia

O conceito homofobia comporta outros conceitos, importantes também, que dizem respeito à violência contra a mulher, ou antes, àquilo que é considerado feminino nos corpos. E eu diria também que, a partir de uma leitura marxista, de classes e de hierarquias sociais, a violência contra a criança. A homofobia é expressa na linguagem a partir das piadinhas, de insultos, de violência física também. A homofobia funciona, citando um conceito deleuziano, como "máquina abstrata de codificação" para a construção do masculino e do feminino. Uma lei abstrata de codificação dos corpos que resulta, claro, em valoração de corpos que "importam" *versus* corpos que "não importam", para citar Judith Butler[33]. Essa lei se encarna, se materializa, por exemplo, nos discursos jurídicos. Vejam, as pessoas homossexuais não são protegidas pela lei[34], ao contrário, em muitos países, suas formas de amar, de praticar sexo, as condenam à morte ou à prisão perpétua[35].

---

33 Cf. BUTLER, Judith. Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual. In: *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 61-118.

34 Para conferir quais são essas leis, sugiro consultar o site do Grupo Corsa (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor). Segundo eles, o grupo de defesa da cidadania LGBT Leões do Norte, de Pernambuco, publicou uma lista dos direitos civis negados a homossexuais por não poderem se casar. A lista corresponde à legislação nacional e não leva em conta os avanços avulsos e isolados de alguns estados brasileiros. Confira: http://corsa.wikidot.com/78direitosnegados

35 Países onde as relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo são punidas com pena de morte: Afeganistão, Arábia Saudita, Irã, Sudão. Ou seja, Estados não laicos, portanto, não organizados pelo "direito" do ser humano, mas pela "verdade da palavra" religiosa. Por isso, mais uma vez, aponto para o fato de que o campo problemático aqui é a "verdade" que esta prática homofóbica na Psicologia tenta instituir como lei. Assim, nosso problema é com a verdade, seja ela nas ciências, seja ela na religião. Em síntese, com o problema do discurso verdadeiro.

No Brasil, não sei se sabem, a homossexualidade é condenada pela lei nas Forças Armadas com punições que variam de prisão a expulsão da corporação. Na sociedade brasileira, a população homossexual está totalmente à revelia do bom discernimento de alguns juízes. Um discernimento nem sempre inspirado por uma reflexão crítica da soberania da norma heterossexual em relação aos direitos e à cidadania das pessoas. Um discernimento que, certamente, não se alcança a partir de capacitações, pois não se discute isso na graduação e tampouco se oferecem cursos de capacitação sobre sexualidade para juízes. Muito provavelmente, os juízes que já concederam direitos às pessoas LGBTIQ talvez tenha aprendido que a norma heterossexual não tem estatuto de lei e não deve, portanto, ser soberana aos direitos humanos e cívicos de um cidadão, a partir de questões pessoais, ou seja, por terem um parente homossexual ou contato (direto ou vicário) com experiências homofóbicas que os deixaram perplexos. Nesses casos, tendem a não reproduzir a homofobia. Mas, vejam, estamos falando de direitos que são comuns àqueles e àquelas que se subjetivam de modo heterossexual, mas que não são acessíveis aos que diferem deste modo de subjetivação.

Encontramos ainda a homofobia social, cultural, visível nas normas socioculturais que privilegiam a heterossexualidade e que favorecem as opressões de gênero.

E temos, também, a homofobia interiorizada[36] nas pessoas homossexuais. Gostaria de me ater, especialmente aqui, já que o modo como proponho lidarmos com ela na clínica irá nos diferir do modo ofertado pelos nossos colegas da, se me permitem chamar assim, psicoevangelização. É disso que eu vou falar, já me aproximando do fim de minha exposição, pensando mais detidamente na clínica com as pessoas que se apresentam a nós como homossexuais ou então como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT).

Homofobia interiorizada

Essa homofobia na prática psi, iniciada no século XIX, vai começar com alguns estereótipos, ou seja, criou-se o estereótipo do homossexual instintivamente perverso, que é o homossexual promíscuo no sentido

36 Para referências acadêmicas sobre a homofobia interiorizada, conferir CASTAÑEDA, Marina. Homofobia interiorizada. In: *A experiência homossexual*: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa Editora, 2007. pp. 142-173.

comum: o homossexual que transa o tempo todo e indiscriminadamente. Qual a origem deste estereótipo? Em que ele se baseia? Esse estereótipo está encarnado em nós como verdade. Aprendemo-lo pelo tom de voz de professores e professoras da faculdade de Psicologia quando eles ensinam, por exemplo, o que é perversão.

E vocês pensam que isso está desatualizado? Este ano, em uma de minhas aulas, chegou uma aluna para mim, chorando muito e dizendo que depois de três anos teria de largar a terapia dela, porque, ela dizia, estava vendo essas questões aqui conosco na sala de aula[37]. E ela dizia que a psicóloga dela falou que o "homossexualismo" é um problema sério, porque, no fundo, as pessoas homossexuais são narcisistas, promíscuas e que, por conta desse narcisismo, tendem realmente a ter um futuro de solidão infeliz. Ela estava triste e ela dizia o seguinte: "Eu vou largar a minha terapeuta". Então, esse discurso homofóbico na clínica psicológica não é desatualizado, isso está superatual, isso está em vocês, isso está em mim, está em todos nós.

Assim, criou-se na história de construção das teorias psicológicas todo esse imaginário sobre a promiscuidade e a perversão como atributos inerentes à homossexualidade. Inclusive, em relação às paradas LGBT, o discurso de algumas pessoas que participaram da parada em SP neste ano dizia o seguinte: "Aquilo lá está uma depravação!" Aí eu fico pensando o seguinte: esse é um olhar moralista em relação à Parada LGBT, mas ao mesmo tempo, pensemos o país onde nós vivemos. Nada acontece por acaso, tudo acontece dentro de seu contexto. Então, se lá nos EUA, a Parada LGBT parece marcha nupcial, pois tudo está bem organizado em setores, isto é, tem o bloco dos SM, dos pais gays, das mães lésbicas, dos gays com deficiência auditiva etc., eu não acho isso nem bom nem ruim, mas, a partir de um olhar que se interroga sobre a ética do corpo e o direito que se está reivindicando na Parada LGBT de SP, eu me pergunto: Qual é o direito? Não seria justamente o direito de se expressar sexualmente, em plena luz do dia, como o fazem as pessoas heterossexuais, que podem se beijar à vontade em ponto de ônibus, lanchonete, fila de cinema etc.? O direito a existir à luz do dia? A não ter de se esconder das reprimendas homofóbicas? É essa a leitura que

37 Refiro-me à disciplina obrigatória do curso de graduação em Psicologia da Unesp, campus de Assis, denominada "Psicologia, gêneros e processos de subjetivação", a qual divido com meu colega Prof. Dr. Wiliam Siqueira Peres, em que falamos sobre homofobia, entre tantos outros assuntos relativos ao tema.

eu faço da Parada LGBT de SP. Se nessa parada há pessoas transando nas ruas, não é senão para sinalizar onde é que reside a nossa opressão.

Um pouco mais sobre essa questão da promiscuidade. Segundo Marina Castañeda[38],

> A ideia de promiscuidade foi mais usada para qualificar parte de uma subcultura gay em um contexto histórico específico que somada à emergência da Aids, conhecida como peste gay e como um castigo divino biológico pela promiscuidade e pela imoralidade dos homossexuais, atrelou esse estigma da promiscuidade a todos os homossexuais até atualmente.

Historicamente, já desde 1982, há categorizações, ou seja, palavras que vestem as práticas homoeróticas, por exemplo, no caso da lesbianidade, interpretando-a como um safismo decorrente de luxúria, decorrente de necessidades profissionais (prostituição), decorrentes de instintos desviados ou por temor à heterossexualidade. E essas concepções vão se reatualizando com significantes diferentes, conforme os interesses éticos de cada época. Por exemplo, a ideia da homossexualidade congênita ou como degenerescência são fundamentos que serviram para produzir um discurso sobre a homossexualidade muito usado nos anos 60. Assim, Caprio (1960)[39] dizia que uma mulher feminina que sente desejo sexual por outra mulher não seria uma lésbica autêntica, mas uma pessoa degenerada, que foi "corrompida" pelas verdadeiras lésbicas, "aliciadoras" e "perigosas", isto é, mulheres masculinas de homossexualidade congênita. Do mesmo modo, acreditava-se em uma origem genética da homossexualidade e, do ponto de vista psíquico, que ela, a homossexualidade, sobretudo a masculina, adviria de relações familiares onde haveria uma mãe dominadora e um pai ausente (tese muito frequentemente usada equivocadamente por psicanalistas contemporâneos[40]). Essa ideia, muito

---

38 Cf. CASTANEDA, Marina (2007). *A experiência homossexual*: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa editora.

39 CAPRIO, Frank S. *Homossexualidade feminina.* Tradução Frederico Branco. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Central, 1960.

40 CLINIQUES MÉDITERRANÉENNES (2002) *Les homosexualités aujourd'hui :* un défi pour la psychanalyse ? n. 65, Coordonné par François Pommier. Paris : Érés.

difundida pela psicanálise, pauta-se nos argumentos heteronormativos de Freud, que acreditava ser a homossexualidade um "atraso no desenvolvimento psicossexual", já que sua perspectiva darwinista limitava-o a pensar o fim último da sexualidade para além da procriação[41].

Como, até os anos 70, a homossexualidade era considerada doença, pela psiquiatria, era também tratada com terapias de choque ou com terapias de reversão, tais como as propostas pela colega Justino. No caso das terapias de choque, o fundamento teórico era o do behaviorismo, logo, tratava-se de usar um condicionamento aversivo para redesignar uma pessoa homossexual para a heterossexualidade.

Atualmente, no Brasil, temos o trabalho de Jurandir Freire Costa[42], que recupera os textos freudianos para recolocá-los no seu contexto e extrair deles aquilo que, de fato, é teoricamente significante na compreensão da sexualidade, a saber: seu caráter de "eleição inconsciente" dos objetos de satisfação pulsionais. De modo que a sexualidade estaria intimamente ligada à pulsão e, para esta, não há um objeto fixo de satisfação. Entretanto, o que eu resgato e recupero da psicanálise é mais seu método e menos sua teoria, já que, durante anos, não fez senão sustentar o discurso homofóbico de inúmeros psicanalistas na Europa e nas Américas.

E a pergunta da clínica que se propõe a desconstruir a homofobia passa a ser portanto: o que acontece com a pessoa homossexual que desde sempre escuta que sua orientação é errada, criminosa, pecaminosa ou patológica?

Então, temos aí as seguintes possibilidades terapêuticas: combater essa homofobia, fazer a pessoa identificar a homofobia nela mesma e dar subsídios para que ela possa trabalhar essa culpa e a sensação de fracasso por não atingir o padrão heterossexual, que culmina, em

---

41 Para mais referências sobre os apontamentos psicanalíticos atuais em relação à homossexualidade, cf. as seguintes obras: um trabalho de Acyr Maia, no qual ele faz uma pesquisa entre psicanalistas da sociedade brasileira, lá do Rio de Janeiro, a CPRJ, e ele encontra cinco noções distintas da homossexualidade: A homossexualidade como comportamento perverso, uma perversão, um desvio, problema na identidade de gênero ou na identificação edípica, defesa contra a ansiedade paranoide e a paranoia, homossexualidade e sua inserção no campo social como a defesa e contra a angústia e a homossexualidade como *acting out*. Há outro trabalho publicado em Portugal por Gabriela Mota, também com clínicos e com pacientes LGBT que passaram por essa experiência; os terapeutas lá explicam a homossexualidade como um déficit, uma falha, uma parafilia, um desvio sexual, uma contranatura em que a heterossexualidade é o padrão, exatamente como aparece nas falas dos nossos colegas psicólogos evangélicos.

42 Cf. COSTA, Jurandir Freire. A questão psicanalítica da identidade homossexual. In: GRANÃ, Roberto B. (Org.). *Homossexualidade:* formulações psicanalíticas atuais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. pp. 15-27.

muitos casos em depressão e melancolia. Em relação a isso, gostaria de destacar que recentemente finalizamos uma pesquisa sobre ideações e tentativas de suicídio em jovens LGBT. Concluímos que as ideações e tentativas de suicídio eram decorrentes de dois processos: 1) necessidade de querer matar em si alguma coisa que não é aceita pelos outros, no caso em questão, a atração por pessoas do mesmo sexo psicológico; 2) impossibilidade de fazer um luto da heterossexualidade que não será alcançada.

Por um lado, isso pode indicar uma prática clínica afirmativa da identidade, do tipo que leva o paciente a sentir orgulho de ser o que é, a partir de uma reelaboração da negatividade imposta à homossexualidade[43]. Mas eu gostaria também de propor uma outra possibilidade. Seria possível pensarmos a Psicologia de um modo *queer*? Que é distinto de pensar em uma afirmação identitária.

O que eu estou chamando aqui de modo *queer*? Que se embasa em um projeto foucaultiano de fazer da vida uma obra de arte. Neste momento que vivemos, em que a sociedade heteronormativizada se interroga e ostensivamente se volta contra as pessoas que, empoderadas, assumem uma sexualidade não heterossexual, creio ser o momento propício para pensarmos as multiplicidades e as transversalidades sexuais. Assim, ou bem interpretamos a experiência homossexual como uma patologia e voltamos às terapias de reversão ou a desnaturalizamos e a normalizamos, do tipo: "É legal ser homossexual", correndo o risco de nos submeter a outras normas e naturalizações da sexualidade, com efeito, muitas vezes, inventando preceitos para uma homossexualidade saudável, que seria o caso, por exemplo, das terapias afirmativas. Ou, por fim, apostamos em uma clínica que elegerá outros referentes para a sua organização que não a sexualidade.

Por isso a pergunta sempre importante: que tipo de clínica, de vida, de experiência afetiva, emocional, sensual, sexual, que tipo de relações se estabelecem em um contexto onde a norma é heterossexual, machista

---

43 Cf. SANDERS, Gary L. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: IMBER-BLACK, Evan. *Os segredos na família e na terapia familiar*. Trad. Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. pp. 219-244. E também, HARDIN, Kimeron N. (2000) *Autoestima para homossexuais* – Um guia para o amor-próprio. Trad. Dinah Kleve. São Paulo: Summus. Ou ainda, ISAY, Richard A. (1998). *Tornar-se gay, o caminho da autoaceitação*. São Paulo: Editora GLS.

e sexista? E, na sequência, quais dentre essas experiências, eticamente falando, podem ou não, permitiremos ou não que persistam? Talvez a pergunta que devamos fazer às instituições representativas do poder (o Conselho Federal de Psicologia, por exemplo) não seja tanto que diferenças existem entre isso ou aquilo, nem, tampouco, que diferenças devem ou não ser garantidas. Mas sim o quanto elas podem, minimamente, garantir nossa possibilidade inerente de diferenciar-nos uns dos outros para além de nossas orientações e identidades sexuais.

É essa é a aposta de uma clínica *queer*.

Mesa: Desnaturalização das questões de gênero

Majorie Marchi [44]

Atualmente, estou presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro, vice-presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais e vice-presidente do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro.

Eu acho que é muito importante falar de travestilidade num espaço como esse. É muito importante porque em alguns momentos nós escutamos muito falar de homofobia, homofobia, homofobia, homofobia, e a mim, como representante desses segmentos ainda tão sem voz, ainda me incomoda um pouco estar nesse pacote tão grande.

Por que me incomoda um pouco estar nesse pacote tão grande? Inicialmente, porque eu agradeço todo convite para eventos de diversidade sexual, apesar de toda tristeza de estar incluído, porque, como travesti e representante de travestis e transexuais, nós não somos uma questão de discussão de diversidade sexual.

Nós somos uma questão que deveria ser tratada de diversidade de identidades. Eu sou, às vezes, muito criticada porque prego o movimento à desassociação da travestilidade, da transexualidade, da homossexualidade. São fatores diferenciados, com origens diferenciadas, com implicações sociais diferenciadas e que precisam de tratamento e entendimento diferenciados. Não se trata de privilégios ou preconceitos, mas sim da legitimidade do assunto que estamos tratando.

Eu acredito que o painel do que nós ouvimos um pouco falar de homofobia é muito triste, mas se projetarmos a homofobia como foi dita na escola, nos meios sociais, para os travestis transexuais, é uma situação confortável. Queria eu que as travestis pudessem sofrer homofobia no trabalho. Não, elas não estão empregadas. Queria que elas pudessem ser vítimas de *bullying*, mas, não, elas não podem estudar.

Então, a questão da "transfobia" se remete a outro tipo de preconceito, outro tipo de fundamento, não a rejeição sexual, a prática sexual, mas, sim, a rejeição a novas identidades, ao que nós estamos tratando como tema da família, a rejeição à redefinição e à rediscussão do que é gênero.

Digo que o primeiro preconceito em que as travestis ou os meninos, quando dão indícios de travestilidade ou transexualidade, são vítimas, é a

44 Presidente da Associação das Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro. Vice-presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, vice-presidente do Conselho Estadual LGBT do estado do Rio de Janeiro

misoginia. Algumas pessoas acham que misoginia é aversão à mulher. Eu acredito que misoginia é aversão ao gênero feminino, haja vista que todos os homossexuais, quando são crianças e são reprimidos... qual é a primeira ofensa e repressão que nós sofremos? "Pare de chorar. Você está igual a uma mulherzinha". Isso deixa bem claro onde está a origem do preconceito. Antes do meu preconceito por ser travesti ou da minha identidade com a possível homossexualidade – na infância nós ainda não detectamos bem – eu sou vítima de misoginia, eu sou a personificação do desprezo com que a mulher é vista em sociedade. Eu não falo isso com felicidade; é com muita tristeza, porque sou enxergada como homem, a classe dominante, vencedora.

O meu pior preconceito por ser travesti é "Você renunciou a ser homem para se tornar uma mulher? Para viver como uma mulher?" E o mais triste ainda é, às vezes, a gente ver que a mulher retribui esse preconceito contra as travestis que é fundamentado no ódio a sua própria figura. A mulher despreza "Não é mulher de verdade", e a discussão não é essa.

Na campanha do 29 de janeiro do ano passado, nós tivemos dois tipos de materiais e foram quatro dias para pensar em um slogan para a campanha. Ao final de muita discussão, muito quebra-pau – como é peculiar nas nossas reuniões de diretoria para se chegar a um veredicto –, o que venceu, adequado de várias formas, acho que foi muito legal e foi muito bom de ver sua aceitação. O tema era "Mulher de verdade respeita os travestis". Eram dois materiais diferentes. O do homem era "Respeitar os travestis e transexuais não te faz menos homem. Te faz mais humano". Na da mulher vinha em cima a frase "A união entre mulheres e travestis findará com todo machismo e opressão ao gênero feminino".

Entendo que a primeira consciência que mulheres heterossexuais ou mulheres adequadas biologicamente, travestis, transexuais têm de ter é um entendimento do respeito ao feminino, do respeito ao gênero, para aí, a partir daí, nós pensarmos em discutir machismo. Enquanto não apararmos as arestas do nosso gênero, da nossa fragilidade, eu acho que vai ficar muito difícil nós conseguirmos implementar uma discussão real contra o machismo, contra a opressão, contra a desvalorização do gênero feminino.

A questão da travestilidade também é muito importante ser discutida nesse espaço, porque uma das minhas grandes preocupações é –

quando os serviços de psicólogos são acessados por pais e mães ainda em conflito, buscando orientação – com uma orientação errônea que pode ter consequências catastróficas, como as que a associação vem acompanhando há alguns anos.

Eu me lembro que a minha travestilidade começou muito cedo. Aos doze anos eu já era um travesti completo, com modificações corporais, vindo de uma família inter-racial, intercultural e intersocial, porque era tudo dividido 50%, era muita cultura e muito recurso para uma parte, nenhum recurso e nenhuma cultura para a outra. Isso somado a todos os agravantes que uma relação inter-racial causa no Brasil, que nós fingimos que não, mas não é comum, não é normal. As pessoas não enxergam dessa forma. Isso foi muito complicado porque gerou um racha na minha família. A tática de uma parte foi procurar uma explicação clínica, uma explicação patológica para aquele fenômeno familiar, a outra me rejeitou por se tratar de uma "sem-vergonhice" social.

O que me preocupa hoje, avaliando que a busca por auxílio profissional não foi das melhores e que se eu não tivesse tido, entre tantas das sortes que eu graças a Deus tive na vida, o pai que eu tive, isso teria tido consequências bem piores, que impossibilitariam hoje de eu estar aqui, de eu ter tido a vida profissional que eu tive e que tenho, de poder ocupar os espaços e ser uma agente multiplicadora de oportunidades para os meus segmentos, porque é muito difícil a população brasileira se sentir representada por sujeitos que realmente vivenciam aquela realidade.

Geralmente, é alguém que acumulou saber, que teve essa oportunidade, que se aproxima dessa causa e dela vira o grande parceiro, e são muito poucas as populações que sofreram, que vieram lá de baixo e que tem na sua representatividade todo o acúmulo vivencial junto com o acúmulo técnico e teórico. E hoje as travestis no estado do Rio de Janeiro, nós conseguimos chegar a esse nível de excelência. Nós deixamos de ser objeto de estudo e passamos a ser sujeitos. "Não, nós não estamos numa sala para que a universidade venha nos estudar e publicar como vivemos, como comemos". Não. Nós queremos, sim, com a universidade, uma parceria em que o saber acadêmico, casado com o saber vivencial, possa produzir ou ajudar a produzir subsídios que gerem qualidade de vida para as pessoas.

Vejo no William Peres uma grande e qualificada atuação de um personagem acadêmico – no respeito, na responsabilidade da produção

acadêmica feita com as travestis transexuais. E eu quero mais exemplos, eu quero mais Williams Peres saindo. Eu brinco lá no Rio e falo que tem muita gente ganhando título de doutor com lixo acadêmico. Travestilidade e transexualidade são temas ainda muito pouco explorados, em que até a banca examinadora tem pouquíssima experiência do que sejam. Então, se você começar a falar muito e usar alguns termos "eu vou te dar nota 10 porque eu acho tão fantástico, nossa você conseguiu chegar perto deles e não foi mordido? Então, merece 10. Sei que você está falando e eu não entendo nada". E aí quando eu vou a alguns lugares em que tenho a possibilidade de estar em algumas aulas inaugurais do curso de Psicologia, oportunidade como o professor Pedro Paulo já me deu, assim como algumas universidades, as pessoas estão armadas e me descrevem "Olha, você e isso e aquilo, você age assim", e você leva aquele choque. "É sim. Olha quem foi que disse, ele é renomado". E aí aqueles estudos de alguns meses, de alguns anos, se sobrepõem aos meus 35 anos de vida. Não é assim.

Então, o que nós procuramos é a qualificação, é a parceria, porque eu acredito que ninguém vai modificar o mundo sozinho. Nós precisamos de várias frentes, só que para isso necessitamos: primeiro, da compreensão do movimento, da necessidade, do apoio acadêmico para legitimação dos seus dados, para computar seus dados, para centralizá-los; mas nós precisamos também da humildade acadêmica de respeitar o saber vivencial. Nenhum estudo de mestrado, doutorado que exista vai se sobrepor aos meus 30 de vivência, 24 horas por dia. Por mais que se tenha estudado um grupo grande de travestis durante todas as teses, não dá para se comparar com o grupo de travestis com que eu convivi durante toda a minha vida. Então, eu acho que só a junção desses dois saberes nos possibilitará formar bons profissionais que consigam dar orientações com vistas à qualidade daquela família. Porque o que me preocupa aqui no Brasil, por exemplo, quando nós falamos de menor de idade, é o que as pessoas têm de entendimento de proteção ao menor. Nós vamos falar de identidade, de respeito à identidade do menor de idade que tem a sua identidade, tem o seu gênero constituído, sim. As pessoas ainda hoje, quando eu falo do porquê da dissociação com a homossexualidade dizem: "Ninguém resolve com quem vai fazer sexo menor de idade". E eu retruco: "Gente, eu, como travesti, posso ir até

assexuado; eu não estou falando de com quem eu vou fazer sexo, eu estou falando de como a pessoa se identifica com o mundo".

Eu agora estou estudando, até para poder falar, porque algumas pessoas têm me pedido sobre isso, sobre a transição da operação de readequação genital com menores de idade que está acontecendo em alguns países. Ainda não tenho opinião formada porque acho que nós precisamos primeiro entender e depois transportar isso para a realidade brasileira. E o que inicialmente, assim muito por cima, me pareceu um pouco simples, eu sinto necessidade de estudar mais, porque achei um pouco simples demais e muito incoerente. Se eu diagnostico em você um pertencimento à identidade contrária ao seu sexo biológico e entendo que a solução para esse entrave é a cirurgia, para que vou esperar você chegar aos 18, 20 anos, com toda uma conformação física masculina consolidada, para aí sugerir uma intervenção cirúrgica médica? Porque não é só a questão da cirurgia, mas também da hormonioterapia, da feminilização facial, de todo um pacote sobre o qual não se fala. Fala-se da cirurgia, vagina, e parece que a questão é só essa. Não, é todo um pacote, e isso com uma pessoa com os caracteres masculinos já desenvolvidos, a qualidade dessa transformação não será a mesma, a proximidade com a aparência do gênero que essa pessoa deseja vai ficar muito distante.

Então, se realmente isso foi diagnosticado como um caso de uma mulher estar no biológico masculino, mas ser uma mulher, ou estar no biológico masculino e ser um homem, por que não a intervenção antes de a pessoa ter todos aqueles problemas pela modificação?

Eu sei que isso aqui seria visto como o cúmulo do absurdo, mas o que se está pensando realmente é na qualidade de vida da criança inicialmente, porque não se está pensando na moral do pai, na moral da sociedade que não pode ser tocada. Em proteção a essa falsa moral, crianças e mais crianças, pessoas e mais pessoas vão vivendo vidas infelizes, vão tendo suas infâncias suprimidas e roubadas porque não podem pensar como as outras crianças, pensar em amenidades, em besteira, porque têm de ficar tentando resolver seu conflito interno e a ele responder. Hoje, é muito simples para mim. Eu entendo que o problema não é comigo, o problema é dos outros e a doença está na cabeça dos outros.

É muito simples, mas veja como isso é pesado, como isso é cruel para uma criança de seis, sete anos que reza toda noite, como eu rezava para

que no dia seguinte eu acordasse normal, porque se todo mundo gostava de menina, todo mundo gostava de bola, só eu não, qual era o problema? Era eu, e isso para uma criança é muito cruel.

Até quando a sua travestilidade aflora e você liga o "dane-se". Você vai embora e quer ver gente, isso para mim é vital como respirar. Eu sei que eu vou pagar todos esses preços, eu sei que vou assinar esse contrato de abrir mão de todos os meus sonhos e direitos, mas não dá para viver sem ser assim.

Então, essa emergência, esse entendimento de que essas pessoas têm um gênero definido, têm um gênero próprio, que não é um modismo, que não é festa Por exemplo quando eu falo que não me comparem a uma "Drag Queen", mas falam "Mas você é desfeminina". Não me compare porque daí vira uma manifestação artística e eu não sou uma manifestação artística, não transito em gêneros. Está certo, quando eu vou para casa eu tiro a maquiagem, porque tem muito barro aqui para tirar, mas não diferente da Ângela Bismark. Eu desmonto o meu personagem feminino e fico numa "vibe" mais simples dentro do meu outro personagem feminino, que é a dona de casa, a esposa, e já não é a figura pública. É um desmontar, um transitar entre gêneros. Obviamente, eu digo que travesti não é homem e travesti não é mulher. Travesti é travesti. Travesti é uma identidade única, formulada dentro de uma criação masculina, somada, em determinado momento, a uma criação feminina.

Algumas coisas são particulares aos travestis, a nossa facilidade em pôr o nosso desejo sexual em prática, nós sermos aquelas mulheres que caçam, que buscam. Nós temos essa nossa liberdade sexual, essa nossa permissividade que é peculiar. Isso é o encontro das águas do masculino com o feminino que cria uma identidade única. Quando vou pôr em prática a minha sexualidade, a minha vivência feminina, já existe toda uma estrutura psicológica formulada no masculino sobre o que eu posso, o que eu não posso, sobre o que eu me permito ee o que eu não me permito, e isso cria uma identidade única.

A partir desse entendimento de identidade única, os formandos, os pais têm de ser orientados para que conheçam seus filhos, os respeitem e entendam e se entendam, achando o melhor caminho dentro desse fenômeno. Não você tratar, como eu vi uma vez num

programa, o programa Márcia, que tinha um psicólogo cuidando de alguns casos de homossexualidade. , Acho super interessante você ver esses programas porque é a possibilidade de ver como o povão que não está nem aí, que se presta, que se posiciona e o que pensa, é um grande termômetro. E havia o psicólogo, um homossexual e uma travesti. Para a mãe do homossexual, o psicólogo falava que ela tinha que entender, que ele trabalhava, que ele era um cara normal; para a família da travesti, ele simplesmente disse: "Se você fosse homossexual, disso você não teria culpa, mas ser travesti... Olha a que você está expondo a sua mãe".

Então, há dois pesos e duas medidas totalmente diferentes. Se existe o entendimento de uma pessoa não ser homofóbica, não quer dizer que a pessoa não seja transfóbica, porque há muita gente que adora o homossexual, principalmente o gay de estimação. "Ah, eu tenho um amigo gay. Ele vai sempre lá em casa. Só não pode levar namorado, se tiver uma festa ele não pode beijar e tudo, mas eu adoro ele, ele é gente finíssima. É, eu me dou com gays, não discrimino não, eu o cumprimento na padaria, sou super legal". Existe esse gay de estimação, ou até outro tipo de gay de quem eu gosto também: "Ah, meu amigo é gay, o William é gay, mas ele nem parece, eu gosto assim, bem discreto. Ele e o casinho dele: você pensa que é sobrinho, ninguém nem percebe".

Agora uma travesti não, nem com esse falso posicionamento ela vai ser aceita. Hoje em dia, é muito cruel, não ver você, não ver uma mulher adequada como Beth. Vocês adentram, então, pela porta do preconceito social, que é o que há de maior. Ah! a travesti é outra mulher adequada, mas a outra é psicóloga, outra é gestora no Rio, Então, enquadra-se melhor ela do que uma pessoa que não seja transexual, também é feinha, não seja arrumada como a gente, não seja a nossa altura.

É por isso que nós entramos. É muito triste o que a gente discute na reunião. E falam: ah mas você tem um destaque, você frequenta alguns lugares tristes. Triste é eu ter de vir aqui, o meu destaque, a minha posição social é para dizer que eu tenho menos direito, que socialmente eu sou menos, que socialmente as pessoas não me aceitam, ter o tempo todo de solicitar parcerias para garantir o

que todo mundo tem. Que coisa triste! Eu preferia realmente gastar meu tempo fazendo fofoca, ver um programa da Sonia Abrão ou, então, bater papo no MSN, coisas que eu gostaria de fazer, mas não me sobra tempo. Então, o que a gente veio buscar com essa fala foi simplesmente aproximar as travestis transexuais de todos vocês, como apenas uma vertente do gênero feminino, gênero feminino em que a protagonista é a mulher, mas travestis e transexuais vêm provar que gênero é desassociado de genitália.

Resistência globalizada contra o diagnóstico de gênero

Berenice Bento[45]

No dia 17 de outubro de 2009, foram realizadas em 29 cidades de 17 países iniciativas pela eliminação do transtorno de identidade de gênero dos manuais internacionais de diagnóstico. A atividade teve origem na iniciativa do Coletivo Manis de Visibilidade Trans (também conhecido como Existrans), em Paris. As primeiras manifestações ocorreram em Madri, Barcelona e Paris, em 2007. No ano seguinte, eram 11 cidades mobilizadas contra a patologização transexual.

Na Espanha, em junho de 2009, aconteceu a primeira Assembleia Trans internacional, na cidade de Barcelona. A ação teve como objetivo a luta contra a transfobia e os processos de psiquiatrização dos(as) transexuais. Em princípios de 2007 foi aprovada a Lei de Identidade de Gênero na Espanha, que normalizou o protocolo psiquiátrico para permitir a mudança de nome e de sexo na documentação oficial, desvinculando as mudanças corporais das mudanças legais nos documentos. No entanto, o parecer médico psiquiátrico que atesta a condição de transtornado(a) de gênero manteve-se como condição necessária para realização das cirurgias e alterações dos documentos. Segundo o movimento: "não estamos dispostos a suportar mais certificados, mais 'testes de vida real', mais terapias de grupo. Não somos disfóricos e temos direito a decidir!"[46]

O conteúdo dessa campanha se aproxima das lutas feministas que reivindicam o direito de as mulheres cromossomaticamente XX a terem autonomia de decisão sobre suas vidas e seus corpos, uma luta histórica

---

45 Professora do Departamento de Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre e doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. Pós-doutora pelo Ceam/UnB. Fez pesquisa para seu doutorado na Espanha (Universidade de Barcelona). Participa de eventos científicos nacionais e internacionais, tem artigos em livros e periódicos. É autora dos livros *A reinvenção do corpo:* sexualidade e gênero na experiência transexual (Garamond, 2006) e *O que é transexualidade* (Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2008). Atualmente é coordenadora do Núcleo Tirésias/UFRN. Realiza pesquisa sobre sexualidades, gêneros, estudos *queer* e direitos humanos.

46 A consideração de gênero como uma categoria diagnóstica tem como desdobramento a formulação de um protocolo rígido. Antes de chegar ao diagnóstico de *"transtorno de identidade de gênero"*, condição para realização das alterações corporais e dos documentos, o(a) demandante deve fazer terapia psicológica por anos, vestir-se com as roupas do gênero identificado (teste de vida real), fazer a hormonioterapia, vários testes psicológicos etc. Para uma discussão sobre o protocolo, ver: Judith Butler (2004); Berenice Bento (2006); Jorge Leite Jr. (2009).

contra a biopolítica. No caso da patologização do gênero, é preciso enfrentar a discussão sobre a incorporação e apropriação de uma categoria cultural como categoria diagnóstica e pautar o debate sobre a inteligibilidade de gênero e suas normatizações materializadas em ações do Estado. Ou seja, essa campanha não está vinculada a uma questão identitária ou a uma parte da população, no caso, as pessoas transexuais, travestis e intersex. A luta pelo fim do diagnóstico de gênero tem inúmeras conexões com a discussão da autonomia das mulheres e com o debate sobre as práticas eróticas fora dos marcos reprodutivos, a exemplo das homossexualidades.

Atualmente, são mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul que estão engajadas na campanha pela retirada da transexualidade do DSM e do CID. As mobilizações se organizam em torno de cinco pontos:

- retirada do TIG (Transtorno de Identidade de Gênero) do DSM-V e CIE-11;
- retirada da menção de sexo dos documentos oficiais;
- abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersex;
- livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica);
- luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais.

O manifesto afirma:

> (...) La patologización de la transexualidad bajo el "trastorno de identidad sexual" es un gravísimo ejercicio de control y normalización. **El tratamiento de este trastorno se lleva a cabo en diferentes centros de todo el mundo. En casos como el del Estado Español, es obligatorio el paso por** una evaluación psiquiátrica en las Unidades de Identidad de Género que, en algunas ocasiones, va asociada a un control semanal de nuestra identidad de género a través de terapias de grupo y familiares y todo tipo de procesos denigrantes que vulneran nuestros derechos. En el

> caso del Estado español, hay que resaltar que cualquier persona que desee cambiar su nombre en la documentación o modificar su cuerpo con hormonas u operaciones debe pasar obligatoriamente por una consulta psiquiátrica. (...)[47]

Outra iniciativa partiu de ativistas, professoras/professores e cientistas de diversos países que se somaram à campanha internacional pela despatologização.[48]

Os desdobramentos da campanha começam a ser observados, a exemplo da iniciativa unilateral da França em desconsiderar a transexualidade como um transtorno, embora permaneça a exigência das cirurgias de transformação corporal para que se possa solicitar, via processo judicial, a modificação do registro de sexo nos documentos.

A campanha pelo fim do diagnóstico de gênero tem de enfrentar argumentos que utilizam como estratégica discursiva a diferença sexual natural dos corpos como origem explicativa das identidades. Apresentam-se, a seguir, alguns dos argumentos em defesa da patologização do gênero e sua problematização em blocos. Ressalta-se a preferência, aqui, em nomear "patologização do gênero" em vez de "psiquiatrização do gênero", por entender que há um conjunto de saberes polimorfos que se articulam para produzir as normas e os normais de gênero. Embora o DSM seja um documento de caráter psiquiátrico, ele só consegue se materializar em políticas do corpo nos programas de identidade de gênero e em políticas de Estado, uma vez que compartilha com os outros saberes as mesmas bases fundacionais definidoras do gênero.

Argumento I – Diferença natural entre os gêneros

Transexuais e travestis são doentes porque ou se nasce homem ou se nasce mulher.

Este argumento circula amplamente em todas as esferas e relações sociais. Contudo, não se pode identificá-lo como pertencente

47 O manifesto oficial da campanha é apresentado no Anexo. Para informações atualizadas da campanha, ver: <http://stop2012.wordpress.com/>.

48 Esse manifesto é apresentado no Anexo.

exclusivamente ao chamado senso comum. Aqui, senso comum e pensamento científico hegemônico se retroalimentam, tornando difícil identificar onde começa um e termina outro. O senso comum afirma que é provado cientificamente que homens e mulheres são radicalmente diferentes e nada se pode fazer contra a diferença sexual. O pensamento científico hegemônico se apropria das recorrências observáveis nas relações entre os gêneros para conferir cientificidade a seus achados, reforçando circularmente a diferença sexual natural.

Caberia aqui uma discussão sociológica, histórica e antropológica das múltiplas configurações e performances de gêneros e de práticas eróticas em outras sociedades e em nossa própria, para sustentar nossa tese de que o gênero é um assunto de poder. Portanto, discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos. A natureza do gênero é ser desde sempre cultura. Nas últimas décadas, esta disputa interna e externa ao mundo acadêmico ficou explicitada. Cientistas sociais, historiadoras(es), filósofas(os) e alguns setores do ativismo LGBTTI vêm produzindo discursos contra-hegemônicos ao poder/saber da biomedicina.

A tensão desse debate é potencializada quando se faz um recorte vinculando-o às questões das pessoas transexuais e travestis. Nesse momento, emergem outras configurações discursivas apresentadas a favor da manutenção do gênero como categoria diagnóstica.

Argumento II – A visão suicidógena

Não se pode retirar a obrigatoriedade da terapia psicológica ou flexibilizar o protocolo. Há relatos de pessoas transexuais que se suicidaram porque fizeram as transformações corporais e depois de arrependeram. Essas cirurgias são irreversíveis.

Nada mais falso do que a visão de que as pessoas transexuais e travestis são potencialmente suicidas. A defesa da obrigatoriedade de um protocolo rígido que obriga as pessoas trans a realizar acompanhamento terapêutico, com o argumento de que se deve agir desta forma para o bem das(os) demandantes, escamoteia a posição hegemônica de que essas pessoas são transtornadas, portadoras de subjetividades desconectadas com a realidade e, portanto, sem condições psíquicas de

eleger. Essa é uma estratégica discursiva que retira a autonomia e não reconhece a condição de sujeitos das pessoas transexuais e travestis.

Parece uma contradição que qualquer psicólogo ou psicanalista, minimamente consciente dos significados da aliança terapêutica, defenda a obrigatoriedade da terapia; daí o crescente número desses(as) profissionais que se somam à luta pela despatologização do gênero em todo o mundo e que passam a estabelecer uma importante discussão e disputa interna ao seu campo de saber.

A questão do protocolo adquire para nossa discussão importância central. Uma vez definido que o gênero é uma categoria medicalizável, o passo seguinte será estabelecer os mecanismos para curá-lo. O protocolo orienta as políticas públicas para o atendimento à saúde da população travesti e transexual, a exemplo do que aconteceu com a portaria do Ministério da Saúde, que segue inteiramente os cânones da APA e do CID.[49]

Se partirmos do pressuposto de que há múltiplas possibilidades de experiências e práticas de gênero e que as pessoas que solicitam alterações corporais ou desejam migrar legalmente de um gênero imposto para outro com o qual se identificam são sujeitos capazes de conferir sentido para essas transformações, não há justificativa para definir um protocolo fundamentado no transtorno mental. Questionar o protocolo, nos termos em que vem sendo implementado, é encarar a questão da patologização do gênero. Portanto, a questão do suicídio parece muito mais uma retórica da vitimização para continuar medicalizando os gêneros.

É necessário um protocolo? É importante a terapia psicológica? Certamente para algumas pessoas transexuais e travestis a escuta terapêutica é importante. Mas o tempo da terapia e a escolha do(a) terapeuta devem ser questões (e todas as demais) fundamentadas no reconhecimento pleno da capacidade do sujeito que vive a experiência transexual e travesti em decidir, inclusive, se em determinados momentos precisa da ajuda especializada para decidir, aliás, como tantos outros sujeitos que recorrem às ciências psi.[50]

---

49 Portaria nº. 1.707/GM (agosto de 2008) e Portaria nº. 457/SAS (agosto de 2008). Nessas portarias, os homens transexuais foram excluídos do processo transexualizador. Segundo orientação do Conselho Federal de Medicina, as cirurgias demandadas pelos homens transexuais ainda são consideradas experimentais. São três cirurgias: a neofaloplastia, a histerectomia e a mastectomia. As duas últimas são realizadas há décadas pelas mulheres biológicas. Até momento, não há uma única justificativa para essa exclusão.

50 Há inúmeros protocolos alternativos que foram formulados pelo movimento transexual em diversos países, nos quais o princípio estruturante está no reconhecimento da condição de sujeito das pessoas transexuais e travestis. Ver: <http://www.transsexualitat.org>.

Argumento III – Concessões estratégicas

Se a transexualidade e a travestilidade não forem consideradas doenças, o Estado não custeará as despesas com processos de transformações corporais.

Há um grupo considerável que defende essa estratégia, mas no qual, ao ser dividido, verificam-se interesses diferentes. Para as pessoas transexuais e travestis que precisam usar os serviços públicos para realizar determinadas transformações corporais, é uma preocupação a retirada do caráter de transtorno. Mas há os que defendem o diagnóstico de gênero e que se ancoram oportunisticamente no argumento do acesso aos serviços de saúde, principalmente aquelas(es) que operam capilarmente o DSM.

No entanto, independentemente do interesse que motiva a defesa do diagnóstico de gênero, nota-se uma inversão à lógica do pertencimento a uma comunidade chamada Estado-Nação. Os interesses hegemônicos do Estado passam a ser defendidos como verdades a-históricas e a biopolítica passa a ser naturalizada por um discurso de atemporalidade.

Se, para o Estado, os(as) normais gênero são aqueles(as) que têm correspondência entre genitália, performance e práticas eróticas, e se essa definição gera um *modus operandi* que exclui sujeitos que estão nos seus marcos, estamos diante de uma contradição com sua própria definição universalizante. A resposta para resolver essa contradição nos marcos do DSM é a inclusão excludente. O silêncio diante de uma produção e reprodução de uma cidadania precária e deficitária, intencionalmente implementada pelo Estado, retira-nos da posição de vítimas para a de cúmplices. Concordar que o gênero continue sendo diagnosticado é permitir que os seres construídos como abjetos devam continuar habitando as margens do Estado.

A transformação da concepção de gênero que atualmente opera as políticas do Estado depende de ações dos atores sociais envolvidos na produção e na disputa de discursos sobre normalidade e anormalidade. O Estado não é ente substantivado, uma força abstrata que paira

sobre nossas cabeças e tem o poder absoluto. A concepção de gênero que orienta as ações do Estado, em sentido ampliado, e as questões referentes aos processos transexualizador e travestilizador, em particular, não obedecem a uma lógica a-histórica.

O Estado ganha sua concretude nas ações de sujeitos históricos. Fazemos o Estado a cada ato em que o experienciamos. Por exemplo, na condição de professoras(es), cada vez que entramos em sala de aula ou participamos de reuniões em departamentos e na vida universitária, estamos fazendo o Estado. Da mesma forma que não existe Justiça, mas práticas jurídicas, o Estado não está acima do mundo da vida. Por que reforço uma concepção de Estado que prioriza as dinâmicas, as práticas, as disputas? Para contrapor-me ao argumento derrotista, que diz que retirar o gênero do DSM é desobrigar o Estado de custear os processos de transformações corporais.

Outro dia, uma especialista argumentou: "As pessoas transexuais e travestis terão de frequentar os serviços de saúde para sempre, para fazer o controle das taxas de hormônios e para outros procedimentos, por isso, deve-se manter no DSM, para assegurar o tratamento." Então, significa que as pessoas diabéticas terão de ter um protocolo nos mesmos termos que as transexuais e travestis. Da mesma forma que aqueles(as) que têm doenças congênitas também deverão ter um protocolo rígido, pois, caso contrário, o Estado ficaria desincumbido de prestar atendimento. Ou, ainda, todos(as) teríamos de nos submeter a um protocolo rígido, pois, na medicalização da vida a que somos todas(os) submetidas(os), ninguém escapa.

É um mistério a origem do argumento que condiciona o acesso ao cuidado integral da saúde das pessoas trans ao parecer médico-psiquiatra de transtornado de gênero. Esse terrorismo discursivo precisa ser radicalmente combatido. Ao nos render a ele, estaremos alimentando *ad infinutum* a máquina produtora dos normais e dos anormais de gênero. O mais interessante é que, para ser considerado um transtornado de gênero, a pessoa transexual aprende a jogar muito bem com os discursos que definem hegemonicamente o que é ser um homem e uma mulher.

Argumento IV – A autoridade científica

Por fim, há quem se fie no argumento da autoridade científica para defender o diagnóstico de gênero: *Afinal, se está no DSM-IV, no CID-10 e no SO, é porque está provado cientificamente que há os normais de gêneros e doentes.* Será?

É inegável que o grande êxito alcançado pelo DSM-IV entre os profissionais da saúde mental, a partir de sua terceira versão, deve-se ao fato de o documento reivindicar para si o caráter científico, baseado em princípios de testabilidade e verificabilidade. Mas se esses princípios podem ser questionados em cada uma das classificações ali apresentadas, no caso da transexualidade ou nos chamados "transtornos de identidade de gênero", a pretensão de cientificidade não se sustenta. Na parte referente a "Achados laboratoriais associados", o manual afirma:

> Não existe qualquer teste diagnóstico específico para o Transtorno da Identidade de Gênero. Na presença de um exame físico normal, geralmente não se indica o cariótipo de cromossomas sexuais e avaliações de hormônios sexuais. A testagem psicológica pode revelar identificação ou padrões de comportamento do gênero oposto.[51]

O SOC reconhece limitações de um conhecimento cientificamente comprovado por testes laboratoriais para produção do diagnóstico de "disforia de gênero", mas alimenta a esperança de que as incertezas clínicas possam resolver-se no futuro por meio da investigação científica. [52]

É quase risível. Definem-se transtornos de gênero ou disforia de gênero, são estabelecidos protocolos universalizantes, define-se a normalidade de gênero, para reconhecer anemicamente que não há confiabilidade em suas afirmações. Por fim, chegamos ao verdadeiro conteúdo do DSM-IV: é um texto que materializa uma visão cultural hegemônica e

---

51 Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/cid/persocid.html>. Acesso em: 10 mar. 2009.

52 Disponível em: <http://www.wpath.org>.

singular de gênero, mas que, contraditoriamente, consegue seu êxito por apresentar-se como universal porque tem como aliada a retórica da cientificidade de seus achados, mesmo sem tê-la. Portanto, a defesa da diferença sexual como dado primeiro para se definir o gênero é uma construção de gênero. É preciso reafirmar que o DSM-IV, o CID-10 e o SOC são falaciosos e produtores institucionais de transfobia, lesbofobia e homofobia. Quem formula esses códigos é um grupo fechado de especialistas orientados pela heteronormatividade.

Conclusão

Por que diagnosticar o gênero? Quem autoriza os psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas e outras especialidades que fazem parte das equipes multidisciplinares a avaliar as pessoas transexuais e travestis como "doentes"? Se não existe nenhum exame clínico que conduza a produção do diagnóstico, como determinar a ocorrência do "transtorno"? Qual e como estabelecer os limites discerníveis entre "os transtornados de gênero" e "os normais de gênero"?

O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros, portanto, estamos no nível do discurso. Não existe um só átomo de neutralidade nesses códigos. Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual.

A Campanha "Pare a Patologização!" tem um papel histórico de produzir e aglutinar forças na luta pela desnaturalização do gênero e, certamente, as mobilizações e iniciativas que acontecerão em diversas partes do mundo produzirão efeitos múltiplos e rizomáticos. Certamente, a APA terá de se posicionar de forma mais transparente e contínua sobre os interesses que a fazem continuar operando uma categoria cultural como categoria nosológica.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, H. Transvestism and transsexualism. *Internacional* **Journal of Sexology**. v. 7, n. 1, 1953.

_____. **El fenómeno transexual**. (Versión española del Dr. J. Fernández de Aguilar Torres). Sevilla, 2001.

BENTO, B. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 1.707/GM. **Diário Oficial da União**, n. 159, Seção1, p. 43. 19 de agosto de 2008.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº. 457/SAS. **Diário Oficial da União**. n. 160, 20 de agosto de 2008.

BUTLER, J. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CORRÊA, M. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, A. et al. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

CABRAL, M. Em estado de excepción: intersexualidade e intervenciones sociomédicas. In: CÁCERES, C. F. et al. **Sexualidad, estigma y derechos humanos**: desafíos para el acceso a la salud en América Latina. Lima: Faspa/UPCH, 2006.

_____. (Org.). **Campana por la convención de los derechos sexuales y los derechos reproductivos**. Lima, 2004 (Séries para el debate, n. 3).

_____. Pensar la intersexualidad, hoy. In: MAFIA, D. (Comp.). **Sexualidades migrantes**: género y transgénero. Buenos Aires: Feminaria, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 1.482**, de 1997.

_____. **Resolução no. 1.652**, de 2002.

LOTHSTEIN, L. **Famale-To-Male transsexualism**: historical, clinical and theoretical issues. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1983.

LEITE JR., J. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. Tese (Doutorado). São Paulo, PUC-SP, 2008.

RUSSO, J. A. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: PISCITELLI, A. et al. **Sexualidade e saberes:** convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

STONE, S. El imperio contraataca. Un manisfiesto postransexual. In: CABRAL, M. (Org.). **Campana por la convención de los derechos sexuales y los derechos reproductivos**. Lima, 2004 (Séries para el debate, n. 3).

Páginas eletrônicas:

<http://www.gendercare.com>.

<http://www.psiqweb.med.br/cid/persocid.html>.

<http://www.wpath.org>.

<http://www.symposion.com/ijt/benjamin>.

<http://www.psiweb.med.br/cid/persocid.html>.

<http://www.appi.org>.

<http://www.isna.org>.

<http://www.dsm5.org/>.

<http://stp2012.wordpress.com/>.

<http://www.sxpolitics.org>. (sexuality policy watch)

<http://www.transsexualitat.org>.

Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma Psicologia política QUEER

Wiliam Siqueira Peres [53]

Os olhares possíveis voltados para a atualidade têm mostrado o quão velozmente têm emergido expressões sexuais e de gêneros que não se enquadram nos referenciais teóricos e metodológicos que temos disponíveis no acervo epistemológico nosográfico. Na maioria das vezes ainda somos levados a nos orientar por saberes que foram construídos em outros contextos socio-históricos, ou seja, os postulados psicopatológicos dizem respeito ao final do século XIX e início do século XX.

A pesquisa genealógica empreendida por Michel Foucault presente em seus livros *Vigiar e Punir* (1987), nos três volumes da *História da Sexualidade – A vontade de saber, O cuidado de si, O uso dos prazeres* (1988) e seus cursos ministrados em território francês, entre eles *Em defesa da sociedade* (1999), *Segurança, território, população* (2008), *Nascimento da biopolítica* (2008) apresenta toda uma trajetória de como o poder cria estratégias para adestrar e disciplinar os corpos, dentro de assertivas denominadas biopoder, assim como de regulação da população e normatização de seus prazeres, que veio a denominar biopolíticas.

Para Michel Foucault as interfaces complementares entre o biopoder e as biopolíticas tiveram início na Idade Clássica, quando os mecanismos de poder no Ocidente passam por transformações. O poder, que até então barrava e destruía, passa a funcionar como um poder destinado a produzir forças – o direito de morte se desloca para um poder gerador de vida.

A partir do século XIX, presenciamos as guerras mais sangrentas de todos os tempos, e holocaustos terríveis de governantes sobre suas próprias populações.

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. "(...) "O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégias entre os Estados". (FOUCAULT, 1988:129)

---

53 Universidade Estadual de São Paulo (Unesp)-Assis

Em tempos mais atuais essas posições parecem ter-se tornado estratégias entre as pessoas também, marcadas por uma cultura do narcisismo, em que o que conta é levar vantagem sobre o outro. Paul Virilio (1984) tem falado a respeito de uma consciência de guerra em que vence o melhor estrategista, no qual a ideia de estratégia é tomada como um conceito usado nos planos de combates. Seguindo essa lógica, Michel Foucault (1988: 129) afirma que "o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população", colocando em evidência as sexualidades, seus prazeres e suas diferenciações.

Vemos assim um poder sobre a vida que se desenvolveu a partir do século XVII, em duas formas: a primeira centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, aumento de aptidões, na extorsão de suas forças, mas também nos modos de sua utilidade e docilidade diante dos sistemas de vigilância e controle, capturados pelos procedimentos disciplinares: uma anatomo-política do corpo humano; a segunda forma, por volta de meados do séc. XVIII, centrou-se no corpo espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: os nascimentos e as mortalidades, as proliferações, nível de saúde, a duração da vida, a longevidade e todas as condições que podem fazê-los variar. Esses processos são assumidos a partir de uma série de intervenções e regulações: uma biopolítica da população.

O modo antigo da potência de morte vai sendo substituída pela disciplinarização dos corpos e pela regulação da vida. Essa nova metodologia de controle permitiu o surgimento de diversas tecnologias anatômicas e biológicas, individualizante e especificante; um poder que não procura mais matar, mas investir sobre a vida.

Será neste período que veremos surgir de forma rápida as escolas, os colégios, os hospitais, as casernas, os ateliês, assim como as preocupações no terreno político e econômico ligadas às questões de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração. É o momento da explosão de técnicas de sujeição dos corpos e controle das populações: eis a era do biopoder.

Do lado das disciplinas, as instituições como o exército, o hospital e as escolas se preocupavam com as questões táticas, da aprendizagem, da educação e a ordem da sociedade; do lado da regulação das populações,

a demografia, atendo-se à relação entre recursos e habitantes, às concentrações das riquezas e sua distribuição, à duração da vida. Essas estratégias de disciplina e de regulação se intensificam por meio das alianças estabelecidas entre o Estado, a igreja, a família, assim como pela Medicina, a Pedagogia e a Psicologia.

Essas disposições articularão os agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder do século XIX e que se manterão até os nossos dias: o dispositivo da sexualidade.

O biopoder e as biopolíticas tiveram importância fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, por meio do controle dos corpos na linha de produção, assim como a partir do ajustamento da população aos processos econômicos. Foram desenvolvidas, disseminadas e efetivadas, por instituições diversas de disciplina e de regulação, técnicas especiais de adestramento dos corpos, para que se tornassem disciplinados e dóceis.

As transformações que se desenvolveram por meio do biopoder produziram rupturas no saber clássico, atuando diretamente no discurso científico, que foi buscar novo modo de relação entre a história e a vida, marcando uma dupla posição, que situa a vida fora da história, com suas imediações biológicas, e dentro da história humana por meio das técnicas de saber-poder e de autogoverno. Paralelamente vamos perceber a proliferação de tecnologias políticas e seus investimentos sobre os corpos, a saúde, as maneiras de se alimentar, de se vestir, de morar, de se comportar, enfim, os modos de viver em todo o espaço da existência.

Outra consequência do biopoder diz respeito à importância crescente dada à norma, em consideração ao sistema jurídico da lei. A lei traz sempre em seu bojo uma ameaça absoluta, pois ela sempre se refere ao gládio. A lei funciona como um dispositivo do poder, dadas as necessidades contínuas de regulação e correção, dentro do qual ela qualifica, mede, avalia e hierarquiza, distribuindo-se em torno da norma e, consequentemente, analisa, diagnostica, psicologiza, medica, trata, trancafia e isola.

Cada vez mais a lei assume um caráter de norma e as instituições judiciárias, educacionais e reparadoras se integram a um contínuo de aparelhos médicos, psicológicos, administrativos etc., cujas funções são,

sobretudo, reguladores, e neste sentido aponta Michel Foucault (1988: 135) "uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida". A vida como objeto político surge como resistência aos sistemas que tenta controlá-la e, neste sentido, foi a vida e não o direito que se tornou objeto das lutas políticas. A esse respeito, o autor afirma que

> O direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o "direito" acima de tudo, acima de todas as opressões ou "alienações", de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse "direito" tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania. (FOUCAULT, 1988: 136)

Desta forma, o sexo surge como foco de disputa política.

O sexo se encontra na articulação entre os dois eixos que desenvolveram as tecnologias políticas: **as disciplinas dos corpos** – adestramento, intensificação/distribuição das forças, ajustamento/economia das energias; **a regulação das populações** – vigilâncias infinitesimais (epidemiológica e moral), controles constantes, ordenações espaciais, exames médicos/psicológicos.

Marcados por esses dispositivos de controle e regulação, a partir do séc. XIX, a sexualidade foi investigada em cada existência, explorando cada detalhe: por meio da análise das condutas, dos materiais oníricos, as pequenas desrazões, desde a infância, tornando-se a chave da individualidade, mediante a qual poderia ser analisada e entendida sua constituição. Como consequência dessa lógica, Michel Foucault e Richard Sennett (1988 A) afirmam que não é possível pensar a subjetividade fora dos domínios da sexualidade. Torna-se tema das operações políticas e econômicas (incitação/controle da procriação) e de campanhas ideológicas de moralização e responsabilização dos desvios cometidos pela população.

De modo clarificador, Michel Foucault (1988: 137) demarca que "de um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações".

Nos últimos dois séculos, quatro grandes linhas de ataque foram priorizadas pela política do sexo, compondo, assim, as tecnologias disciplinares e os procedimentos reguladores:

* **Histerização do corpo da mulher:** diagnosticado como um corpo saturado de sexualidade, ganha status de patologia a ser tratada, e curada, para que possa cumprir com as obrigações que assegurem uma educação saudável a seus filhos, a solidificação da instituição familiar e a salvação da sociedade.

* **Pedagogização do sexo da criança:** campanha pela saúde da raça – a sexualidade precoce (onanismo, curiosidade), desde o século XVIII até o fim do século XIX, era vista como ameaça epidêmica que poderia comprometer o futuro da saúde da vida adulta, da sociedade e da espécie. Os pais, a família, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, devem encarregar-se continuamente de atenção e cuidados sobre o germe sexual precioso, perigoso e em perigo.

* **Socialização das condutas de procriação:** socialização econômica e política mediante a responsabilização dos casais relativamente a todo o corpo social (estimulação/redução), perante a fecundidade e o aumento populacional, assim como socialização médica dos valores patogênicos atribuídos às práticas de controle de natalidade, com relação ao indivíduo ou à espécie.

* **Psiquiatrização do prazer perverso:** em parceria com a medicalização da sexualidade, a partir de análise das condutas sexuais, foi possível estabelecer diferenciações entre o que seria visto como da ordem da normalidade e o que seria patogênico, estabelecendo as respectivas tecnologias de correção, de modo a promover adestramentos individuais.

Em uma sociedade organizada, durante muito tempo, a partir de sistemas de alianças, que fortalecem vínculos consanguíneos, que se diferencia em ordens e castas, com valores de linhagem, assim como a morte iminente provocada pela fome, pela peste, pelas epidemias, o sangue se tornou um dos valores fundamentais na organização social, econômica e política das populações: sociedade de sangue, derramamento de sangue, sangue nobre.

Na sociedade contemporânea, por sua vez, o que vemos é a prevalência do sexo e da sexualidade, os mecanismos de poder se dirigem ao corpo,

à vida, ao que faz reforçar a espécie. O que determina sua importância é a insistência dos mecanismos de saber/poder de forma provocativa e amedrontadora; o poder esboça a sociedade do sexo, suscitando-a e servindo-se dela para criar seus dispositivos de controle e de segurança da sexualidade e de suas práticas, marcando assim a sua finalidade e seu sentido. Desta forma:

> Foram os novos procedimentos do poder, elaborados durante a época clássica e postos em ação no século XIX, que fizeram passar nossas sociedades de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade. Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações". (FOUCAULT, 1988:139)

Embora as analíticas da segurança e das sexualidades e de seus prazeres possam ser vistas como pertencentes a regimes de poder diferentes, justapõem-se em ecos e interações. Tanto que a preocupação com as práticas sexuais que fogem da heteronormatividade e do falocentrismo tem estado presente há quase dois séculos na gestão das sexualidades e de seus prazeres.

Essa influência é notável a partir de toda uma política de povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e diversas formas de intervenção sobre o corpo, os comportamentos, a saúde, inclusive a mental, justificadas a partir de preocupações de proteção com a pureza do sangue e o triunfo da raça. (nazismo/eugenia).

A psicanálise, nesse sentido, teve sua importância marcada pelas respostas dadas ao nazismo e à perseguição antissemita, rompendo com a neuropsiquiatria da degenerescência, colocando em análise os mecanismos de poder que pretendiam controlar e produzir o cotidiano da sexualidade, porém sem perder de vista seu caráter normatizador reificado na maioria de suas práticas.

Romper com as premissas essencialistas significa fazer a história da sexualidade dentro do referencial socio-histórico, seria esquivar-se da

existência biológica das funções sexuais e falar da sexualidade como uma complexidade que solicita interfaces com classe social, cor/raça, gênero, orientação sexual, geração, territórios geopolíticos e existenciais que nos remetem aos diversos lineamentos que participam dos processos de subjetivação contemporânea.

A análise da sexualidade como dispositivo político não implicaria necessariamente a elisão do corpo, da anatomia, o biológico ou o funcional, seria uma forma de mostrar de que modo se articulam os dispositivos do poder sobre o corpo, suas funções, processos fisiológicos, sensações e prazeres. Colocar o corpo em interface com o biológico e o político fora das referências do evolucionismo, para que se liguem às complexas tecnologias modernas de saber/poder que tomam por alvo a vida.

Com relação à história da sexualidade, seria paradoxal querer fazer uma história da sexualidade no nível dos corpos, sem tratar do sexo, pois

> O sexo seria, na realidade, o ponto de fixação que apoia as manifestações da sexualidade ou, ao contrário, uma ideia complexa historicamente formada no seio do dispositivo da sexualidade? Poder-se-ia mostrar, em todo caso, de que maneira esta ideia de sexo se formou através das diferentes estratégias de poder e que papel definido desempenhou nisso tudo. (FOUCAULT, 1988: 143)

O desenvolvimento do dispositivo da sexualidade, a partir do século XIX, traz a ideia de que existe algo mais do que corpos, órgãos, funções, sistemas anatomo-fisiológicos, sensações e prazeres. Existe algo que possui propriedades intrínsecas, assim como, suas próprias leis: o sexo. Como aponta Carole Vance (1995), o órgão sexual mais importante do humano não se encontra entre as pernas, mas entre as orelhas.

Surge, assim, uma teoria geral do sexo, que exerceu forte influência sobre o dispositivo da sexualidade, entre elas três mais importantes:

- Primeiro, a noção de sexo que permite agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, que de certa maneira ganhou valor universalizante.

- Apresentando-se como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, permitiu a criação de uma linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução, mas também, toda uma classificação que serviu ao estabelecimento de princípios de normalidade à sexualidade humana.

- A noção de sexo permitiu, também, inverter as relações entre o poder e a sexualidade.
- Sobre a ideia a respeito do verbete "sexo", Michel Foucault complementa:

> o sexo, essa instância que parece dominarmos, esse segredo que nos parece subjacente a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, ao qual pedimos revelar o que somos e liberar-nos o que nos define, o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo da sexualidade e por seu funcionamento (...) o sexo é ao contrário, o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo da sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres. (FOUCAULT, 1988:145)

A força do dispositivo da sexualidade que engendra entre seus componentes e o sexo tem uma importância muito grande nos dias atuais, na composição da identidade da mulher e do homem moderno, que lhe dá inteligibilidade. Todas as ações e relações estabelecidas pelos humanos parecem necessariamente passar pela sexualidade (compondo assim a subjetividade), e neste sentido,

> com a criação do elemento imaginário, que é o sexo, o dispositivo da sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo – desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, liberá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade. Ele constitui o sexo como desejável. (FOUCAULT, 1988:146)

Todas essas demarcações apresentadas por Michel Foucault têm contribuído para as análises possíveis a respeito das emergências de novas expressões sexuais e de gêneros que se evidenciam na contemporaneidade, e entre tantas colocamos em evidência as tecnologias de sexo e de gênero que contribuem para a programação, a desprogramação e a reprogramação de corporalidades, imagens e discursos que se filiam às problematizações a respeito da emergência de expressões sexuais e de gêneros na atualidade, e que, na maioria das vezes, embaralham os códigos de inteligibilidades que, por se orientar por sistemas de pensamentos e de sensações binárias, sedentárias e universais, nem sempre conseguem dar conta de suas análises fora das dimensões da patologia, do crime e do pecado.

Tecnologias e programações de corporalidades, desejos e expressões contemporâneas

Conforme nos informa Beatriz Preciado (2008), no século XIX as questões sobre o sexo eram marcadas pelo conservadorismo e pela rigidez moral e essencialista que se orientava pela perspectiva da biologia e da fisiologia reprodutiva, e neste cenário o psicólogo infantil John Money, que atuava na observação e no atendimento de bebês intersexuais, teria utilizado pela primeira vez a noção de gênero. Marcado por essa iniciativa, em 1947, juntamente com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson, utiliza essa concepção em uma perspectiva clínica, como possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo de bebês que a Medicina não conseguia classificar como femininos ou masculinos.

Desde então, pensa-se na possibilidade do uso da tecnologia para modificar o corpo segundo as premissas regulatórias existentes, que prescrevem como deve ser um corpo humano feminino ou masculino, o que evidencia um sistema disciplinar que toma o sexo como natural, definitivo, intransferível e transcendental.

Essas assertivas permitiram que a noção de gênero surgisse como uma categoria sintética, flexível, variável e susceptível de ser transferida, imitada, produzida e reproduzida tecnicamente, criando novas conexões entre corporalidades, figuração, discurso, desejos e práticas nem sempre

inteligíveis para os saberes e poderes instituídos, mas nem por isso menos importante ou relevante.

Durante as duas últimas décadas, o conceito de gênero vem passando por muitas problematizações, sendo aqui tomado inicialmente a partir das reflexões feministas e seguido pelas lutas e reflexões do movimento LGBTTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais) como ferramenta analítica crítica a respeito da opressão e da violência vivida pelas mulheres e os estigmas, as discriminações, as exclusões e as mortes gerados por lesbofobia, homofobia, transfobia e bifobia, em uma sociedade falocêntrica e heteronormativa dominante.

A homofobia vem sendo definida por vários autores, tais como Daniel Borrillo (2001), como manifestação de repulsa, ódio e nojo de uma pessoa para os homossexuais, enquanto para as lésbicas, diria Olga Viñuales (2002), o termo lesbofobia seria mais adequado para demarcar esses sentimentos de repulsa, ódio e nojo; já em referência a travestis e transexuais, o termo transfobia se adequaria às manifestações de repulsa, ódio e nojo, acrescidas de outras intensidades associadas às expressões de gênero, conforme podemos encontrar no *Dictionnaire de L'Homophobie* de Louis-Georges Tim (2003).

Demarcado pela multiplicidade de expressões sexuais e de gêneros contemporâneas, os estudos gays e lésbicos tradicionais que concentravam estudos identitários sobre a comunidade homossexual em geral são problematizados e dão lugar a um novo paradigma teórico e metodológico, os chamados *Estudos Queer.*

As teóricas e os teóricos dessa perspectiva partem do pressuposto de que as identidades são sempre múltiplas e descontínuas, constituídas por variações infinitas de possibilidades, pois sua configuração traz elementos relacionados com sexualidades, orientação sexual, raças e etnias, classes sociais, expressões de gêneros, posições geracionais, nacionalidades etc.

Neste sentido, todas as identidades são entendidas como construções instáveis, transitórias, arbitrárias e excludentes. Suas configurações dependem de um exterior constitutivo que se processa mediante relações de saberes e poderes.

Seguindo essa vertente, os estudos voltados para as identidades de gays e lésbicas tiveram inicialmente influência grande da crítica

literária, assim como dos estudos culturais feministas, compondo assim o que viriam a ser chamados de "teoria queer", possibilitando interfaces entre a produção das identidades, os processos de subjetivação e a ordem dos discursos.

O surgimento da teoria *queer* ou, ainda, de uma política *queer*, data nos anos 90 do século XX, sendo apontado por Steven Seidman (1995) que seus estudiosos compartilham alguns compromissos amplos, orientados pelas teorias pós-estruturalistas francesas e pelo método da desconstrução crítica social e literária; colocam em ação algumas categorias e perspectivas psicanalíticas, mostrando-se favoráveis às estratégias descentralizadoras ou desconstrutivistas, imaginando o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os saberes e as hierarquias sociais dominantes.

A emergência da teoria *queer*, efetivamente vem sendo associada ao pensamento crítico ocidental contemporâneo, no sentido de problematizar, nesta passagem dos séculos XX e XXI, as categorias de sujeito, de identidade, de identificação e de comunidade.

Como representante da epistemologia *queer*, Tereza de Lauretis (2000) proporá analisar o gênero como um modo de problematizar as relações humanas em uma dimensão semiótica e política. Para essa autora, o gênero, assim como a sexualidade, não seria algo original pertencente ao corpo humano, sendo questionado como "o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais (...) devido ao deslocamento de uma complexa tecnologia política". (LAURETIS, 2000: 35)

O gênero, nessa perspectiva semiótica e política, é o efeito de um sistema de significação, produção e descodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados; o sujeito seria produtor e intérprete desses signos, evidenciando que o gênero não é uma simples derivação do sexo anatômico e biológico, mas uma construção sociocultural, um efeito do cruzamento de discursos e imagens que se processam por meio de diferentes dispositivos institucionais, tais como a família, a religião, o sistema educacional, os meios de comunicação, a Medicina, o Direito, a Psicologia, mas também da linguagem, da arte, da literatura, do cinema etc. Como elemento constitutivo dos sujeitos, participa ativamente dos processos de subjetivação.

Como leitora de Michel Foucault, Tereza de Lauretis (2000) se orienta pela ideia de uma tecnologia do sexo que atua como reguladora dos prazeres em resposta às ações do biopoder; essa tecnologia, aponta a autora, seriaum conjunto de técnicas para maximizar a vida, desenvolvida e deslocada pela burguesia a partir do final do século XVIII com o propósito de assegurar sua sobrevivência como classe e a manutenção de sua hegemonia. Tais técnicas trariam a elaboração de discursos (classificações, medidas, valorações, etc.) em torno de quatro figuras ou objetos do conhecimento privilegiados: a sexualização da infância (**combate ao onanismo**), a regulação do corpo feminino (**medicalização do desejo**), o controle da procriação (**programas de esterilização**) e a psiquiatrização do comportamento sexual perverso (**práticas de cura e de redenção das sexualidades e gêneros dissidentes)**. Estes discursos se efetivariam através da pedagogia, da medicina, da demografia e da economia, apoiando-se nas instituições do estado, concentrados especialmente sobre a família. (LAURETIS, 2000:47)

Do mesmo modo, uma tecnologia de gênero atuaria sobre corpos, discursos e desejos com a finalidade de regular as expressões de masculinidades e feminilidades, fixando-as em identidades cristalizadas dadas e tomadas como modelos a ser reproduzidos em escala fabril, dentro das proposições heteronormativas e falocêntricas.

Trata-se de tecnologias que disciplinam os corpos, regula os prazeres e adestram os desejos de modo binário e sedentário, produzindo indivíduos marcados por uma engrenagem regulatória e disciplinar que se orienta pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais que determina corporalidades, figurações e discursos de manutenção à ordem heteronormativa, promovendo processos de subjetivação normatizadores heterocentrados.

Esse sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, diria Judith Butler (2003), garante inteligibilidade para o reconhecimento das expressões sexuais e de gêneros, desde que elas se conformem às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas como mulheres e homens, como femininas e masculinas.

Quando se fala em coerência e inteligibilidade de sexo/gênero geralmente há referências centradas na figura do homem branco, classe

média, heterossexual, provedor, macho e viril, seguido por uma imagem em escala menor de valor e reconhecimento da mulher branca, classe média, heterossexual, fêmea, passiva e submissa, o que por sua vez invisibiliza ou nega, interdita e exclui qualquer outra expressão que não se adequa às normas de sexo e de gênero.

Para Judith Butler (2003) os gêneros inteligíveis

> São aqueles que em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (...) os espectros de descontinuidades e incoerências, eles próprios só concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual". (BUTLER, 2003)

Através do sistema sexo/gênero/desejo fica estabelecido que, se uma pessoa nasce com sexo macho, seu gênero necessariamente deverá ser masculino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual ativa; se uma pessoa nasce com sexo fêmea, seu gênero será feminino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual passiva.

Trata-se de um sistema organizador da sociedade com a função de dar manutenção a certa lógica de percepção do mundo que produz estruturas de pensamento organizadas por meio de um sistema binário e sedentário que cristaliza identidades e estimula a desigualdade social e a iniquidade de gênero, produzindo ideias fixas e conceitos universais.

Estar fora da ordem da inteligibilidade imposta pelo sistema sexo/gênero/desejo significa estar fora do mundo, ou seja, ocupar o lugar da abjeção, da vida sem reconhecimento e sem direitos a ter direitos, logo, sem acesso à cidadania, entendida aqui como o direito de participação social e política nas tomadas de decisão da sociedade em que vivemos como um todo.

Mas pode significar estar dentro de outro mundo, compondo-se com outras lógicas de percepção, sensação, pensamento e ação que

lhe permitam sentir-se pertencente a seu grupo e com parceiros que o respeitem e compartilhem bem-estar biopsicossocial-político-cultural. Aqui não há orientações classificatórias e nosográficas que possam reduzir o ser humano a mera categoria de doença, de perversão, de pecado, de crime, mas de composição para a efetivação de uma estilística da existência.

Os efeitos do sistema sexo/gênero/desejo nos permitem junto com Judith Butler definir o gênero como um sistema de regras, convenções, normas sociais e práticas institucionais que produzem de modo performativo os sujeitos que pretende descrever, ora vinculados a suas normativas, ora resistentes a essas mesmas normativas, o que nos permitiria problematizar o gênero como relacional, como oscilações decorrentes de negociações com a norma, a lei, o contrato, a instituição para a ocupação de determinados lugares de ocupação e expressão no mundo.

Dentro dessa lógica, Beatriz Preciado (2008) nos fala de programações de gêneros por meio dos quais se produzem percepções sensoriais que se traduzem em afetos, pensamentos, desejos e ações, mas também crenças e posições de sujeitos no mundo, compondo esquemas de subjetivação programada, produzindo saberes sobre si mesmos determinados por discursos imperativos que afirmam e nos levam a afirmar expressões tais como "sou homem", "sou mulher"; "sou heterossexual", "sou homossexual", que atuam como núcleos biopolíticos em torno dos quais é processado todo um conjunto de práticas e discursos.

A emergência de novas expressões sexuais e de gênero tem permitido a Beatriz Preciado (2002) falar em biomulher e tecnomulher; bio-homem e tecno-homem, de acordo com as instalações tecnológicas que se apropriam dos corpos e os modulam dentro de uma perspectiva da heteronormatividade e do falocentrismo, constituindo assim aquilo que Felix Guattari e Suely Rolnik (1986) denominaram "subjetividade maquínica" ou, ainda, seguindo as proposições de Donna Haraway (1995) quando aponta para a emergência de um sujeito *cyborg*.

Todo esse engendramento dos discursos normativos determinantes das expressões sexuais e de gênero que se materializa nos corpos se daria, de acordo com Beatriz Preciado (2008), por meio de programações de gênero, sendo entendida por ela como

> Uma tecnologia psicopolítica de modelização da subjetividade que permite produzir sujeitos que pensam e atuam como corpos individuais, que se autocompreendem como espaços e propriedades privadas, com uma identidade de gênero e uma sexualidade fixa. A programação de gênero parte da seguinte premissa: um indivíduo = um corpo = um sexo = um gênero = uma sexualidade. Desmontar essas programações de gênero (...) implica um conjunto de operações de desnaturalização e desidentificação". (PRECIADO, 2008:90)

Na transmodernidade podemos perceber a existência de diversos modelos de programação de gênero, marcados pelo momento socio-histórico, político e cultural, que se atualizam de acordo com as negociações de saber-poder que aproximam ou distanciam suas atrizes e seus atores envolvidos nos processos de emancipação.

Ao mesmo tempo podemos perceber a existência de programadores diversos que atuam sobre os corpos e suas modulações de sexo, gênero, raça, orientação sexual, geração etc., e, em especial os programadores "psi" que não só resistem a atualizar suas referências teóricas e metodológicas, como insistem muitas vezes em reificar práticas ultrapassadas e leituras totalmente descontextualizadas de seu tempo, o que, em linhas gerais, pode parecer suspeito de perversidade.

Dentro da lógica foucaultiana que todo poder traz consigo um contrapoder, ou seja, uma resistência, pode-se falar em reprogramação sexual e de gênero em consonância com a proposta de Beatriz Preciado (2008) de se promover um manifesto contrassexual, ou seja, de reverter todas as estratégias que atuam sobre o corpo no sentido de cristalizar a crença e a defesa da ideia de um sexo, um gênero, um desejo.

Dada a variação e a descontinuidade do sexo e do gênero que emerge na transmodernidade, urge a necessidade da apropriação da ideia de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) de que o ser humano se compõe pela multiplicidade, sempre rizomático e descontínuo, ficando complicado continuar a nos orientar por uma ideia do UNO e dos conceitos universais.

Mais do que necessário se faz urgente uma revisão crítica dos postulados teóricos "psi", no sentido de ampliar a visão sobre os sujeitos do sistema sexo/gênero/desejo de modo a abandonar a ideia de patologia e ou perversão que se abate sobre as expressões sexuais e de gêneros

para nos aproximar da ideia de estilística da existência proposta por Michel Foucault, e quem sabe, assim, promover mais respeito para com as diferenças e as dissidências do sistema heteronormativo falocentrado.

Diante do exposto, apostamos na promoção de uma Psicologia Política *Queer* comprometida com a emancipação psicossocial e cultural das pessoas, sem classificação, sem patologização e sem reducionismos teóricos, rompendo de vez com paradigmas binários, universais e essencialistas de manutenção ao sistema sexo/gênero/desejo que tanto impede o direito de ser, estar e circular no mundo das pessoas que não se filiam aos modelos heteronormativos, racistas e misóginos diante da vida.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona, Editorial Bellaterra. 2001)

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2003.

Deleuze, Gilles; GUATTARI, Felix. Rizoma: uma introdução. In: DELEUZE, Gilles; Guattari, Felix. *Mil platôs* – capitalismo e esquizofrenia, v. 1. Rio de janeiro: Ed. 34. 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história das violências nas prisões. Petrópolis, Editora Vozes. 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. v. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro, Editora Graal. 1988.

FOUCAULT, Michel; SENNETT, Richard. Sexualidad y soledad. In: ABRAHAM, Tomás. *Foucault y la ética*. Buenos Aires, Editorial Biblos. 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Editora Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo, Editora Martins Fontes. 2008.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Editora Martins Fontes. 2008.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografias do desejo. Petrópolis, Editora Vozes. 1986.

HARAWAY, Donna. *Ciência, Cyborg y Mujeres*. Madrid, Editora Cátedra. 1995.

LAURETIS, Tereza De. *Diferencias*. Etapas de un camino a través del feminismo. San Cristóbal, Madrid: Horas. 2000.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. Madrid, Opera prima. 2000.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Barcelona, Editora Espasa. 2008.

SEIDMAN, Steven. Deconstructing Queer Theory or The Under-Theorization of the social and the ethical. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven (Orgs.). *Social postmodernism beyond identity politics*. Cambridge, Cambridge University Press. 1995.

TIM, Louis-George. *Dictionnaire de l'homophobie*. Paris, Ediciones. 2003.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. Rio de Janeiro: *Physys* – Revista de Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, IMS/ UERJ. 1995.

VIÑUALES, Olga.2) – Lesbofobia. Barcelona, Editorial Bellaterra.

Virilio, Paul (1984) – Guerra Pura: a militarização do cotidiano. São Paulo,

Editora Brasiliense.

Mesa: Psicologia, sexualidade, novas configurações familiares e aspectos legais da promoção de direitos

Elizabeth Zambrano [54]

Gostaria de ressaltar, inicialmente, a importância de colocar em discussão o tema da diversidade sexual pelo Conselho Federal de Psicologia, assim como a importância da Resolução 01/99 para quem trabalha com o tema.

Nós sabemos o quanto a área "psi", seja ela psiquiátrica, psicológica ou psicanalítica, se apresenta e é percebida socialmente como instância possuidora da verdade e da legitimidade para falar de sexo e sexualidade. Isso favorece o uso dessa resolução como referência e legitimação de todo o trabalho que vem sendo construído na direção de um tratamento social menos discriminatório e com mais acesso aos direitos de cidadania, que deveriam ser os mesmos para todos nós.

A apresentação a seguir está baseada na minha pesquisa de doutorado sobre a parentalidade de pessoas nascidas biologicamente homens, mas que, de alguma forma, rompem com as expectativas sociais em relação à combinatória sexo/gênero/sexualidade: pais homossexuais, travestis e transexuais.

Abordarei o tema enfocando os seus aspectos mais relevantes, aproveitando para trazer para vocês alguns dados de pesquisa que evidenciam como se dão as questões de família nas configurações homoparentais e as possibilidades de acesso aos direitos dessas famílias.

Durante o mestrado, já havia trabalhado com transexuais e abordado a cirurgia de troca de sexo e o acesso aos direitos das pessoas com esse "diagnóstico". O doutorado foi, de certa maneira, a continuação desse trabalho, permanecendo a interface entre a Antropologia, o Direito e a Medicina.

Considero existirem dois eixos principais a partir dos quais as questões de família podem ser examinadas: o eixo das "concepções de família" e o eixo da "heteronormatividade". Esses eixos, evidentemente, se cruzam e vão trazer consequências importantes a respeito do acesso ou do impedimento das pessoas que constituem essas famílias aos direitos gerais.

---

54 Médica, doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem formação psicanalítica pela Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, colaboradora do Centro de Estudos Atendimento e Pesquisa da Infância e Adolescência (CEAPIA) de Porto Alegre.

A antropologia nos diz que não existe um tipo único de família e que as diferentes culturas, nas diferentes épocas, foram construindo diferentes tipos de configurações familiares. Nós sabemos, também, que, a partir da revolução industrial, a família ocidental vem sendo percebida cada vez mais como lugar da afetividade, lugar psicologizado no sentido de ser o espaço do desenvolvimento psíquico do sujeito, de construção das relações afetivas e da sua possibilidade de subjetivação. Do ponto de vista social, é o lugar onde se estabelecem os vínculos jurídicos de parentesco e filiação, tornando-se a família a célula que permite o desenvolvimento social.

Estabelece-se também, a partir daí, um modelo de família que apresenta como característica principal o fato de ser "natural". A "naturalidade" implicando na ideia de as famílias serem constituídas pelos dois sexos e terem finalidade procriativa. Pela mesma razão ela é chamada "nuclear", ou seja, constituída de pai e mãe com capacidade de gerar filhos. Na construção desse modelo existe a pressuposição de que fecundação, gestação, parto e criação são realizados pelas mesmas pessoas.

A primeira reflexão a ser feita é de que é preciso separar a fecundação da gestação, do parentesco, da filiação e da parentalidade. A *fecundação* é um ato biológico que pode ser feito por meio de uma relação sexual ou com o auxílio das novas tecnologias reprodutivas, ou seja, a fecundação pode acontecer, atualmente, de várias maneiras, como, por exemplo, a implantação do óvulo de uma mulher no corpo de outra. O *parentesco* é a forma como a sociedade coloca uma pessoa dentro de determinada linhagem. Essa colocação pode ser feita considerando laços sanguíneos, mas pode ser feita, igualmente, levando em conta apenas os laços sociais, como é o caso das adoções informais ou legalizadas. A *filiação* é regra jurídica de cada sociedade que confirma essa posição do parentesco. Finalmente, a *parentalidade* é o cuidado cotidiano das crianças exercido pelos cuidadores, que podem ser pais, mães, avós, companheiro/a do pai ou da mãe etc. Quem decide exercer a parentalidade pode não ter nenhum vínculo biológico ou legal com a criança, embora o senso comum considere esses elementos sempre em conjunto e exercitados pela mesma pessoa. É provável que essa ideia seja um dos maiores impedimentos para se pensar outras possibilidades de família.

Dentro dessas outras possibilidades de família, existem as famílias adotivas, que não são configurações novas, as famílias advindas das

novas tecnologias reprodutivas que, essas sim, são novas, e mais uma série de situações que são muito interessantes para pensar.

Por exemplo, no meu trabalho com travestis e transexuais, duas das entrevistadas tiveram filhos antes das modificações corporais, ou seja, como homens em relações heterossexuais, e pretendiam ter filhos depois das mudanças, como mulheres transgênero, por meio da adoção. O que foi extremamente interessante, e me fez parar para refletir melhor sobre a maneira como estavam me colocando algumas questões da pesquisa, se refere ao fato de que elas, agora já vivendo como mulheres, se percebiam **pais** dos filhos que tinham tido antes das modificações corporais e se percebiam **mães** ou queriam a experiência da maternidade, depois das modificações corporais. Na verdade, elas conviviam com duas representações de parentalidade – maternidade e paternidade – no mesmo momento, na mesma pessoa, e isso sem maior conflito.

Sabe-se que as famílias formadas a partir das novas tecnologias reprodutivas, as famílias monoparentais, as recompostas, todas essas configurações familiares, de alguma maneira, permitem a "recriação da heterossexualidade", pois admitem uma ficção de procriação. Mesmo nas famílias monoparentais, onde um dos pais está ausente, encontra-se um pressuposto de possibilidade procriativa. Entretanto, nas famílias homoparentais isso não é possível. As famílias homoparentais são o único tipo de família onde a procriação das pessoas como casal está, *a priori,* descartada. Penso que vem daí a intensa rejeição a essas famílias, inclusive por grande parte do campo "psi", na medida em que se torna muito difícil o rompimento com as concepções tradicionais de família.

Interessa-nos examinar, nesse encontro, as questões que nos aproximam de alguma maneira, do Direito. Essas questões são: a guarda e a adoção de crianças por pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. As novas tecnologias reprodutivas não são abarcadas pelo campo do Direito. Não existe ainda regulamentação legal sobre elas, o que faz com que a sua realização fique a cargo dos valores pessoais dos médicos, que fazem ou não os procedimentos em função da maneira como encaram ou legitimam a sexualidade dos pais.

A adoção e a guarda invocam o Direito, porém, vê-se que também dependem dos valores pessoais dos juízes, pois muitas vezes uma pessoa

perde a guarda do filho biológico ou pode não receber a guarda, por ser homossexual. No Rio Grande do Sul, já existe jurisprudência sobre esses casos e isso não tem acontecido; mas, por exemplo, na época da minha pesquisa, não tinha havido ainda nenhum caso de adoção por casal homossexual. Então, todos os meus informantes que estavam com pedido de adoção encaminhado no Fórum, haviam pedido a adoção individualmente e não como casal. A heteronormatividade vigente na nossa sociedade impossibilita, muitas vezes, atualização nas antigas concepções de família nos dois campos que tratam da família mais diretamente: o Direito e o "psi".

Embora usando o termo homoparental, gostaria de fazer a ressalva de que esse é um termo que uso de maneira "estratégica", porque ele já criou um campo semântico de compreensão. O fato é que esse termo faz uma junção inadequada que todas as pessoas trabalhando com as questões da parentalidade homossexual tentam desfazer: juntar a sexualidade com os cuidados parentais, como se de uma dependesse a outra. A segunda razão para relativizá-lo é que o termo absolutamente não abarca as pessoas travestis e transexuais na medida em que, para essas pessoas, se trata mais de uma questão identitária do que de uma questão de sexualidade. Então, quero assinalar que estou usando esse termo de forma absolutamente desconstruída.

Outro ponto de discussão a respeito da família são as concepções que vêm influenciadas pela religião. Se pensarmos na imagem da sagrada família, veremos que se trata de um pai, uma mãe e um filho e, mais ainda, é uma família na qual a sexualidade está excluída por ser ela constituída por uma maternidade virgem. Essa visão religiosa acaba sendo incorporada nas concepções sobre família, fazendo família e sexualidade estarem sempre em campos apartados.

Várias questões são colocadas como argumento contrário à existência das famílias homoparentais. Uma delas é a "diferença de sexo" entre os pais, que provoca uma série de discussões em relação à saúde psíquica das crianças e à possibilidade de se constituir uma família do ponto de vista jurídico. Como é que vai se constituir uma família se não for com homem e mulher, já que é isso que está na Constituição?

O "bem-estar das crianças" surge como fator mais importante ou mais preocupante quando o assunto é abordado com psicólogos e

operadores do Direito, pois partem do pressuposto de que, certamente, essas famílias irão fazer mal para as crianças.

Um dos discursos referentes ao bem-estar das crianças é a necessidade de ter pai e mãe para que a criança possa ter noção da diferença de sexo. O argumento me parece equivocado, na medida em que nós não vivemos em uma redoma, vivemos em uma cultura em que o sexo está permanentemente colocado, e que nessa cultura os valores costumam ser absolutamente dicotomizados segundo a diferença sexual. Então, a possibilidade de uma criança não ter noção da diferença do sexo, estando ela incluída no contexto mais amplo de relações sociais e afetivas, não existe.

A pressuposição de que as crianças terão déficit no desenvolvimento psíquico e dificuldades na identidade sexual por falta de modelo parental do mesmo sexo são outros argumentos usados para rechaçar as famílias homoparentais e não se comprovam, como pode ser visto por imenso conjunto de pesquisas. Nesse caso, penso que nós, da área da Psicologia ou do campo "psi" em geral, temos de pesquisar mais e achar alternativas teóricas para fundamentar um pensamento que se contrapõe a posições clássicas da psicanálise. É preciso refletir teoricamente, já que a instituição de modelos psíquicos não se dá apenas a partir do fato biológico de ser possuidor de uma vagina ou de um pênis. Existem outros processos ligados às fantasias, a outras identidades, outras identificações, que não a situação anatômica. Mas para nós podermos falar disso, é necessário estudar teoricamente e elaborar alternativas para poder contra-argumentar.

A pergunta recorrente de se os filhos de casais homossexuais serão também homossexuais é em si mesma preconceituosa, porque se todos os filhos de homossexuais forem homossexuais qual seria o problema? A resposta "Aí acaba a civilização" é de uma ingenuidade e singeleza que chega a assustar. Parece que apenas o não reconhecimento legal impede as pessoas de serem homossexuais!

Outro elemento importante da discussão é a questão do abuso sexual e da pedofilia, sempre colados na situação da homossexualidade, embora as pesquisas mostrem que tanto um quanto outra são feitos, quase na sua totalidade, por pessoas que se reconhecem como heterossexuais.

É necessário, entretanto, admitir que essas crianças vão, provavelmente, sofrer preconceito e discriminação. O que se vê na prática é que isso vai

depender muito da maneira como os pais e a família extensa lidarem com a questão, como vão abordar o tema na escola, como vão lidar com isso no ambiente social.

O outro aspecto a ser levado em consideração é a heteronormatividade, com a qual nós temos que lidar o tempo inteiro, porque atinge aos outros, mas atinge a nós também. Atinge não apenas quem trabalha com o tema da diversidade, mas os próprios homossexuais, travestis e transexuais. Então, é preciso ter presente que nascemos e crescemos em uma cultura que determina, desde o início, o gurizinho se vestir de azul e a guriazinha de cor-de-rosa e que mais tarde eles vão casar um com o outro e ser muito felizes. Essa é a idealização da cultura em relação à diferença do sexo, e essa é a idealização que nós temos de desconstruir, pois sabemos muito bem que, se isso fosse verdade, nenhum de nós teria profissão, pois não existiriam conflitos em famílias heterossexuais.

Então, como o tempo já esgotou, gostaria de finalizar ressaltando, mais uma vez, o papel da Medicina e da Psicologia. A Medicina sempre se considerou a instância legítima para tratar da sexualidade, para determinar o que é normal e o que é patológico, e o campo "psi" seguiu o mesmo caminho. Vemos, assim, que a visão médica/psi impõe a conformação dicotômica do sexo, apoia o gênero no sexo e obriga a uma norma heterossexual, transformando a diferença em patologia.

O que acontece com o Direito? O Direito pega essas concepções da Medicina, porque ele tem que se justificar e se apoiar em alguma abordagem técnica, então, ele se apoia do modelo médico e transforma a diferença em crime, como já falaram na mesa hoje de manhã.

Os aspectos jurídicos, as consequências jurídicas são muito sérias para quem não consegue adotar como casal, porque as crianças ficam sem vínculo com o parceiro não adotante, perdem uma série de direitos que as crianças de família heterossexuais mantêm. Assim, a discriminação não é apenas contra o casal homossexual, é uma discriminação contra a criança de família homoparental.

Fica claro que a preocupação com o bem-estar da criança é, na verdade, uma falácia, pois o sistema judiciário está deixando as crianças de famílias homossexuais absolutamente desprotegidas pelo Estado.

Sobre as questões relativas à minha própria pesquisa, existe uma diferença de classe social entre homossexuais, travestis e transexuais que afeta o acesso aos direitos. Enquanto homossexuais vão à busca da adoção legal e estão conseguindo, pois já existe a jurisprudência, travestis e transexuais nem chegam ao judiciário ou, quando chegam, é para pedir a guarda das crianças de quem elas já cuidam. Muitas e muitas vezes chegam com a criança e saem sem ela, porque o juiz não permite que uma criança seja criada por um travesti ou transexual.

Quero terminar dizendo que nós que trabalhamos com as questões de saúde temos obrigação de acompanhar, pela clínica, mas também pela reflexão sobre essa clínica, todas as transformações no campo da parentalidade, de maneira a impedir a sua "patologização" *a priori*, usando para isso um saber psicanalítico, saber que tem a obrigação de estar adequado às mudanças sociais.

Janne Calhau Mourão[55]

Boa tarde a todas e a todos. Eu sou Janne Calhau Mourão, da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e vou falar um pouco sobre a cartilha *Adoção: um direito de todas e todos* e o que deu origem a ela.

O meio social hegemônico dominante, as subjetividades hegemônicas, costumam excluir o que é considerado *diferente*. Melhor dizendo, essa prática de exclusão daquilo que nos é *estranho* e, portanto, considerado como *desviante*, é uma prática que historicamente tem sido a resposta a isso que é chamado de diferente. Evidentemente, *diferente* quando comparado a aquilo que é hegemônico, como sabemos.

Já foi dito aqui neste seminário, sobre essa mesma prática, que a Psicologia também teve sua parcela de responsabilidade nesse estado de coisas. Teve e talvez ainda tenha, infelizmente. Tanto que é uma grande preocupação da Comissão [Nacional de Direitos Humanos do CFP] os cursos de formação de psicólogos, ainda hoje, ratificarem essas práticas excludentes por uma suposta neutralidade científica. Mas, ainda assim, debruçando-nos sobre a história da Psicologia – que eu acho que não faz mal, aliás, faz muito bem aos psicólogos procurar saber sobre a história da Psicologia –, principalmente no Brasil. Mesmo no período mais cruento da ditadura militar, que é a década de 1970, já existiam movimentos progressistas de grupos de psicólogos, revoltosos contra certas práticas completamente apartadas do contexto, cujo objeto e o corpo teórico não levavam em consideração o contexto, o momento histórico político da produção desses conceitos, uma coisa que levava a uma total abstração. Então, dos anos 80 aos anos 90, com os movimentos sociais, que apareceram mais consistentemente na década de 80, começou a mudar muito o cenário político social e a aparecer por parte dos psicólogos uma preocupação social. Até porque, na década de 80, muitas modificações ocorreram no mundo – políticas e sociais, como a queda do muro [de Berlim], o desequilíbrio

55 Psicóloga pós-graduada e especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Escolar/Educacional. Ex-integrante da Equipe Clínico-grupal do Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, a quem representa no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

entre o que se conhecia como mundo capitalista e mundo comunista, a globalização, o neoliberalismo –, todas essas coisas que nós, de alguma maneira, levamos em consideração, ou deveríamos levar, em nossas práticas, pois mexem com o campo profissional do psicólogo, queira ele ou não. Essa preocupação social ou de análises, levando em consideração esse campo, começam a aparecer mais sistematicamente desde essa época, na área *psi*.

Nesse contexto, no bojo dessas transformações, em 1997, foi criada a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. Em 1998, começaram a ser criadas as Comissões dos Conselhos Regionais e, em 1998, foi realizado o primeiro seminário de direitos humanos promovido pelo CFP.

As atribuições da Comissão Nacional de Direitos Humanos são essas [expostas na transparência projetada] e para cumpri-las existem as plenárias nacionais do Sistema Conselhos, em que se delibera sobre a direção das campanhas, sobre aquilo que vai ser foco da Comissão. A questão dos manicômios – a luta antimanicomial, a discussão sobre a redução da maioridade penal, a proteção integral à criança e ao adolescente, a escuta de crianças, o DSD, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), homofobia, violência institucionalizada, povos indígenas, sistema prisional, humilhação social, violação de direitos humanos e estabelecimento de longa permanência, entre outras, têm sido temáticas importantes e incluídas na agenda de discussão com os psicólogos. E, considerando que a homofobia é uma das graves violações de direitos humanos, porque há registros (o Brasil é ruim de estatísticas oficiais, mas algumas entidades costumam fazê-las) e nós conseguimos alguns números. Há registros de assassinato de um homossexual a cada três dias, considerando nessa categoria também os travestis. Um a cada três dias por ano é um número alto!

A cartilha foi produzida no contexto da Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Na preparação dessa conferência, nos estados e nos municípios, surge uma série de temáticas e dentre essas temáticas destacou-se a questão da adoção e foi pactuado entre o CFP e a Comissão Nacional [de Direitos Humanos] produzir uma cartilha sobre esse assunto. Apesar de ter sido direcionada e lançada para esse público, eu acho que, quanto aos psicólogos – para os quais a cartilha foi também distribuída, embora eu não tenha noção

da amplitude dessa distribuição –, se ela servir para reflexão de nossa categoria, já nos damos por parcialmente satisfeitos. As pessoas de vários estados [os profissionais] que escreveram artigos para a cartilha, em várias linhas teóricas, são essas que estão aí relacionadas na projeção [projeção em *data show* com o nome de todos os autores].

A família que nós conhecemos hoje é **um** modelo, dentre inúmeras possibilidades de constituição de família, e é um modelo conhecido e configurado a partir do século XVIII, com o advento da família burguesa, com as características dessa família nuclear, com papéis rígidos do pai provedor e da mãe cuidadora dos filhos. Embora, atualmente, um certo modelo nuclear ainda permaneça, os contornos não são tão marcados e os papéis também não. Alguns fatores contribuíram para isso, desde o final da década de 60, que foram: o movimento feminista, o aparecimento dos anticoncepcionais, a entrada da mulher no mercado de trabalho de forma mais competitiva, as alterações econômicas e sociais, dentre outros. Isso ajudou um pouco a precipitar determinadas novas configurações, diferenciações.

O papel social da família ainda não é muito diferente, mas outras pessoas aqui neste seminário também já citaram o aumento das chefias femininas de famílias monoparentais, por exemplo. Eu acho importante ressaltar uma coisa: no sentido constitucional, a família monoparental é definida como comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, mas as políticas públicas assistenciais contemplam, e isso é interessante porque é uma brecha, e consideram como família aqueles que habitam a mesma casa.

Também devemos considerar as tecnologias reprodutivas, todas essas coisas que já foram descritas aqui, e uma maior visibilidade das uniões entre pessoas do mesmo sexo como fatores de mudanças. Nesse sentido, eu fiz aqui no meu texto uma brincadeira, de que uma criança pode ter cinco irmãos e ao mesmo tempo ser filho único, porque o padrasto tem dois filhos com a sua mãe, a mãe tem um filho de um outro casamento e seu pai também tem mais dois com uma mulher que não é a sua mãe. Duas mulheres casadas uma com a outra podem ter tido filhos de casamento heterossexuais anteriores e o mesmo pode acontecer com dois homens. Uma série de coisas que eu aponto aqui no texto, mas que não terei tempo para aprofundar: contrato de geração de filhos nos

mais variados modelos etc. Tem outras coisas interessantes também: um avô pode ter uma filha que lhe gerou um neto, perfilhá-lo e tornar-se juridicamente pai dele. Uma avó pode dar a luz ao filho de sua filha por fertilização *in vitro*. Enfim, uma série de coisas [contrariando o modelo hegemônico de família] e todas essas coisas foram e são noticiadas na grande mídia e consideradas perfeitamente legais.

No entanto, a adoção de crianças por casais homossexuais continua gerando polêmica. Todos os autores [da cartilha] concordam que essa questão da adoção por pessoas homossexuais fica mais complicada, principalmente quando se trata de adoção por dois homens constituindo um casal e, mais ainda, no caso de travestis e transexuais.

A questão, nesses casos, ainda fica muito associada – para alguns juízes e psicólogos também – a um estereótipo do homossexual masculino, como aquele que teria uma sexualidade incontrolada; fica como um **fantasma** do abuso sexual.

Mas, sabemos, em certo sentido, a paternidade e a maternidade não são processos naturais também. O ser humano não tem essa característica de naturalidade e, na verdade, para exercer a paternidade e a maternidade precisa-se também ter a capacidade de uma espécie de adoção, pois todo(a) filho(a) precisa ser *adotado(a)* para se tornar efetivamente filho(a) – isso faz parte do processo de afiliação. A maternidade, a paternidade e a afiliação só podem ser construídas **em ato** e, sem esse tipo de adoção, sem essa prática cotidiana, não se pode falar de maternidade e paternidade. Assim, se os artigos da cartilha conseguem estabelecer algumas inquietações, já nos damos por satisfeitos e, no fim, esperamos que sejam suscitadas algumas perguntas, ao invés de tantas certezas.

Seria o momento de perguntar-nos se as coisas precisam ficar separadas desse jeito [adoção por heterossexuais e por homossexuais], já que não se está questionando os passos dos processos de adoção, a metodologia, o que é apurado para o bem-estar da família, da criança. Nós estamos apenas ressaltando esse outro aspecto [dificuldades para a adoção de crianças por homossexuais], que pode estar relacionado a preconceitos e/ou estereótipos.

Finalizando, acho que algumas perguntas devem ficar para reflexão: por que a adoção de crianças por homossexuais ou nos casamentos

homoafetivos apresentaria diferenças com relação àquelas realizadas por casais heteroafetivos? Por que não poderiam ser utilizados os mesmos procedimentos e orientações, exagerados ou não, de forma que abarcasse todos que se candidatassem?

Certamente existem razões que nós conhecemos: razões histórico-sociais, culturais e psíquicas em jogo para tantos receios e para que ainda se associe a ideia de que se precisa ter uma mulher em uma função materna e um homem em uma função paterna. Contudo, parece que o que se constitui em um maior temor é aquilo que é da ordem do imprevisto [como, na cartilha, destaca Sérgio Laia], daquilo que não pode ser controlado, daquilo que não pode ser antecipado, daquilo que não pode ser previamente avaliado *cientificamente*, os riscos, o que vai acontecer...

Então, é bom lembrarmo-nos do seguinte: como se pode pretender criar filhos sem ter coragem de encarar os imprevistos, o imprevisível? É impossível, não?

Novas configurações familiares: colocando a sexualidade em questão

Luan Carpes Barros Cassal[56]

Vou discutir aqui algumas pistas de formas de pensar as sexualidades e as novas configurações familiares. Tomarei a família como dispositivo de análise de processos de regulação das sexualidades em nossa sociedade, na qual os psicólogos[57] se encontram. Este é um trabalho de cartografia; ou seja, uma pesquisa sobre processos de produção de subjetividade, de como os sujeitos constroem e experimentam a si próprios e ao mundo.

A família, para mim, é um dispositivo – um espaço de permanente reconstrução, onde se encontram linhas de discursos, de práticas e de subjetivação, que fazem ver e falar processos de subjetivação instituintes e instituídos. Essas linhas não são uma sequência temporal, linear, em que modelos de família se substituem. São linhas que se misturam, que se atravessam, que se mesclam, e que se encontram em alguns nós, que são os dispositivos. Conforme apontam Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana de Escóssia[58], os dispositivos operam na invenção e na conexão com outros dispositivos e, no processo de pesquisa-intervenção, revelam a potência de fazer falar, fazer ver e estabelecer relações.

A primeira linha é a linha da norma em que nós temos a criação de uma família no século XVIII, burguesa, nuclear, sendo fundada pelo sexo. Michel Foucault[59] discute como, no século XVIII, o sexo se torna um objeto de saber. É interessante como as ciências humanas e sociais afirmam em certo momento que essa forma de família é a única forma legítima: monogâmica, heterossexual e visando à reprodução. O que nós, psicólogos, temos a ver com isso?

---

56 Psicólogo (CRP 5/38831) do Projeto Diversidade Sexual na Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Colaborador da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-5. Contato: *luancassal@gmail.com.*

57 Escolhi utilizar pronomes e artigos no masculino ao longo do texto, mas sempre que utilizo o plural me refiro a sujeitos femininos e masculinos. Poderia escrever com os(as) ou ainda substituir a letra indicativa de gênero por @ ou X, como fazem alguns autores. Porém, considerei que a utilização desses artifícios dificultaria a leitura deste capítulo.

58 PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia:* pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

59 FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*: A vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.

A norma é feita a partir do que já é dado como maioria ou será que ela simplesmente é um processo de construção, disciplinarização e de produzir modos de existência, transformar isso em uma norma, para transformar essa norma em maioria?

Vamos pensar na realidade brasileira. Será que a norma atinge a maioria? Quantas famílias são compostas por mães solteiras, pais que casaram novamente, núcleos que incluem tios, primos, avós, cunhados, agregados. Criam-se diferentes estratégias para enfrentar um sistema perverso de produção, baseado na exploração e na opressão. Intencionalmente ou não, são resistências, produções de vida. Mas também são exercícios de poder, de dominação. O poder se dá na relação e, para todos estes que transgridem a norma, há efeitos sérios: processos de renormatização, de exclusão e de eliminação.

Será que na verdade a norma de família é uma norma que não é para ser atingida universalmente? Essas formas desviantes que não são nunca extintas; o poder dá visibilidade a essas existências, punindo para reafirmar a norma.

Algumas pistas para esta dominação e estigmatização são encontradas em documentos, discursos e registros sobre práticas psicológicas. Cristina Rauter[60] investigou exames criminológicos da década de 70, e é interessante que dentre alguns critérios utilizados para avaliar o grau de psicopatia dos sujeitos, ela percebe que os exames tomavam avaliação da história individual e da família. Experiências divergentes da norma e carência dos materiais são entendidas como constituintes de uma suposta personalidade criminosa. Ora, o discurso psicológico contido em nossos laudos claramente opta pela defesa dos valores morais das elites. Uma trajetória familiar divergente dessa norma é considerada origem de uma personalidade criminosa; esses sujeitos serão os desviantes.

Anna Paula Uziel[61] estudou registros de pedido de adoção e como a orientação sexual se torna mais um dos critérios para adotar: psicólogos e assistentes sociais investigam sobre uma possível homossexualidade

---

60 RAUTER, C. Diagnóstico Psicológico do Criminoso: Tecnologia do Preconceito. *Revista de Psicologia*. Niterói: UFF, 1989, p. 9-22.

61 UZIEL, A. P. Da intenção ao Direito: Homossexualidade e adoção no Brasil. In: ALMEIDA, H. B.; COSTA, R. G.; RAMÍREZ, M. C.; SOUZA, E. R. (Org.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais; 2002.

de sujeitos requerentes, principalmente homens solteiros. E Luiz Antonio Baptista[62] nos lembra que especialistas, inclusive psicólogos e psicanalistas, constroem teorias, ideias e conceitos sobre determinadas categorias de sujeitos que servem para justificar a eliminação de populações a partir dos seus modos de existências. Alguns modos de existência não são legítimos e profissionais reafirmam isso em laudos, em pareceres, em práticas clínicas, em diferentes espaços.

Há uma norma construída, mas o que vemos hoje como resistência, como produção de outras formas? Acho que o que mais aparece é a inclusão de novas configurações familiares dentro das normas. Como se constroem dispositivos legais que permitam a inclusão. Por exemplo, para que um casal de dois homens ou de duas mulheres tenha garantia de direitos tal qual um casal de homem e mulher.

Esta é uma segunda linha a seguir sobre as configurações familiares — a inclusão. Eu trabalho em escolas com formação de professores sobre diversidade sexual e a questão inclusão aparece muito. Perguntam-me: "Como é que eu vou incluir o aluno gay, a aluna travesti? Como é que eu vou resolver os problemas que aparecem? Como é que eu vou lidar com as famílias?"

Fiquei pensando quais são os nossos desafios quando os movimentos sociais, inclusive os LGBT[63], que trazem novas pautas, a respeito de novas configurações familiares. Temos algumas decisões judiciais que estão nessa direção, e o caso em que o Superior Tribunal de Justiça manteve o registro de adoção de duas crianças por um casal de lésbicas no Rio Grande do Sul é um exemplo[64]. Também há marcos legais no estado do Rio de Janeiro, onde moro, em que servidores públicos estaduais têm direitos de equiparação para fins previdenciários. É específico; pensando estatisticamente na população brasileira, isso é muito pouco, mas para aquele casal pode fazer toda a diferença.

Outro ponto importante é a efetivação dos direitos e a construção de novas práticas e discursos por meio de ações afirmativas e de visibilidade,

---

62 BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In*: Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

63 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

64 G1. *STJ mantém adoção por casal de lésbicas*. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/stj-mantem-adocao-por-casal-de-lesbicas.html> . Acessado em: 1º/junho/2010.

como as Paradas do Orgulho LGBT, bem como em produções midiáticas e culturais. Esses dispositivos podem ajudar a colocar na pauta do dia configurações familiares que não são aceitas ou que não têm garantia de direitos. E tais avanços são de extrema importância no enfrentamento à discriminação homofóbica.

Assim, nós ampliamos a norma para incluir algumas outras possibilidades de famílias, e a minha grande questão é: quais os limites desse processo de inclusão? Tem um limite? Por quais constituições familiares vale a pena lutar? O que nós, psicólogos, podemos chamar de família?

Chego à pista que iniciou esta cartografia. Atores sociais importantes no movimento LGBT, que pautam a união estável para pessoas do mesmo sexo poderiam ter um relacionamento aberto assumido publicamente? Há um argumento de que uma liderança do movimento LGBT não pode assumir uma relação desse tipo. Defender a regulamentação de uniões civis de pessoas do mesmo sexo já é difícil, pois bancadas conservadoras se posicionam completamente contra. Se a pessoa que defende a união civil tem um relacionamento que não é monogâmico, ou seja, além de romper com as normas reprodutiva e heterossexual, também rompe com a norma da monogamia... Isso pode ser generalizado, e não conseguiremos conquista nenhuma.

Esse medo vale a pena? Podemos colocar essas normas em análise. E eu vou mais além. Como seria um arranjo familiar com três pessoas de quaisquer gêneros? Uma relação homo e heterossexual que abra possibilidade para outros parceiros; uma relação aberta; um casamento a distância que apenas tenha vínculo da monogamia quando o casal está junto. Como seriam essas configurações familiares, e será que nós temos como pautá-las?

Isso não é só uma brincadeira de pensar, mas está emergindo em diferentes discursos e práticas. Um analisador é o seriado *Aline*, da TV Globo, em que uma jovem vive com um namorado e outro namorado, e os dois não são namorados um do outro. Os dois a namoram, os três moram juntos. Isso é uma configuração familiar? É possível regulamentar, transformar em uma norma no sentido de norma legal? Será que deve ser proibido, deve ser mal visto, deve ser incentivado? É perigoso? Por que, para quem?

A sexualidade é tomada como critério para a classificação e hierarquização de famílias, em diferentes planos. Algumas vezes, não há garantia de direitos; em outras, a punição por se encontrar marginal às normas é silenciosa, pela construção de uma invisibilidade. Casais sorodiscordantes, mulheres e homens que escolhem viver sem companheiro; crianças, adolescentes e jovens vivendo com HIV/Aids junto de seus pais. Diferentes configurações de famílias existem e trazem problematizações diferentes, bem como a necessidade de produção de direitos singulares.

Afinal, o que é família? Irmãos de pais e mães diferentes unidos por outros casamentos e esses novos ramos que começam a se formar. A ex-madrasta que continua na sua vida, talvez mais do que seu pai e sua mãe. Irmãos que não se conhecem. Grupos de travestis que moram juntas para se proteger da discriminação e da violência. Talvez as famílias sejam sempre sexualmente diversas, pois podemos atribuir diversos sentidos à ideia da sexualidade.

É possível prever e antecipar as configurações familiares que surgirão para inclusão nas normas legais? Será que nossa prática profissional dará conta dessa diversidade? Pensar uma lógica de inclusão é o suficiente?

Seguindo uma terceira linha, Virgínia Kastrup[65] aponta a diferença como potência para construção de novos modos de existência. Então a diversidade de configurações familiares não é um perigo a ser eliminado, mas, pelo contrário, pode ser entendida como potência para a invenção de processos singulares, inéditos, não padronizados de experimentar a si e ao mundo.

As novas configurações familiares falam por um lado da manifestação de desejos singulares e potentes. Sua diferença permite colocar em análise a forma como construímos as regras e nós mesmos. Uma família composta por duas mães (ou dois pais) com uma criança nos interroga esses limites. O encontro com essa diferença permite pensar que há possibilidades para além das normas.

Por que a diferença precisa ser negativa? Por que há critérios rígidos estabelecidos sobre a forma como operamos com os nossos corpos,

---

65 KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo.* Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

nossos desejos, nossas relações? Por que todos têm de amar de forma mais ou menos parecida?

Em vez de incluir na norma, processo que mantém alguns modos de existência como marginais, podemos inventar novas configurações familiares que não tomem como critério as normas sexuais a que estamos habituados. Classificar um casal como homo ou heterossexual, monogâmico ou poligâmico, não diz da relação, da experiência nem da produção de famílias.

Essas novas configurações familiares, ao se produzir, colocam em análise as normas da sexualidade, enfrentando processos de governo da sexualidade e de controle de corpos, subjetividades, populações. Determinar o que é família ou não implica mais do que direitos legais, diz respeito a processos de subjetivação. Sentir-se incluído ou não nas normas produz sofrimento, impede garantias de direitos, restringe as possibilidades de escolha.

Espero que este texto produza muitas reflexões. Destaco, porém, a importância de problematizarmos normas e regulações sobre as sexualidades. Aposto na ética como produção de vida e de modos singulares da existência, uma ética que não pode atravessar ou passar por cima dos processos de escolhas. Talvez encontremos aqui um limite do que são famílias, pois nenhuma forma de violência vale a pena[66].

Nesse sentido, relações pautadas em uma assimetria, que impossibilitam sujeitos de fazer escolhas, ferem essa ética. A pedofilia, a violência de gênero, a exploração sexual precisam ser debatidas em espaços públicos, para seu enfrentamento e sua superação. E nossa prática como psicólogos pode ser extremamente potente para a desnaturalização desses processos de violência.

Essa cartografia me lembra uma questão apontada por René Lourau[67]: análise institucional se faz em qualquer lugar. Para o autor, quem acha que não há política na cama está muito enganado, pois há sempre relações de poder e produção de modos de existir, produção do saber sobre si, sobre os corpos, sobre os outros.

---

66 Campanha da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, lançada em 2008. Fonte: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/campanhas/campanhas_080827_0001.html.

67 LOURAU, R. Pequeno Manual de Análise Institucional. In ALTOÉ, S. (org.) **René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Se a cama é lugar instituído pela norma para o sexo e para constituição da família, ponto basal do sexo, nós temos de fazer análise institucional das camas, nas camas, perguntar que família inventamos toda noite e todo dia. Então, convido para levarmos ao limite essa ideia de família. Romper com o que está estabelecido e apostar no devir, na construção coletiva de novas configurações familiares, modos inéditos e singulares de existência.

Mesa: Psicologia, laicidade e diversidade sexual

Debora Diniz [68]

Dentro do tema da nossa mesa, que é Psicologia, Laicidade e Diversidade Sexual, a minha proposta é explorar o que a diversidade sexual ou um mundo não heteronormativo, um mundo que conteste a heteronormatividade, tem a ver com esse conceito de laicidade.

Eu organizei a minha conversa com vocês essencialmente para desdobrar quatro perguntas sobre laicidade e a partir daí passarmos a pensar o que a questão da igualdade sexual tem a ver com laicidade. Então as minhas perguntas serão: o que é laicidade? E, como qualquer pergunta "o que é", é um grande desafio resumi-la em poucos minutos. Por que precisamos de laicidade em um seminário como este? Para que laicidade? E quem ou o que o Estado laico protege?

Então eu começo pela pergunta mais desafiante, mas que vai ser instrumental para nossa reflexão. O que é laicidade?

O conceito de laicidade é uma criação francesa de não mais de 100 anos e que vai representar a ideia da neutralidade confessional de um Estado. Uma sociedade pode ser secular, porém não normativamente laica. Ela pode ser pouco secularizada e normativamente laica. O Brasil não tem o conceito de laicidade na sua Constituição, no entanto, há vários juristas que interpretam que a defesa da igualdade e o direito à liberdade religiosa são expressões constitucionais em nossos princípios e normas constitucionais da neutralidade confessional do Estado, ou seja, o Estado brasileiro não professa uma religião como oficial. No entanto, nós vamos ver que esse conceito é frágil para a garantia da igualdade religiosa na nossa sociedade, até mesmo porque nós temos grupos com maior hegemonia moral em instituições básicas do ordenamento público, desde escolas a hospitais.

Então laicidade pode significar neutralidade confessional de um Estado. Um Estado laico é neutro. Vocês acompanharam o debate francês recente de proibir que as mulheres usem burca na rua em nome de segurança pública, em nome de igualdade de gênero. Alguns consideram que isso é uma intolerância da república francesa às religiões de tradição islâmica. As escolas públicas francesas proíbem

68 Doutora em Antropologia, professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

não apenas o véu, proíbem os crucifixos ostensivos, o solidéu dos judeus, porque se considera que a escola pública é um espaço de neutralidade do Estado, então ali não pode haver representação de nenhuma confessionalidade.

No outro ponto do debate, estão os Estados que são religiosos, como é o caso de Israel, em que o ordenamento religioso e o ordenamento político caminham juntos. Grande parte dos países está aqui no meio desses dois limites, é onde nós estamos. Nós temos uma sociedade pouquíssimo secularizada. Aqui neste plenário não há um crucifixo, mas na Suprema Corte brasileira há um crucifixo. Todas as ações que tentaram tirar esse crucifixo como sendo indicador de aproximação religiosa de instituições tão fundamentais à razão pública da democracia brasileira para a Suprema Corte perderam sob a justificativa de que aquilo é parte de uma tradição cultural e social brasileira, e não um símbolo de poder de uma comunidade religiosa dentro da Suprema Corte.

Então nós temos uma sociedade pouco secularizada. As pessoas no exercício das suas atribuições públicas, uma psicóloga ou um psicólogo que trabalham no SUS representam a laicidade do Estado. Uma psicóloga que se recuse a atender uma mulher vítima de estupro que solicite um aborto legal, esse exercício de objeção de consciência eu não tenho nenhuma dúvida em dizer que viola um dos princípios fundamentais no Estado democrático laico que é a igualdade.

Então, o que é laicidade? Laicidade é esse conceito de neutralidade confessional de um Estado. Por que laicidade em um seminário como este? O conceito de laicidade surgiu porque as comunidades morais, religiosas ou não, mas essencialmente religiosas, têm um espírito missionário. Elas não se contentam com a filiação voluntária dos seus participantes. Elas têm uma ambição missionária de formar o maior número possível de adeptos. E nesse movimento missionário elas têm ambições de poder. O Estado é uma das esferas, não só de poder legítimo, mas de uso legítimo do castigo. Por isso que é tão importante o combate aos Estados que criminalizam formas não heterossexuais de expressão da sexualidade, inclusive com pena de morte. Porque esse é um uso do Estado em nome da homofobia, aqui entendida a homofobia como conceito amplo da expressão da injúria e da violência contra qualquer forma de expressão da diversidade sexual que não a heterossexualidade.

Então laicidade é um dispositivo, um instrumento de um Estado democrático que garante a igualdade. Mas para que laicidade? Laicidade é o que garante o pluralismo, que garante não apenas a diversidade, mas a existência e a emergência das minorias. É o que garante a possibilidade de novas formas de habitar o nosso corpo. Essas formas de habitar o corpo devem ter espaço para representação, exercício legítimo e seu futuro reconhecimento, que é outro conceito fundamental dentro de teorias democráticas. Então a laicidade garante o pluralismo, ela garante mais do que a diversidade. Diversidade seria aqui um conceito sociológico, pluralismo é um conceito ético. É a legitimidade da diversidade para a igualdade. É dizer: "Temos, sim, direito à expressão daquilo que nós desejamos ser e viver". Então quem o Estado laico protege? Essencialmente esse conceito das minorias. Essencialmente no campo da sexualidade, aquilo que se define como abjeto, aquilo que se define como o outro, aquilo que se define como alteridade. No campo da Psicologia mais ainda, aquilo que se define fora de um padrão de norma e de normalidade.

Então o que esse marco conceitual tem a ver com o nosso debate? Darei dois exemplos de pesquisa conduzidas pelo grupo a que pertenço. A primeira pesquisa foi um levantamento de todos os livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional de Livros Didáticos para as escolas públicas brasileiras. Todo e qualquer livro didático que entra numa escola pública tem de ser submetido a um painel de avaliação do Ministério da Educação. Nesse painel de avaliação há uma série de critérios de reprovação dos livros, até critérios como homofobia. Um livro que seja racista, que seja homofóbico, que discrimine, é reprovado. No entanto, nós levantamos todos os livros didáticos que foram distribuídos pelo MEC para as escolas públicas brasileiras e os analisamos. A pergunta era: como a diversidade sexual aqui se expressa? E a nossa resposta: ela não se expressa. Não existe diversidade sexual nos livros didáticos. O mundo é heteronormativo. A reprodução é reprodução social assentada na reprodução biológica, é simples assim. O binarismo de gênero é constitutivo da ordem social. Mas não há homofobia, entendida a homofobia na sua forma concreta, isto é, pela expressão da injúria. Alguns podem considerar que o silêncio sobre a diversidade é uma forma de homofobia, mas nós precisamos dar um conteúdo ao conceito. Não há injúria, não há homofobia.

A segunda pesquisa analisou os livros de ensino religioso. Há uma norma constitucional que garante o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Isso está na Constituição de 1988, religião tem de estar nas escolas públicas do Brasil. Essa é uma pergunta que nós tínhamos de fazer anteriormente a esse marco constitucional. Por que religião na escola pública? Mas, uma vez que aí está, o que nos interessa perguntar é "o que está sendo ensinado? De todos os conteúdos, todos que entram nas escolas públicas no Brasil, a única disciplina cujos livros o Estado não avalia é ensino religioso. O Estado diz "eu não tenho como dizer o que é certo e errado no campo religioso". Ele deve dizer o que é certo e errado na física, na química, na matemática, a despeito de todas as disputas científicas. Na religião ele diz: "Eu não tenho como dizer".

Então a primeira afirmação é que o Estado não sabe o que é ensinado nas escolas públicas brasileiras. Nós fizemos um levantamento de todas as legislações estaduais, e há casos como a da legislação do Rio de Janeiro – que é o caso mais óbvio, mas também de vários outros estados cuja situação é bastante semelhante – em que o ensino é confessional e ministrado por representantes religiosos, com concurso público e pagos pelo Estado sem definição de diretrizes curriculares. Além disso, nós recuperamos as mesmas editoras que têm os seus livros aprovados pelo programa do livro didático para ensinar física, matemática, química e fomos ver o que elas ofereciam sobre ensino religioso, partindo da hipótese de que são editoras confiáveis para o mercado das escolas públicas. Aqui, sim, nós temos homofobia, afirmações como, por exemplo: se for permitido que as pessoas venham a ser gays, a humanidade vai ser exterminada.

Então a questão de fundo é que falar em laicidade nesse tema é fazer uma afirmação extremamente dolorosa e de difícil mediação para o impacto político: que a secularidade da sociedade brasileira é frágil. A liberdade religiosa não protege a homofobia. Religião não é passe livre para a expressão da injúria homofóbica. O discurso do ódio não está amparado na liberdade religiosa. Então ela não pode estar expressa nos livros didáticos, ela não pode estar expressa protegida sob o manto da liberdade religiosa.

Vivemos em um Estado laico que reconhece a igualdade e o direito a não ser discriminado. Se há algo que as comunidades religiosas possam

vir a sustentar, que seria um conflito entre os princípios da liberdade religiosa e da não discriminação, nós temos um princípio ainda mais importante, que é o da igualdade. A injúria homofóbica toca em um dos pilares da sociedade brasileira: o direito e a exigência da proteção à igualdade.

Nesse sentido, vários dos temas discutidos abordam não apenas questões religiosas, mas nosso conceito de laicidade. Questões como adoção por famílias não heterossexuais, questões relacionadas a práticas clínicas sobre sexualidade, sobre novas formas de família.

Rosângela Aparecida Talib[69]

Eu trouxe alguns marcos legais da questão da laicidade no Brasil. A partir da Constituição da República, em 1881, a Igreja Católica, no nosso caso, no Brasil, deixa de ser o quarto poder. Até o advento da República, nós não tínhamos três poderes, mas quatro poderes. A Igreja Católica era parte do Estado. Ela definia políticas públicas, ela definia o que o Estado podia ou não fazer. A partir da Constituição da República o Estado passa a ser considerado "laico", entre aspas, porque ele passa a independer da igreja. A igreja deixa de ter assento público, como um poder público, e o Estado passa a garantir a liberdade religiosa, que não existia até então. A partir daí foi, por exemplo, que os não católicos, melhor dizendo, podem ser sepultados nos cemitérios públicos, que até então não podiam. Só os católicos é que podiam ser sepultados. Então, em São Paulo, nós temos cemitérios judeus, cemitérios protestantes, ainda como decorrência desse período.

A partir de 1988, com a nova Constituição, com a Carta Magna, a nossa Constituição atual, no artigo 19, Inciso I, dispõe que a tomada de decisões dos poderes públicos é de total neutralidade. Isso na letra da lei. Porque nós estamos tendo atualmente um debate no nosso Parlamento, na nossa Câmara Federal, com uma Frente Parlamentar pela Vida, que acabou de aprovar em uma Comissão o Estatuto do Nascituro. É um estatuto que prevê a proteção dos não nascidos, do feto desde o momento da concepção. Isso inviabiliza inclusive a possibilidade de nós não só pensarmos na questão da legalização ou da descriminalização do aborto, mas também das pesquisas com células-tronco. Por esse Estatuto, fica impedido inclusive você defender a descriminalização do aborto.

No bojo desse Estatuto tem o que nós feministas denominamos a "bolsa-estupro" porque, segundo esse estatuto, você vai proteger o feto desde a concepção. O aborto passa a ser proibido, em tese isso é o que eles gostariam, em qualquer circunstância, inclusive nas circunstâncias

69 Psicóloga, mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Colaboradora em uma organização não governamental – Católicas pelo Direito de Decidir. Experiência na área de Psicologia; temas: bioética e religião, direitos sexuais e direitos reprodutivos, políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva.

que nós temos atualmente, no caso de estupro ou risco de vida da mãe, em que é facultado às mulheres decidirem se querem ou não abortar. A partir desse Estatuto haveria esse impedimento e, pasmem os senhores e as senhoras, se a mulher não tiver condições de criar o feto que foi gerado por uma violência sexual, o Estado se responsabiliza em fornecer a essa criança um salário mínimo até que ela complete 18 anos. Isso é que nós denominamos "bolsa-estupro". E, ainda, o Estatuto prevê que o agressor, no caso o homem que gerou esse filho, fruto de uma violência sexual, seja obrigado a prover essa criança, ele fica obrigado a pagar um salário mínimo para esse filho que ele gerou. Cria um vínculo muito perverso entre o agressor e a mulher e com essa criança, inclusive.

Apesar da impossibilidade de que as políticas públicas sejam, como está na nossa Constituição, "determinadas ou direcionadas por concepções religiosas", nós temos aí nosso Parlamento, pelo menos tentando aprovar leis que ferem completamente o que está lá na Carta Magna. No artigo 5º, Inciso 6º, a liberdade de crença e de culto passou a ser um direito fundamental de todos os cidadãos. Nós sabemos que, na verdade, as religiões afro-descendentes ainda continuam tendo muita dificuldade para se colocar no mercado religioso, para ter o direito a seus templos, a suas manifestações religiosas em praça pública. Então, apesar de desde 1988 termos essa garantia constitucional, na prática isso não acontece. Ainda na prática, temos, nos nossos Tribunais de Justiça, crucifixos. Temos, nos nossos hospitais, capelas católicas. Há ainda imposição de uma religião que foi desde o princípio a majoritária e ainda é: pelo censo, mais de 70% da população se professa católica. Ainda sem nenhuma possibilidade de dizer que realmente temos uma liberdade, todos os cidadãos têm liberdade de culto ou de professar uma religião que não seja a majoritária. Nós ainda sabemos que existe discriminação. E o que é pior: quando minha filha mais nova estava no primário, a professora iniciava a aula rezando o *Pai-Nosso*. Existia criança na escola mulçumana que usava véu, inclusive. Quando eu questionava, os pais diziam "Qual o problema? Rezar é tão bom". Mas eu não rezo assim na minha casa. Eu tenho direito de ensinar a minha filha a religião de outra forma que não seja repetir uma reza, um *Pai-Nosso*. Eu tenho o direito de que meus filhos(as) — e todas as pessoas também têm — professem determinadas formas de representação da sua religiosidade de formas

diferenciadas. Não pode ser normatizado pela religião hegemônica.

No Estado laico, o que nós temos é um princípio norteador, que é o respeito a todos os cidadãos, visando ao interesse público. É obrigação do Estado moderno preservar a liberdade de consciência dos cidadãos perante qualquer ameaça. Como eu disse a vocês, isso não está acontecendo quando nós temos um Parlamento em que há uma Frente Parlamentar pela Vida.

O Estado deve garantir normas morais e condutas aceitas por todos, seculares e laicas, e as leis de políticas públicas definidas pelo povo por meio de suas formas de representação, no nosso caso, o Parlamento. Só que quando falamos que as normas morais e as condutas devem ser respeitadas, devem ser seculares, devem ser laicas e respeitadas por todas as pessoas, estamos falando do direito à liberdade de expressão de todos os indivíduos, não só em nível religioso, mas em nível de comportamento. É óbvio que quando estamos falando de um Estado laico, estamos falando de uma moral pública que é influenciada pelas religiões. Não existe uma sociedade que não exista representações religiosas das mais diversas. Todas as sociedades são permeadas por manifestações religiosas que pautam normas, a moral dessa sociedade, uma vez que elas garantam o bem público.

A premissa de um Estado laico é o respeito à diversidade, é o respeito à liberdade de opinião, à liberdade de comportamento, claro que pautado dentro de determinadas normas éticas que são pactuadas pelo conjunto da sociedade, que são pactuadas por todos que vivem naquele grupo. Eu não posso ter normas de comportamento, normas morais ou normas éticas ditadas por uma instituição, mesmo que ela seja a da religião professada pela maioria das pessoas que convivem ou que moram naquele determinado lugar ou que fazem parte daquele grupo.

Eu acho que uma das coisas que a modernidade trouxe é o debate atual sobre a laicidade do Estado e, por isso, pautar a laicidade, ou seja, levar essa discussão a todo o conjunto da sociedade, é imprescindível. Porque é só mediante um Estado laico, ou seja, que respeite seus cidadãos e a diversidade existente naquele grupo que teremos realmente uma sociedade justa e que possa ser realmente vista como uma sociedade que garanta aos cidadãos o direito de se expressar livremente.

Na verdade, essa liberdade, essa nova sociedade que almejamos, a discussão sobre a laicidade do Estado, permite também que pensemos a religião de outra forma. Atualmente, as pessoas estabelecem com sua religiosidade uma relação muito mais direta. A relação é entre mim mesma e Deus, mais do que entre mim e um intermediário, uma instituição religiosa que vai dizer o que eu devo e o que eu não devo fazer.

Apesar de o Brasil ser o maior país católico do mundo, mais de 70% da população se declara católica e a instituição da Igreja Católica — a hierarquia, o Vaticano, o papa — é quem está ditando as normas de comportamento e pautando as normas de comportamento que um bom católico deve ter, entre elas: o não exercício da homossexualidade, o não uso da camisinha, o sexo para procriação etc. A Igreja Católica pensa a dimensão da sexualidade como algo para manter uma família nuclear e patriarcal, e a sexualidade serve para o exercício da procriação, fora isso é hedonismo. Apesar disso, temos uma população que, segundo pesquisa realizada por Católicas pelo Direito de Decidir, com o Ibope, para pesquisar em nível nacional o comportamento sexual, alguns temas da sexualidade, isto é, como o brasileiro se comportava. Segundo os resultados dessa pesquisa, 97% dos católicos entrevistados apoiavam o uso de preservativo e a distribuição dele pelo governo, apesar de a Igreja dizer que não se deve usar o preservativo porque ele é poroso, porque ele não é confiável, ele pode contaminar as pessoas com Aids e tudo mais. Oitenta e seis por cento da população aprova o planejamento familiar por meio de usos anticoncepcionais, quando a Igreja diz que o planejamento familiar só deve ser feito por métodos naturais. Com relação à pílula do dia seguinte, 75% da população aprova o uso da pílula quando as pessoas tiverem relação desprotegida e 90% da população disse que ela deve ser usada no caso de estupro. Em São Paulo, tivemos mais de uma cidade, onde as dioceses católicas têm influência muito grande, que realizaram leis municipais impedindo a distribuição da pílula do dia seguinte no município. Nós tivemos de entrar com ação no Judiciário, dizendo da inconstitucionalidade das leis, porque é uma política pública do Ministério da Saúde. Mesmo assim, a pílula do dia seguinte era proibida de ser distribuída no município. E além do mais, legisladores e funcionários públicos devem se pautar pelo interesse público. Aí está um exemplo de que o interesse público está muito mais direcionado

aos interesses religiosos do que ao público, porque se impede inclusive o acesso da população a métodos contraceptivos ou a métodos que impeçam a gravidez, no caso da pílula do dia seguinte. Então, qual é esse Estado laico em que estamos vivendo?

Eu coloquei aqui os princípios fundamentais do Estado laico que estão relacionados com o debate de diferentes temas: o corpo e a sexualidade; enfermidade e morte, quando falamos da eutanásia, por exemplo; da emancipação das mulheres; da educação das crianças; da condição dos fiéis e de minorias religiosas e dos crentes e não crentes; do livre exercício de culto; da liberdade de expressão; da investigação sobre células-tronco; dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; dos protocolos de investigação que envolvem os seres humanos; das novas tecnologias reprodutivas, do que é permitido e do que não é, do que podemos e do que não podemos fazer nas nossas investigações, até que ponto a ciência pode interferir realmente.

Para finalizar, a laicidade é a base para estabelecer e exercer o direito à diversidade com equidade e justiça. Enquanto não estivermos — e nós não estamos ainda, nesse momento, me parece, na sociedade brasileira — na discussão do Estado laico, enquanto não colocarmos isso como pauta de reivindicação e como pauta de debate, não conseguiremos avançar na discussão daqueles temas que elenquei anteriormente.

O movimento feminista e o movimento GLBTT são os que mais têm reivindicado a necessidade de um Estado laico, livre de interferências e de imposições das religiões, já que são os corpos o lugar onde se concretizam os discursos, as ideologias e os dogmas. São as mulheres e a população GLBTT que mais têm sentido, na verdade, a interferência desses dogmas religiosos, a imposição de ideias a que nós tenhamos de responder necessariamente, maneiras de comportamento que nós temos de ter necessariamente, independentemente do que nós queiramos ou não.

Uma vez que tenho um Legislativo que se pauta por uma Frente Parlamentar religiosa, tenho pessoas defendendo posições que são de foro íntimo, no meu entender. Quando falamos de um Estado laico, estamos falando da liberdade de religião como uma possibilidade de as pessoas exercitarem seu modo de entender a cosmologia, que é de foro íntimo. Eu não posso ter, nunca, em um Estado, essas posições, a não ser

em um Estado teocrático, ditado por normas que fazem parte de uma instituição religiosa. O Vaticano, além de ser a sede da Igreja Católica, é um Estado. É o único Estado religioso que tem assento na ONU e que também pode interferir, e tem interferido, o que é pior, em pautas das questões dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. É o Estado que mais tem interferido no avanço da discussão, no avanço de políticas que dêem às pessoas a possibilidade de pensar os direitos sexuais e os direitos reprodutivos como Direitos Humanos e ponto. Nós estamos falando de Direitos Humanos, que são direitos essenciais, que todas as pessoas têm direito e que ninguém pode interferir, nem as religiões.

REFERÊNCIAS

BLANCARTE, Roberto J. *El Estado Laico*. México, Nostra Ediciones (Colección Para Entender), 2008.

Marcelo Tavares Natividade[70]

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Conselho Federal de Psicologia pela participação neste importante fórum sobre **Psicologia, Diversidade Sexual e Direitos.** Começo por uma provocação: o que psicologia pode ter a ver com religião? De que modo, na atualidade, distintos segmentos lidam com a diversidade sexual no país? Quais as possíveis relações entre cultura, homofobia, religião, cidadania, sexualidade? Essas perguntas podem ser nosso ponto de partida em uma reflexão mais ampla sobre os desafios contemporâneos na construção da cidadania LGBT e suas possíveis relações com o religioso. Não vou falar aqui sobre a religião num sentido amplo, mas sobre um campo que conheço com mais proximidade, que é o cristianismo. Em primeiro lugar, é preciso destacar que as relações entre diversidade sexual e religião são plurais: existem discursos que incorporaram a diversidade sexual ao seu quadro cosmológico e doutrinário (como os afro-brasileiros e segmentos minoritários do protestantismo e do catolicismo) e aqueles que a rejeitam. Nesse sentido, diferentes grupos religiosos podem endossar demandas LGBT como podem atuar pela sua obstrução. Pode haver ainda posições de mediação.

O país atravessa um momento ímpar na construção de políticas públicas e programas que visam reduzir o preconceito contra a diversidade sexual. A inclusão do termo orientação sexual na agenda política, em convenções internacionais e em contextos locais, é recente, mas vem produzindo mudanças significativas na construção de um ambiente global mais democrático.

Como também sabemos, a adesão a religiões evangélicas aumenta a cada ano, o que aparece inclusive em dados quantitativos do IBGE, produzidos a partir dos últimos censos no país. Por outro lado, a vitalidade

---

70 Professor Visitante da FSS/Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Pós-Doutorando do PPGAS/MN/UFRJ. Doutor em Antropologia Cultural. Área de atuação: antropologia urbana, antropologia da religião, política, comunicação social, metodologias de pesquisa, gênero e sexualidade, movimentos sociais, direitos humanos. Temas de pesquisa: religião, pentecostalismo, gênero, homofobia, diversidade sexual, sexualidades, novos movimentos religiosos, mídias, movimentos sociais, direitos sexuais, poder, violência e preconceitos. Integrante do Grupo de Pesquisa Pessoa, Família e Ethos Religioso. Atualmente coordena o Projeto Religião e diversidade sexual: um estudo sobre direitos LGBT na Baixada Fluminense, no PPGAS/MN/UFRJ.

religiosa de nosso país se expressa num quadro de pluralismo. Tal dinâmica acompanha notável presença do religioso em outras esferas sociais: a política, a mídia, o espaço público. É inegável, por exemplo, a importância de instituições religiosas no enfrentamento da epidemia de HIV/Aids no Brasil (Seffner, 2007). Os nexos entre ação social e movimentos religiosos na sociedade brasileira têm sido objeto de interesse acadêmico, incluindo a formação de movimentos ecumênicos, a participação religiosa nas instâncias decisórias do país em defesa de demandas específicas da sociedade civil, assim como a emergência de novos conservadorismos.

Um conjunto de trabalhos na Antropologia vem destacando os nexos recentes entre Psicologia e Religião. Luiz Fernando Dias Duarte (2005) identificou mudança de tom na passagem histórica de um "dolorismo cristão" – cuja ênfase está na noção de sacrifício – a um "hedonismo generalizado" – caracterizado pela prevalência da busca de bem-estar, do privilégio da satisfação e do prazer neste mundo, por meio de uma realização emocional (Duarte, 2005: 157). Juntamente com Carvalho, Luiz Fernando discute a difusão de uma "didática cristã", que visa responder às demandas criadas pela modernização nas últimas décadas (Duarte e Carvalho, 2006). Ele também identifica um fortalecimento progressivo de algumas práticas e saberes psicológicos em missões internacionais de "aconselhamento cristão" e de "cura interior".

No Brasil, grupos cristãos têm buscado formação para aconselhamento em questões emocionais diversas, cuja tônica é a releitura da Psicologia a partir da Bíblia, conforme sustenta Duarte. A virtude moral é associada à saúde mental, e a patologia, aos seus 'desvios'. Nesse tipo de mensagem, a família é o lócus de estruturação do inconsciente e de suas patologias – que incluiriam violência, homossexualidade, neuroses obsessivas, tendências a depressão, fobias, perversões. Ao pesquisar as relações entre diversidade sexual e religião no Brasil contemporâneo, tenho identificado a difusão desse tipo de discurso entre diferentes segmentos religiosos, especialmente, entre grupos evangélicos – o que sugere um estreitamento da relação entre práticas religiosas e algumas teorias da área *psi*.

Não entrarei no mérito da discussão sobre a pertinência acadêmica de tais teorias. Esse não é meu objetivo aqui. Quero apenas sugerir que a emergência na esfera pública de sujeitos que se identificam como psicólogos, psiquiatras, terapeutas familiares ou sexólogos cristãos

indicam a produção de discursos híbridos entre teologia e saberes psicológicos. Um dos modos pelos quais tais discursos se materializam é sob a forma de manuais de aconselhamento, uma literatura religiosa que aponta a relação entre fenômenos de autoajuda e religião no Brasil, existente há algumas décadas. O controverso tema da cura da homossexualidade e das terapias reparativas que visam transformar gays e lésbicas em supostos heterossexuais encontra lugar nessa literatura e nesse discurso religioso, conforme temos podido acompanhar acerca da intervenção de alguns grupos religiosos na esfera pública.

Convém destacar que nesse tipo de intervenção são diluídas as fronteiras entre público e privado, constituindo novos desafios para análise da laicidade. Mais uma provocação: o que essas formas de atuação poderiam ter a ver com homofobia?

A homofobia pode ser vista como um tipo de comportamento ou atitude que marca o outro como inferior e o desqualifica em razão de sua "orientação sexual". Contudo, os constrangimentos sociais que incidem sobre a diversidade sexual nem sempre são tão explícitos. Poderíamos pensar então a existência de "homofobias"? A opção pelo uso do termo no plural teria a vantagem de assinalar a existência de formas de rejeição mais viscerais e outras mais sutis ou cordiais (Fernandez, 2008). Dentro dessa visão, a homofobia pode ser vista como um conjunto de práticas sociais plurais: violências simbólicas, agressões físicas, insultos verbais, silêncios, recusa de direitos, distribuição de privilégios e status social, julgamentos morais, reprodução de estereótipos (Natividade; Oliveira, 2009).

Em todo caso, o que está em jogo são relações de poder nas quais um grupo de pessoas – cujas preferências ou padrões de comportamentos divergem da norma heterossexual – é objeto de forte regulação e controle. Mudanças culturais e políticas levam a que esta mesma categoria de pessoas busque reconhecimento e legitimidade, reivindicando direitos e cidadania.

O modo como diferentes instituições e grupos religiosos respondem a tais reivindicações e transformações sociais deve ser objeto de pesquisa acadêmica. Um dos aspectos que tem chamado minha atenção diz respeito à emergência de fortes reações à visibilidade LGBT.

Em 2007, concluímos uma pesquisa sobre a tramitação de projetos de lei que, dentre outros temas, contemplavam "homossexualidade/

orientação sexual". [71] Cada proposta de projeto de lei que visava assegurar um direito LGBT originava uma cascata de pequenas reações e novas ações, protagonizadas por integrantes de bancadas religiosas. Em resposta à tramitação de um projeto de lei que visavam instituir o *Dia do Orgulho Gay*, um projeto buscou criar o *Dia do Orgulho Heterossexual*. [72] Outro pretendia "tornar contravenção penal o beijo lascivo entre pessoas do mesmo sexo em público". [73] Três propostas objetivavam "criar programas de auxílio" para pessoas que "voluntariamente optassem pela mudança da homossexualidade para a heterossexualidade". [74]

Elencamos inúmeras estratégias utilizadas na obstrução da aprovação de leis LGBT. Contudo, a interferência de valores religiosos extrapolava o Legislativo e alcançava os Poderes Judiciário e Executivo. Esse foi o caso da Lei da "Pensão gay", que tramitou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Após aprovada, essa lei sofreu ações no Judiciário e vetos no Poder Público ligados a atuação de dois governadores daquele Estado, cuja identidade religiosa era pública.

Em um nível mais capilar, tenho pistas sobre a interferência de valores religiosos na execução de políticas públicas voltadas aos LGBTs, mediante pesquisa conduzida por mim na Região Fluminense, periferia do Rio de Janeiro. Em um município dessa região, acompanhei a tentativa de implementação de um serviço de saúde LGBT, cuja execução foi interrompida após mudança na gestão. Segundo informações obtidas, a nova gestão da Secretaria de Atenção Básica (órgão responsável pela implantação dessa política pública) era "mais conservadora". Em sua nova configuração, tal Secretaria contava com maior participação de religiosos, especialmente evangélicos, incluindo a sua Coordenação Executiva. Tal fato era percebido como elemento que dificultava negociações para a continuidade da proposta de Saúde LGBT, que teria sido qualificada por essa coordenação como um assunto não prioritário para o Município.

No tocante às tensas relações entre valores religiosos e demandas por reconhecimento e legitimidade das minorias sexuais, o caso da

---

71 A pesquisa foi realizada em três Casas Legislativas: ALERJ, ALESP e Câmara Federal.

72 PL 294/2005, Câmara Municipal de São Paulo (arquivado).

73 PL 2279/2003, apresentado pelo deputado Elimar Damasceno, na Câmara Federal.

74 PL 2177/2003, Neucimar Fraga, Câmara Federal; PL 717/2003, Édino Fonseca, ALERJ.

criminalização da homofobia é exemplar. Desde o início de sua tramitação, o PL 122/2006 originou respostas religiosas tanto no Legislativo, como em púlpitos e veículos de comunicação ligados a instituições religiosas. O tema foi mais debatido entre evangélicos do que entre católicos, embora haja alinhamentos. A Igreja Metodista do Brasil [75] considerou que é papel da igreja "contribuir para a reversão da tendência homossexual", sendo, por tal motivo, contrária ao PL. Alinharam-se a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Convenção Batista Brasileira e igrejas pentecostais.

Por meio de reportagens, debates, enquetes, artigos de opinião, grupos religiosos vieram à esfera pública externar posição contrária à proposta, difundindo a visão de que a aprovação do projeto promoveria o "extermínio do heterossexual", [76] a "destruição da família brasileira", atitudes *heterofóbicas*, o crescimento da 'pedofilia' no país, o aumento na difusão da epidemia de Aids. Alguns segmentos religiosos que sustentam esse discurso compreendem o diálogo entre movimentos sociais, ONGs e o Poder Público como uma articulação *perigosa* que propaga valores 'liberais' inaceitáveis. A instituição de uma política pública nacional voltada para a população LGBT é tida como motivo de preocupação, que enseja uma reação em defesa dos "valores cristãos" e da "família". A mensagem propagada por alguns de seus porta-vozes pode recorrer a perspectiva demonizadora, segundo a qual se trata de uma batalha entre o bem (heterossexual) e o mal (homossexual).

Gostaria de me deter um pouco sobre a atuação de um grupo específico, o *Abraceh*, sediado no Rio de Janeiro, que tem como representantes algumas pessoas ligadas a instituições religiosas. Tal organização modificou sua estratégia de apresentação ao longo dos últimos anos. Inicialmente identificada como "Associação brasileira de apoio aos que desejam deixar a homossexualidade", passou a reclamar o estatuto de "associação civil sem fins lucrativos", de Organização

---

75 Ver documentos "Pronunciamento do colégio episcopal sobre o projeto de lei acerca da homofobia", "A Igreja e o homossexualismo".

76 Natividade (2008a), ao analisar a controvérsia sobre a cura da homossexualidade no Brasil, demonstrou que argumentos sustentados por religiosos no confronto com os direitos civis dos homossexuais difundem pânicos morais associados à necessidade da 'prevenção' da sodomia no país, em resposta aos crescentes visibilidade e reconhecimento das minorias sexuais. O medo do "extermínio da heterossexualidade" comparece como um dos temores suscitados como argumento para a existência de terapias reparativas, trabalhos pastorais voltados à conversão de gays, lésbicas e travestis (Natividade, 2008a: 250).

NãoGovernamental de apoio à infância e à adolescência, adotando o nome de "Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família".

A Abraceh define como parte de seus objetivos promover assistência social e serviços de apoio para "aqueles que desejam voluntariamente deixar a homossexualidade" e "outros transtornos sexuais", "priorizando as crianças e os adolescentes em situação de risco social, especialmente aqueles vitimados pelo abuso e exploração sexual". O estatuto da organização faz menção ao objetivo de criar, implementar e desenvolver "programas de prevenção primária" que incluem a "prevenção" da homossexualidade, além da realização de projetos de apoio a portadores de HIV/Aids, alcoolismo e dependência química. Assim como inúmeros grupos religiosos, a Abraceh afirma "acolher" os homossexuais, mas é preciso entender em que termos se dá tal acolhida que – em hipótese alguma – é sinônimo de aceitação e valorização mas, ao contrário, implica a difusão de estereótipos e visões negativas sobre a diversidade sexual.

A prática homossexual continua sendo interpretada como um pecado, e tais grupos acreditam na possibilidade de um homossexual poder tornar-se heterossexual, pela ação combinada do poder de Deus, da vontade individual, de aconselhamentos, terapias e redes de apoio mútuo. Como é possível interpretar socioantropologicamente esses discursos e ponderar seus impactos sobre a vida das pessoas?

Da perspectiva das ciências sociais, a orientação sexual é, ao mesmo tempo, um sistema de classificação social e uma forma pela qual as pessoas atribuem sentidos às suas trajetórias sexuais. Uma pessoa que se identifica num determinado momento da vida como heterossexual pode, em período posterior, aderir a uma identidade gay, lésbica ou bissexual. Ela pode rejeitar por anos a fio tal identificação, temendo ser objeto de estigma e preconceito.

Desse modo, entendemos que as identidades estão em constante negociação, compreendendo as relações entre experiência, o circuito por certas redes sociais, normas e padrões culturais, a atribuição de sentidos. Mas o ponto relevante para nossa discussão é que a crença na possibilidade de mudança *intencional* na orientação sexual (da homossexualidade para a heterossexualidade) envolve atribuição de valor positivo à heterossexualidade e desqualificação da homossexualidade.

Seguindo essa perspectiva, podemos indagar: que tipo de estereótipos pode residir sob essa assimetria e sob a motivação que faz pessoas que experimentam uma atração por pessoas do mesmo sexo poderem considerar inteligível a ideia de que ser heterossexual é preferível a ser homossexual?

A homofobia externada por alguns sujeitos ligados a instituições religiosas conecta as dimensões do gênero e da orientação sexual. Apelos a conversão de gays e lésbicas são acompanhados de exortações morais que revelam uma preocupação com as "inversões do gênero", expressas na necessidade de tornar certos homens mais masculinos e certas mulheres mais femininas. Um conjunto de medidas corretivas empregadas sugere a existência de pedagogias do gênero.

Lembro aqui, a fala de um informante, entrevistado em minha pesquisa de doutoramento, ao rememorar o período em que se internou em clínica de recuperação para homossexuais, dirigida por um pastor da Assembleia de Deus e sua esposa. Aprender a jogar futebol era a primeira atividade para homens gays obterem restauro da heterossexualidade. Convém assinalar que a afirmação da heterossexualidade como única forma legítima do desejo, torna diferenças de gênero e desigualdades culturalmente constituídas 'naturais'. Toda construção do gênero e do desejo que destoe dessa norma é marcada como uma diferença indesejável, que ameaça as fantasias de identidade cultivadas por aqueles que postulam a universalidade da heterossexualidade.

Existe um senso comum difuso pela sociedade brasileira que opera com categorias psicologizantes, respaldando a noção da homossexualidade como um defeito, uma anormalidade. Nesses discursos – que não são necessariamente de cunho religioso – entende-se que a sexualidade humana teria um único curso de desenvolvimento: todas as pessoas deveriam ser heterossexuais. O suposto de que algo 'deu errado' revela a persistência de uma atribuição de valor negativo à homossexualidade e à diversidade sexual. Lembro aqui a metáfora empregada por outro informante que ilustra bem esse ponto. Trata-se de um homem gay, 30 anos, ex-evangélico, morador de uma região periférica no Município do Rio de Janeiro, que exercia a ocupação de cozinheiro no período em que o entrevistei. Ele buscou descrever a sensação subjetiva implicada na descoberta de sua homossexualidade pelos pais recorrendo à expressão "o

bolo que solou". A percepção de que algo dera errado era sustentada pela expectativa social de que 'deveria' ser heterossexual, ensejando visões negativas de si. O bolo que solara era a expressão empregada em relação a si próprio que, ao se descobrir homossexual, frustrava expectativas familiares quanto ao 'casamento' heterossexual e a obtenção de prole.

A análise de tais aspectos elucida mecanismos sociais de produção de desigualdades. Ao endossar a superioridade moral da heterossexualidade, certos discursos e práticas sociais desqualificam a diversidade sexual – alocando-a ao campo do desvio, da patologia, da aberração.

Convém destacar que não estou dizendo que segmentos religiosos – sejam quais forem – "sejam" homofóbicos. Entendo que práticas e discursos qualificáveis como homofóbicos dizem respeito mais a performances que a identidades: são contingenciais e situacionais. Os dados trazidos para discussão evidenciam, sim, a existência de idiomas culturais e práticas sociais de fundo religioso que se tensionam com a recente visibilidade e valorização da diversidade sexual. Trata-se, efetivamente, de discursos e práticas que manifestam disposições conservadoras face a estas transformações sociais, representando respostas coletivas de resistência e oposição.

Nesse sentido, o fato, por exemplo, de que os estereótipos acerca da homossexualidade não sejam compartilhados ou endossados do mesmo modo por todos os membros de um grupo religioso, ou por todas as lideranças em um mesmo segmento, não elimina o fato de que tais discursos circulam socialmente, extrapolando os limites da congregação e impactando outras dimensões da vida, como relações familiares, relações de trabalho, etc.

Considerando que a homofobia consiste num conjunto de práticas sociais difusas na sociedade brasileira que desqualificam e estigmatizam pessoas LGBT, parece-me particularmente relevante que se investigue como, em contextos específicos, pode haver o cultivo de diferentes formas de homofobia, dando margem a situações cotidianas de preconceito e discriminação ligadas à orientação sexual.

REFERÊNCIAS:

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa: negociações da reprodução na sociedade brasileira. *In:* HEILBORN, M. L. et al. **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; CARVALHO, Emílio N. de. Religião e Psicanálise no Brasil Contemporâneo: novas e velhas *Weltanschauungen*. **Revista de Antropologia**, São Paulo: SP, EdUSP, v. 48, n. 2, 473-499, 2006.

FERNANDES, Luis Osvaldo Ribas Lobos. Homofobia Cordial (palestra). Salvador, UNEB/ DIADORIM, 2008. [mimeo]

JACOB, César Romero et al. *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, Edições Loyola e CNBB, 2003.

LEWGOY, Bernardo. Estilos de vida e modelos de construção da pessoa na recente literatura evangélica. Comunicação apresentada no *XXIX Encontro da* **Anpocs**. Caxambu: MG, Anpocs, 2005.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61. São Paulo: Edusc, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**. n. 2. Rio de Janeiro: CLAM, 2009.

SEFFNER, Fernando et al. Respostas religiosas à Aids no Brasil: impressões de pesquisa acerca da Pastoral de DST/Aids da Igreja Católica. In: **Anais da XIV Jornadas Sobre as Alternativas Religiosas da América Latina**, Buenos Aires, mimeo, 2007.

Mesa: psicologia, diversidade sexual e políticas públicas

Contradições no processo transexualizador: Reflexões sobre os limites de uma política de saúde

Daniela Murta Amaral [77]

Em 1997, por meio da Resolução 1.482, o Conselho Federal de Medicina autorizou no Brasil a realização de cirurgias de transgenitalização em transexuais considerando o caráter terapêutico desse procedimento. Em outras palavras, considerando que "o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou autoextermínio" Essa intervenção cirúrgica tornou-se legítima no país, desde que o paciente apresente os critérios necessários para sua realização e o tratamento siga um programa rígido, que inclui a avaliação de equipe multidisciplinar e acompanhamento pela equipe de saúde mental por no mínimo dois anos, para a confirmação do diagnóstico de transexualismo e encaminhamento para a cirurgia.

Nesse contexto, houve um expressivo aumento da demanda de auxílio médico por parte de transexuais de ambos os sexos que, além de promover a constituição de programas interdisciplinares especializados, expôs a extrema vulnerabilidade dessas pessoas no que se refere ao acesso à saúde de um modo geral. O preconceito social somado à ausência de uma regulamentação oficial do processo de redesignação do sexo apontou a carência de uma política de atenção integral voltada à população transexual, tornando fundamental o debate sobre sua assistência nos serviços de saúde pública. Esse processo teve como focos especiais a problematização da cirurgia de transgenitalização como meta terapêutica e a referência psiquiatrizada da transexualidade tal como definida nas resoluções do Conselho Federal de Medicina.

Diante desse cenário, tiveram início as primeiras discussões sobre a situação de saúde da população transexual no Brasil que, inseridas nas questões abordadas pelos fóruns para a formulação de políticas inclusivas para toda a população GLTB (gays, lésbicas, transgêneros e

77 Psicóloga, doutoranda em Saúde Coletiva pelo IMS/Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como colaboradora do GT de Psicologia e Diversidade Sexual do CRP 05. (dmurta@oi.com.br).

bissexuais) e pelo Coletivo Nacional de Transexuais, introduziram temas que promoveram avanços significativos e serviram como referência para construção de políticas públicas específicas para a população transexual (Arán, Murta e Lionço, 2008). Entre elas destacam-se as reuniões sobre o Processo Transexualizador no SUS, a partir da reativação do Comitê Técnico GLTB em 2006, que ao colocar em pauta questões significativas para a definição de diretrizes da assistência delimitou pontos relevantes para a inclusão de transexuais no Sistema Único de Saúde que estivessem comprometidas com a superação do estigma associado à condição transexual e contemplassem os princípios da integralidade, da equidade e da humanização da atenção (Lionço, 2006). Dessa maneira, evidenciou-se a necessidade de considerar a transexualidade para além da questão médico-cirúrgica e foram definidos como linhas de ação o combate à discriminação e à conotação patologizada dessa experiência e a afirmação de sua pluralidade, especialmente no que se refere à diversidade da demanda por assistência.

Vale destacar que tais discussões coincidiram com a determinação da inclusão da cirurgia de redesignação sexual na tabela do SUS pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que constituiu um progresso significativo na defesa do direito a saúde ainda que tinha sido revogada alguns meses depois pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie. Essa decisão judicial que liberou, mesmo que temporariamente, a realização de procedimentos cirúrgicos para modificação do sexo anatômico no serviço público, configurou um novo cenário no campo da atenção à saúde de transexuais no Brasil, pois ao apontar a condição de extrema vulnerabilidade dessa população e a relativa omissão do Ministério da Saúde em atender a sua demanda evidenciou a necessidade urgente de elaboração de um protocolo de assistência a fim de garantir a inclusão de transexuais no sistema de saúde segundo seus princípios básicos – a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso (Arán e Lionço, 2008).

A partir desses acontecimentos, foram esboçadas as Diretrizes do Ministério da Saúde para o Processo Transexualizador no SUS que se formalizaram com a publicação da Portaria 1.707 de 2008, que reconhece a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes e condicionantes da situação de saúde. A proposta de

constituição de serviços de referência habilitados a prestar atenção integral e humanizada a transexuais não se restringe apenas à cirurgia de transgenitalização e demais intervenções somáticas, mas também define que o mal-estar e o sentimento de inadaptação por referência ao sexo anatômico do transexual devem ser abordados dentro da integralidade da atenção à saúde preconizada e a ser prestada pelo SUS, sendo necessário o estabelecimento das bases para indicações, organização da rede assistencial, regulação do acesso, controle, avaliação e auditoria do processo transexualizador. Portanto, determina a organização e a implantação de ações que permitam no âmbito do SUS uma assistência comprometida com seus princípios, além de definir os critérios mínimos para o funcionamento dos serviços e a regulamentação dos procedimentos de transgenitalização.

Consecutivamente, foi publicada a Portaria 457 da Secretaria de Assistência de Saúde de 2008, que regulamenta e normatiza as diretrizes propostas pela portaria mencionada, a fim de garantir a equidade do acesso e as boas práticas assistenciais às pessoas transexuais. Segundo esse documento, quatro hospitais universitários – Hospital de Clínicas de Porto Alegre (UFRGS), Hospital Universitário Pedro Ernesto (Uerj), Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás – foram habilitados a realizar a cirurgia de transgenitalização em transexuais pelo SUS, sendo definidos como Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. Desde então, tais instituições passaram a dispor de financiamento governamental para realizar procedimentos clínicos e cirúrgicos específicos – desde que cumpridos os critérios estabelecidos, entre os quais destaca-se a obrigatoriedade de existência de uma equipe mínima composta por médico especialista em cirurgia urológica, anestesista, enfermagem (enfermeiro coordenador e enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem), psiquiatra, endocrinologista, psicólogo e assistente social. Vale ressaltar que não ficou vedado a outros hospitais que assistem transexuais realizar a cirurgia de transgenitalização, desde que seguidos os critérios definidos pelo CFM, contudo essas instituições não contam com o financiamento de tais procedimentos, sendo necessário utilizar recursos próprios.

De acordo com as *Diretrizes de Assistência ao Indivíduo com Indicação para a Realização do Processo Transexualizador*, as unidades de saúde credenciadas são definidas como referência para o tratamento de transexuais em todas as etapas do processo, sendo delimitadas as orientações para a atenção, que se dividem em cinco eixos: acolhimento, acompanhamento terapêutico, fluxos de encaminhamento, indicação de cirurgia de transgenitalização e atenção continuada. O acolhimento e o acompanhamento terapêutico referem-se, respectivamente, à primeira e à segunda etapa do processo, que é quando o usuário procura o sistema de saúde demandando assistência em função da condição transexual e passa por uma primeira avaliação – anamnese, verificação de uso prévio de hormônios e exame psiquiátrico – e depois permanece em atendimento multiprofissional pelo período mínimo de dois anos. Os fluxos de encaminhamento estão relacionados à indicação para readequação cirúrgica genital, isto é, o usuário será encaminhando ou permanecerá em seguimento clínico na atenção especializada ou na unidade habilitada, caso seja confirmado o diagnóstico de transexualismo e esteja prevista a realização da cirurgia de transgenitalização de acordo com os critérios estipulados pelo Conselho Federal de Medicina. Caso contrário, continuará seu tratamento clínico no estabelecimento de origem e mais próximo de sua residência. Por fim, a atenção continuada é definida a partir da concepção de que essa modalidade assistencial impõe a necessidade de acompanhamento endocrinológico para evitar danos por uso de hormônio e viabilizar diagnósticos precoces, além de possibilitar a pesquisa dos efeitos da cirurgia de redesignação sexual sobre a qualidade de vida do usuário que se submeteu à operação.

Em relação à cirurgia de transgenitalização, especificamente, nota-se que é concebida como um entre outros recursos terapêuticos disponíveis no Processo Transexualizador, sendo a decisão por sua efetivação resultado das reflexões realizadas no processo psicoterapêutico a partir da problematização do papel dessa intervenção sobre a inclusão social do indivíduo. Caso seja confirmada sua indicação, considerando os critérios definidos pelo Conselho Federal de Medicina, o usuário será encaminhado para uma lista de espera monitorada pela Secretaria Estadual de Saúde e submetido a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que tenha ciência de todos os riscos e benefícios desse procedimento. Após a

realização da cirurgia o usuário deve ser acompanhado por pelo menos dois anos, podendo este período ser estendido por tempo indeterminado caso haja demanda por psicoterapia e assistência social .

Vale ressaltar que esse seguimento clínico é exclusivo para mulheres transexuais, uma vez que as cirurgias do tipo neofaloplastia e metoidioplastia não estão contempladas por essa regulamentação. Levando em consideração a Resolução 1.652/2002 do CFM, que autoriza a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia como tratamento dos casos de transexualismo, o Ministério da Saúde estabeleceu critérios de indicação para a realização dos procedimentos previstos no Processo Transexualizador apenas para a transformação do fenótipo masculino para feminino mantendo os homens transexuais sem diretrizes formais de assistência.

Diante do que foi exposto, é possível observar que, indiscutivelmente, a normatização do Processo Transexualizador e a publicação das Portarias pelo Ministério da Saúde representaram conquistas importantes para o reconhecimento social da transexualidade e a concretização de ações direcionadas a essa população ao viabilizar seu acesso a saúde e promover o exercício de cidadania de forma mais ampla. A construção das normas técnicas, muito mais que a simples formalização de uma modalidade assistencial, notadamente constituiu um esforço em resgatar os princípios do SUS, o que promoveu um deslocamento do conceito de atenção à saúde de pessoas transexuais para além da questão psiquiátrica e cirúrgica sendo consideradas também questões de ordem social e jurídica.

No entanto, ao realizar uma revisão crítica dos documentos que servem como parâmetro para a assistência de transexuais no Brasil, é possível perceber que existem limitações em suas propostas que revelam um caráter ambivalente e parcial dessa regulamentação (LIONÇO, 2009). Embora estejam claros o reconhecimento da diversidade sexual e a intenção de definir um modelo de atenção à saúde focalizado no enfrentamento dos prejuízos decorrentes de processos discriminatórios, nota-se que essa política pública não soluciona completamente algumas questões, como o estigma associado a essa experiência e sua interpretação como uma questão médico-cirúrgica, reiterando conceitos dominantes para pensar a transexualidade que reforçam o caráter de anormalidade associado a essa experiência.

Um primeiro aspecto que merece ser observado é a utilização do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero como condição de acesso de transexuais aos serviços de saúde. Nota-se que, embora o Processo Transexualizador no SUS tenha como bases a despatologização da transexualidade e a superação da perspectiva correcional, o Ministério da Saúde reproduz a referência do Conselho Federal de Medicina nas Normas de Tratamento da Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin utilizando um conceito clássico de transexualismo (TEIXEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, para que o indivíduo possa ser absorvido pelos serviços que prestam assistência a transexuais, é necessário que preencha os critérios referentes a essa entidade nosológica a fim de comprovar sua condição de "transexual verdadeiro". A partir de uma primeira avaliação, o usuário é considerado apto ou não a ingressar no programa assistencial e, uma vez incluído, será reavaliado ao longo de todo o acompanhamento. Caso contrário, não teria indicação cirúrgica e, consequentemente, não poderia se beneficiar do processo transexualizador, sendo encaminhado para outro serviço, em geral psiquiátrico, ou permanecendo excluído do sistema de saúde formal. Por meio da análise das *Diretrizes de assistência ao indivíduo com indicação para a realização do processo transexualizador*, nota-se que o usuário deve ser acompanhado, por um período mínimo de dois anos, por uma equipe multiprofissional que, além de acompanhamento médico, realiza avaliação psicodiagnóstica para afastar a existência de condições psiquiátricas inviabilizadoras das intervenções médico-cirúrgicas. Tal avaliação deve orientar o trabalho psicoterápico, que tem como objetivo não apenas a tomada de decisão da cirurgia de transgenitalização, mas também facilitar o processo de elaboração do sofrimento pessoal e social do usuário, considerando as diferenças comportamentais e subjetivas. Embora esteja prevista a singularização do atendimento, vale destacar que, para o acompanhamento, estão definidas questões específicas, como aceitação da condição transexual, adaptação às modificações corporais, elaboração de conflitos infantis, controle da ansiedade pela cirurgia e da angústia pós-cirúrgica, que indicam certa padronização da demanda.

Além disso, é esperado que o usuário em sua narrativa afirme o desejo de eliminar os genitais e ganhar as características do sexo oposto,

pois caso contrário não preencheria um dos critérios diagnósticos de transexualismo, devendo ser excluído do programa e encaminhado para tratamento clínico em outra unidade de saúde que não a Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

Um segundo ponto a ser destacado é o fato de que, embora a cirurgia de transgenitalização não seja a meta terapêutica dessa política de saúde, a assistência está organizada em torno dela, que acaba funcionando como o eixo de orientação do acompanhamento (TEIXEIRA, 2009). A partir da análise do fluxo da atenção do Processo Transexualizador, é possível perceber o direcionamento para a realização da cirurgia de transgenitalização, definida como "primeira fase da redesignação sexual". Esse fato denota uma valorização do evento cirúrgico nesse processo tal como fixado pelo Conselho Federal de Medicina, que considera a cirurgia de transgenitalização a única possibilidade terapêutica nos casos de transexualismo, por adequar a genitália ao sexo psíquico. Vale ressaltar que no Processo Transexualizador o acesso à saúde está garantido apenas àqueles que pretendem recuperar a coerência entre sexo e gênero, estando excluídas outras pessoas que vivenciam a mesma experiência de incompatibilidade, mas não se enquadram nos eixos definidores de "transexual verdadeiro" ou não pretendem ou podem se submeter à cirurgia genital para redesignação do sexo. Ainda que a perspectiva de processo tenha sido adotada estrategicamente para superar a concepção de atenção a saúde para transexuais centrada na cirurgia de transgenitalização, como afirma Lionço (2009), nota-se que essa política de saúde tem como referência principal a possibilidade de realização da cirurgia de transgenitalização, inviabilizando que segmentos populacionais com demandas semelhantes possam ser beneficiados por ela.

Este é o caso dos homens transexuais e travestis que, por limitações técnicas e/ou pelo fato de não desejarem uma absoluta adequação de seus corpos, permanecem sem a possibilidade de receber a assistência integral viabilizada pelo processo transexualizador. Em ambos os casos, a exclusão está relacionada à impossibilidade de restituição da normalidade mediante reparação cirúrgica da genitália e, nesse sentido, não é "permitido" acessar o serviço médico formal para a transformação dos caracteres sexuais, permanecendo vulneráveis a

recursos arriscados para modificação corporal como a automedicação e o uso de silicone industrial.

De acordo com Lionço (2009), a exclusão da travestilidade dos direitos adquiridos por meio do processo transexualizador seria resultado da inexistência do desejo de adequação à lógica binária que se apresenta nessa experiência. A referência no suposto desejo de correção que caracteriza transexuais marca uma diferença com os travestis atribuindo a estes um lugar de ambiguidade que retira a aplicabilidade dos procedimentos médicos para a modificação dos caracteres sexuais. Sendo assim, ainda que seja reconhecida a experiência comum de investimento na construção de um corpo feminino, há uma distinção da demanda que remove o caráter de beneficência da redesignação sexual da travestilidade e, consequentemente, inviabiliza a equidade no acesso aos serviços e às tecnologias disponíveis no campo médico.

Em relação aos homens transexuais, é possível observar que a exclusão no processo transexualizador segue outro caminho, uma vez que, assim como as mulheres transexuais, esse grupo teria seu acesso aos serviços de saúde garantido pelo diagnóstico de "transexualismo verdadeiro". Nesses casos, a demanda por modificação corporal é reconhecida, porém o acesso aos procedimentos médicos disponíveis é restrito, visto que as cirurgias para redesignação da genitália feminina para masculina – construção de neofalo e metoidioplastia – permanecem definidas como procedimentos experimentais e não podem ser financiadas pelo SUS. Contudo, para alguns autores, como Teixeira (2009), o que está em jogo ultrapassa a questão da viabilidade técnica colocando em pauta a real possibilidade de adequação do sexo de homens transexuais, uma vez que o pênis a ser construído não corresponde aos parâmetros de normalidade.

Diante do que foi exposto, é possível perceber que as Portarias do Ministério da Saúde estão norteadas por um modelo biomédico e normativo segundo o qual a transexualidade seria uma patologia psiquiátrica cujo tratamento é a adequação do sexo ao gênero por meio da cirurgia de transgenitalização. Apesar do objetivo primário, de afirmar a pluralidade dessa experiência e a autonomia da pessoa transexual no que se refere à decisão por modificações corporais do sexo (LIONÇO, 2009), o processo transexualizador reproduz modelos internacionais de assistência, utilizando mecanismos de controle e normatização para

regular o acesso de transexuais aos serviços de saúde. A partir da análise do modelo de assistência brasileiro, nota-se que há uma insuficiência da afirmação do desejo pela modificação corporal para garantir o acesso às tecnologias disponíveis, sendo mandatório que o usuário se submeta a uma avaliação diagnóstica, de modo que comprove estar adequado às condições exigidas para que possa realizar intervenções para alteração do sexo. Tal fato, reflete um processo regulador que fixa normas de conduta e, segundo Ventura (2007), fere o princípio da autonomia, criando uma situação de vulnerabilidade, uma vez que se operam mecanismo de poder que restringem o acesso aos recursos de saúde e essencializam a experiência transexual.

Mesa: A contribuição dos movimentos sociais na promoção da Cidadania LGBT

Vencendo a homo/lesbo/transfobia – Avanços e desafios (transcrição de apresentação oral)

Toni Reis[78]

Preâmbulo

Gostaria de iniciar com um depoimento pessoal. Eu me lembro que quando eu tinha 14 anos cheguei e falei para a minha mãe: "Mãe, eu sou gay". Minha mãe desesperadamente falou: "Meu filho, isso não pode. Você é anormal, doente, pecador e tudo o que é de ruim". E eu aceitei isso e falei: "É, realmente eu sou tudo isso, então me ajuda, eu quero sair dessa". Minha mãe me levou para a Policlínica Pato Branco e falou assim para o médico: "Cure meu filho. Eu quero que o senhor dê uma solução para o meu filho". O médico respondeu: "A sua sexualidade é apenas uma variante da sexualidade, mas procurem um bom psicólogo".

Procurei uma psicóloga e fiz as terapias, mas mesmo assim eu não me aceitei porque eu era religioso, eu queria ser padre. Fui falar para o padre, o meu diretor espiritual, e ele disse: "Você vai ter que suspender todos os seus sacramentos porque você não pode, você está em estado de pecado porque você é homossexual". Tive de me afastar da Igreja. Procurei a igreja evangélica Assembleia de Deus. Passei em uma fila no culto, tinha umas dez pessoas com problema de catarata, problema de reumatismo, e o pastor falou assim, "tem um rapaz aqui que tem um problema e o problema dele é tão grave que não vou falar qual é, mas vamos orar que ele vai se curar." Sei que não adiantou.

Fui a um Centro de Umbanda e o pai de santo falou que eu tinha uma pomba gira desgovernada e aconselhou: "Faça a oferenda que você vai se curar". Fiz a oferenda e não me curei, estou com a pomba gira desgovernada até hoje!

Esse período dos 14 aos 21 anos, que eu narro num livro, redigido juntamente com meu companheiro, intitulado "Direito de Amar", foi

78 Graduado em Letras, *Especialista em Sexualidade Humana, Mestre em Filosofia na área de ética e sexualidade e Doutorando em Educação.* Foi co-fundador da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 1995; atualmente ocupa o cargo de presidente da instituição

a busca da cura. Nesse período eu pensei em suicídio três vezes, mas graças aos meus esforços e a toda ajuda que eu tive do próprio médico e da minha psicóloga, superei.

Fui morar em Curitiba e me formei em Letras. Tive a oportunidade de morar na Europa, onde conheci meu companheiro, com quem estou casado há 21 anos. Em 1995 fundamos a ABGLT e estou aqui hoje neste momento histórico.

Tudo isso eu falei para dizer assim, nós estamos na história, vocês estão aqui no primeiro Seminário Nacional de Psicologia e Diversidade Sexual. Isso é muito importante. Esse símbolo do Conselho Federal de Psicologia é muito importante e o fato de estarmos aqui falando sobre esse assunto é uma grande vitória para todo mundo. Então nós aqui estamos na história.

Da mesma forma, todo ano temos o Seminário Nacional LGBT no Congresso Nacional. Além disso, nosso maior momento – e tenho o maior orgulho de ter participado com o nosso querido presidente Lula – foi a I Conferência Nacional LGBT: das propostas ali apresentadas resultou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Então, eu acho que são primeiros momentos como este aqui, hoje, que fazem com que nós avancemos. Aqui nós estamos procurando obter o apoio de vocês. Com certeza muitos de vocês já estão prontos para ir juntos conosco. Para dar muita força para que as pessoas sejam felizes e não precisem sofrer tanto. Eu acho que nós temos de diminuir o sofrimento das pessoas e causar mais felicidade.

Apresentação – ABGLT

Aqui eu represento a ABGLT, que é a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Foi fundada em 1995 em Curitiba, por 31 grupos. A missão da ABGLT é promover a cidadania e defender os direitos humanos, contribuir para uma democracia sem discriminação. Nesse sentido, nós sempre estamos com a questão da luta das mulheres, das pessoas afrodescendentes, das pessoas que vivem com HIV/aids, das pessoas privadas de liberdade Procuramos estar juntos com todos os grupos de pessoas discriminadas e defender a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive a heterossexual, que é fundamental também para a convivência.

Hoje, a ABGLT tem 237 organizações afiliadas em todo o Brasil e temos a satisfação de ser a primeira organização LGBT de um país em desenvolvimento a ter o status consultivo junto ao Conselho Social e Econômico (ECOSOC) da ONU, de poder contribuir para a questão de direitos humanos no âmbito internacional.

Situação problema

Na idade média nós éramos considerados pecadores, e por isso não estaríamos aqui, estaríamos em uma fogueira sendo queimados por sermos pecadores. O antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, fez um estudo sobre essa prática. Na inquisição portuguesa, 32 pessoas foram queimadas por serem LGBT. Depois tornou-se crime, e hoje ainda há 75 países em que é crime ser homossexual, e sete deles penalizam a homossexualidade com a pena de morte. Em seguida, a homossexualidade passou a ser considerada doença.

No âmbito internacional, o Brasil foi o 5º país a retirar o código 302.0 (homossexualidade) da Classificação Internacional de Doenças, em 1985, mas continuou sendo classificada como doença pela Organização Mundial da Saúde até o dia 17 de maio de 1990.

Por que a minha mãe achava que eu era pecador, que eu era doente, que eu era sem-vergonha? Ela era o reflexo da cultura. Isso é importante. E os efeitos dessa visão histórica da homossexualidade, como pecado, crime e doença? Aqui nós temos um mapa da Ilga (International Lesbian and Gay Association), que ajuda a visualizar a forma como os diversos países do mundo tratam os homossexuais. Aqui na América Latina e no Caribe há 11 países em que ainda é crime ser homossexual. Foi crime até há pouco tempo no Chile, no Equador e na Nicarágua, onde faz apenas dois anos que deixou de ser considerado crime.

Mas também há coisas boas. Há 52 países que têm leis antidiscriminatórias e 32 já reconhecem a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Em nove deles, o casamento é igual para heterossexuais e homossexuais.

Foi feita uma importante pesquisa pela UNESCO da qual resultou um dado muito importante, e vocês como profissionais da psicologia podem nos ajudar muito. Dentre os estudantes masculinos, 40% não gostaria de estudar na mesma sala de aula com um gay ou com uma lésbica.

Imaginem vocês que são heterossexuais; em um grupo de 100 pessoas, 40 delas sendo motivo de chacota, discriminação e preconceito. Outra área que nós temos que trabalhar: 60% dos professores não sabem como lidar com a situação. Então vejam quanto trabalho nós temos pela frente para mudar essa situação. Quando fazem palestras e falam sobre sexualidade, talvez as perguntas que surjam mais frequentemente sejam sobre a homossexualidade. Então, precisamos evoluir muito nessa área.

Há uma pesquisa aqui do Governo do Distrito Federal que é muito interessante. Demonstra que 63% dos entrevistados em escolas alegam já ter visto pessoas que são (ou que são tidas como) homossexuais sofrendo preconceito. Mais da metade dos professores também afirmou já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas. Embora se possa ver que as meninas respeitam mais a questão da orientação sexual, 44% dos meninos e 15% das meninas afirmam que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula (muito parecida com a da UNESCO).

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação revelou que 87% dos entrevistados têm preconceito com relação à homossexualidade. A pesquisa foi feita com 18 mil alunos, pais, mães, diretores e profissionais.

Há uma pesquisa também da Fundação Perseu Abramo em que 92% das pessoas entrevistadas afirmaram que acham que os homossexuais sofrem preconceito. Dos pesquisados, 28% afirmaram que têm esse preconceito, o que é cinco vezes maior que o preconceito contra pessoas negras e idosas apurado pela mesma Fundação.

O fundamentalismo religioso talvez seja um dos maiores problemas hoje enfrentados pela população LGBT, inclusive para a aprovação de leis. Aqui são alguns exemplos de declarações públicas de autoridades religiosas: "Homossexualismo é um defeito da natureza humana, como é o orgulho, a tendência ao roubo, a cleptomania, o homicídio e qualquer coisa assim" (Arcebispo de Fortaleza, Dom José Antônio Aparecido Tosi).

"O homossexualismo é uma tragédia. Gays são gente pela metade, se é que são gente" (Arcebispo de Florianópolis, D. Scheid).

> A homossexualidade é uma rebelião consciente contra o que Deus estabeleceu na criação. A Bíblia diz que Deus criou o ser humano como macho e fêmea" (Silas Malafaia). Malafaia realmente é hoje talvez um dos ícones do preconceito e que usa da psicologia para nos afrontar. Houve uma audiência pública da qual participei há 15 dias no Congresso Nacional, na qual ele falou: "O Brasil não pode aprovar uma lei para vocês, que são pedófilos, pedófilos e enfim zoófilos". Tenho certeza que não somos tudo isso, mas é importante observar a vinculação que determinados setores fazem entre a homossexualidade e as coisas mais ruins.

Foram feitas pesquisas nas Paradas LGBT. Entre os dados mais significativos, 56% já sofreram algum tipo de discriminação. Ainda, dentro de um contexto da LGBT e da diversidade sexual, as pessoas que mais sofrem são as pessoas mais ousadas, que cada vez mais rompem a questão de gênero e que são as travestis. Na pesquisas, 72% delas afirmaram ter sofrido discriminação.

Na minha cidade, Curitiba, houve uma campanha, com cartazes, feita por neonazistas, que dizia, "Faça seu dia feliz, acabe com o homossexualismo", da autoria da "Resistência 88", que é um grupo de nazistas. Conseguimos desbaratar essa quadrilha de jovens, cujo objetivo era sair à noite para espancar homossexuais e travestis.

Houve 3.196 assassinatos de LGBT no Brasil nos últimos anos, segundo dados do Grupo Gay da Bahia.

A Aids ainda é um problema sério para a população homossexual. Somos 11 vezes mais suscetíveis à infecção pelo HIV que a população em geral.

Na questão da igualdade de direitos, podemos perceber que, comparando um casal homossexual com um casal heterossexual, nós temos 78 direitos que nos são negados. Os heterossexuais podem ter a união estável reconhecida, têm direito a herança, podem adotar conjuntamente. Esses são apenas três exemplos. Isso é discriminação. A Constituição Federal estabelece que todos são iguais perante a Lei e não

haverá discriminação de qualquer natureza, mas a população LGBT ainda não alcançou a igualdade plena.

Ações realizadas e avanços

As ações que realizamos se baseiam num conceito chamado *advocacy*, inclusive elaboramos um manual, que já entreguei para as pessoas aqui do Conselho e para os palestrantes. *Advocacy* é um processo em que é preciso identificar uma área de atuação que possa contornar um problema que afeta determinado setor da sociedade, ter uma estratégia, um objetivo, e atuar em conjunto com as pessoas que tomam as decisões nessa área, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário, visando promover mudanças. A ABGLT realiza *advocacy* no âmbito federal. Assim, atuamos no Supremo Tribunal Federal –nós estamos com três ações lá. Já estivemos com o presidente Lula, na Advocacia-Geral da União, no Congresso Nacional com o presidente do Congresso, com os ministérios, inclusive na última Marcha Nacional Contra Homofobia fomos recebidos por 14 ministros de estado e isso é importante para a população LGBT.

No Congresso Nacional existe a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, hoje com aproximadamente 250 parlamentares, entre senadores, senadoras, deputados e deputadas, que trabalham em apoio à nossa causa.

Em 2004, foi lançado o Programa Brasil Sem Homofobia, que será apresentado aqui por outra palestrante.

Dentro da ABGT temos parcerias com algumas redes LGBT, inclusive a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), que promove a capacitação de mulheres lésbicas e bissexuais tanto na questão do *advocacy* quanto na questão do desenvolvimento organizacional. Essa foto aqui é da primeira equipe de formandas que estão fazendo o trabalho.

Com relação às travestis, na terça-feira vamos ter uma reunião novamente para selar o acordo com o ministro Lupi (Trabalho e Emprego) sobre oportunidades de trabalho para elas. Esse projeto inclusive foi idealizado com base no trabalho no Rio de Janeiro, o que as travestis pediram e nós estamos assim batendo o martelo, faz três anos que nós estamos lá, buscando parcerias para proporcionar oportunidades de trabalho e previdência para as travestis.

Outra questão importante é o nome social de travestis e transexuais. Estou pedindo formalmente ao Conselho Federal de Psicologia que

entre nessa luta conosco, porque é importante constar que o Conselho Federal de Psicologia está a favor do respeito à identidade de gênero. Isso é fundamental para as travestis, porque é um primeiro passo para a questão de sua cidadania plena. Até brinco: se o presidente Lula tem nome social – a gente não o chama de Luiz Inácio, ele é o Lula – por que as travestis não podem ter o seu nome respeitado? A iniciativa é uma parceria da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e da ABGLT com o e-Jovem, o Grupo de pais e mães de homossexuais, o Coletivo de Entidades Negras (CEN-Brasil), a UNAids/Brasil e as iniciativas dos grupos LGBT locais. A UNICEF já selou seu apoio.

A iniciativa estava voltada apenas para a área da educação, mas pipocou para outras áreas. Então, hoje existem disposições sobre o uso do nome social na Administração Pública Federal em toda a administração pública dos estados do Pará, Piauí e São Paulo. O Pará foi o estado que iniciou esse processo. Os seguintes estados já aprovaram o uso do nome social na educação pública: Goiás, Maranhão, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná, Distrito Federal, Alagoas, Rio de Janeiro. Na área do serviço social, o uso do nome social no serviço social já foi aprovado nos estados Piauí, Bahia e Amazonas; e na área da saúde foi aprovado em São Paulo, no Paraná e em vários municípios.

Com relação à questão da homofobia nas escolas, em parceria entre a ABGLT e outras organizações, vem sendo executado o projeto Escola Sem Homofobia. Inicialmente, foram realizados cinco seminários, um em cada região do país, com a participação de profissionais de educação, gestores e representantes da sociedade civil, para obter um perfil da situação da homofobia na escola, com base na realidade cotidiana dos envolvidos. Também foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar em 11 capitais das cinco regiões do país, envolvendo um total de 1.412 participantes, entre secretários(as) de saúde, gestores(as) de escolas, professores(as), estudantes e outros integrantes das comunidades escolares. A metodologia da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp. Por último, foi elaborado um kit de materiais educativos para uso na sala de aula.

O HIV/Aids é um tema que ainda afeta em muito nossa comunidade, e está havendo um aumento de casos na faixa dos 14 aos 25 anos.

Assim, a ABGLT está apoiando dois projetos executados em rede, que são o projeto Aliança Jovem e o projeto Interagir, ambos voltados para a população gay.

No âmbito internacional, além do status consultivo da ABGLT no Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU, também houve o reconhecimento, pela Organização dos Estados Americanos e pela própria ONU, da orientação sexual e da identidade de gênero como direitos humanos. No Mercosul, a ABGLT também participa das reuniões de altas autoridades em direitos humanos, bem como da Rede LGBT do Mercosul.

Em parceria com o Ministério da Cultura, a ABGLT desenvolveu um projeto de capacitação para questões culturais. Atuar por meio da cultura é uma forma de provocar mudanças positivas na forma como a homossexualidade tem sido vista historicamente, conforme mencionado acima (pecado, crime e doença).

A ABGLT incentiva a realização de eventos para marcar várias datas comemorativas, em especial: o dia da Visibilidade Lésbica (do dia 19 ao dia 29 de agosto); o dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), data em que houve a primeira campanha do Ministério da Saúde para travestis; o dia 28 de junho, dia do Orgulho LGBT, que foi a data da rebelião de Stonewall em Nova Iorque, que deu origem às paradas LGBT. Também há o dia 17 de maio, que comemora a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças –este é um momento que é mais para denúncia da violação dos direitos humanos de LGBT. Neste ano de 2010, para marcar o dia 17 de maio, promovemos a 1ª Marcha Nacional Contra a Homofobia. Mais tarde, em junho, o presidente Lula decretou o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia

A ABGLT tem participado, muitas vezes junto com os representantes do Conselho Federal de Psicologia, das Conferências Nacionais com temática social, como: Conferência LGBT, direitos humanos, saúde, saúde mental, educação, mulheres, pessoa idosa, segurança, defesa social, comunicação, juventude, criança, adolescente, igualdade racial e cultura. Isso é importante porque é nesses espaços que podemos incluir nossa pauta na agenda dessas outras áreas, contribuindo para a transversalidade das políticas públicas.

Também cumprimos um papel de controle social das políticas púbicas. Nós temos representações no Ministério da Educação, no Ministério da

Cultura, no Ministério da Saúde, na Segurança Pública, no Conselho Nacional de Saúde, na Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e no Conselho Nacional de Juventude.

Voltando à questão da visibilidade LGBT, hoje nós temos 241 eventos, entre paradas e outros tipos de eventos em comemoração ao Orgulho LGBT. Atualmente, há eventos em todos os estados, em todas as capitais e 158 cidades do interior. Hoje o Brasil é o país onde existe o maior número de paradas LGBT.

Temos contado com a parceria do Conselho Federal de Psicologia. Inclusive, gostaria de prestar uma grande homenagem a Ana Bock e seus colegas, que aprovaram a Resolução CFP 01/99, que determina normas de atuação profissional dos psicólogos em relação à orientação sexual das pessoas.

Em seguida, o Conselho Federal de Serviço Social também estabeleceu normas de conduta profissional no lidar com a nossa comunidade.

Na Ordem dos Advogados do Brasil, temos uma grande aliada, a Dra. Maria Berenice Dias, que está mobilizando a criação de Comissões de Diversidade Sexual da OAB.

Desafios

Os principais desafios que enfrentamentos começam com os religiosos fundamentalistas, que não fazem distinção entre Bíblia e Constituição, que não respeitam a laicidade do Estado. A Constituição garante que todos são iguais perante a Lei. Nós respeitamos a Bíblia, mas o Congresso Nacional é uma Casa de Lei, regida pela Constituição. Nossas demandas em relação à legislação não podem ser interpretadas de acordo com visões religiosas fundamentalistas. O fundamentalismo não é bom em qualquer lugar do mundo, nós temos que ser diversos, valorizar a diversidade para construir.

Essas demandas no Legislativo Federal abrangem mais de 40 projetos de lei, mas as prioridades são o Projeto de Lei 122/2006, o reconhecimento da união estável e a mudança do nome social. São dois projetos, um na Câmara e outro no Senado.

No Executivo, os desafios incluem a execução dos cinco planos nacionais que contemplam a população LGBT: o Plano Nacional de

Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT; o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis e o Plano Nacional de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DST.

O Judiciário tem sido um dos poderes que mais tem conseguido avanços em relação aos direitos humanos das pessoas LGBT, e precisamos ampliar a atuação nessa área.

Queremos que o exemplo da esfera federal seja seguido nos estados e nos municípios, isso é: que tenham Planos LGBT, Coordenadorias LGBT governamentais e Conselhos LGBT.

Outros desafios que enfrentamentos são o fortalecimento das organizações LGBT; a ampliação do leque de parcerias; a formação política, em especial a formação de lideranças jovens, e o melhor aproveitamento do potencial das paradas para incidir politicamente nas três esferas.

Conclusão

Para concluir, eu gostaria de fazer duas citações, para refletirmos. A primeira é de Guimarães Rosa: "Só se pode viver perto do outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura". A segunda é do pai da psicanálise, Freud, que fala que "...devemos começar a amar a fim de não adoecermos, e estamos destinados a cair doentes se, em consequência de frustrações, formos incapazes de amar".

Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil

Regina Facchini[79]

A referência a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil contemporâneo nos remete de pronto a imagens como bandeirinhas do arco-íris, bares e boates "GLS" nos roteiros noturnos de médias e grandes cidades, às Paradas do Orgulho que se espalham por todo país em cidades dos mais diversos portes e a personagens das últimas novelas de TV mais populares. Talvez remeta também à imagem do presidente Lula segurando uma bandeira do arco-íris na abertura da I Conferência Nacional LGBT e a notícias nos jornais sobre casos de violência.

Quando ouvimos falar sobre o movimento LGBT é comum que seja sobre as Paradas do Orgulho ou sobre os esforços de advocacy de entidades como a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) para obter apoios políticos para a provação de projetos de lei em favor dos direitos dessa população. Isso pode dar uma impressão um pouco diversa da que talvez costumemos ter acerca de movimentos sociais. Afinal de contas, é tanta polêmica, tanta visibilidade, que é fácil perder de vista o enfoque mais convencional sobre movimentos sociais: sujeitos que se percebem carentes de determinadas coisas e que se unem a fim de alçar tais carências ao lugar de direitos demandados. O foco desta exposição é procurar retomar a trajetória do movimento LGBT de modo a situá-lo como movimento social e recontextualizar tais lutas no cenário contemporâneo a partir dessa perspectiva.

O movimento por direitos de homossexuais: contextualizando

A categoria "homossexual" é bastante recente mesmo nas chamadas sociedades ocidentais. De acordo com o filósofo Michel Foucault[80],

---

[65] Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e professora participante do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sua área de investigação inclui estudos sobre movimentos sociais, produção de identidades coletivas, violência contra o GLBT, saúde sexual e reprodutiva, corporalidades, bem como sobre a intersecção entre marcadores sociais de diferença (gênero, sexualidade, classe, cor/"raça", idade/geração, entre outros).

80 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade, vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

a adoção do termo, para designar pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo, fez parte de um movimento geral no sentido de criar categorias e espécies ligadas a comportamentos sexuais, especialmente impulsionado pelas práticas legais e pela categorização médica e psiquiátrica no século XIX. Segundo a literatura, a própria criação da categoria "homossexual" e sua associação à idéia de patologia estariam ligadas a uma estratégia política de dissociar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo da idéia de crime ou fragilidade moral.

Agremiações de pessoas que se reconhecem ou que são reconhecidas como homossexuais não são um fato recente, seja no Brasil ou em outros países cujos modos de classificar a sexualidade são marcados pela perspectiva ocidental moderna.

O que ocorre é que, com o tempo, essas classificações médicas se popularizaram, chegando ao senso comum. Não podemos dizer, porém, que as classificações médicas e legais foram simplesmente transpostas para a população em geral, que as adotou prontamente. Todo o processo relativo à categorização de um "comportamento homossexual", desde então, foi permeado por conflitos com categorias locais e por apropriações e traduções dessas classificações.

De qualquer maneira, não podemos subestimar a importância dos discursos médico e legal para a constituição da "condição de homossexual". Segundo o historiador inglês Jeffrey Weeks[81], os impedimentos legais tornaram-se um fator importante para que surgisse o termo "homossexual" como algo que denotasse um comportamento e até mesmo um modo de pensar e sentir diferentes da maioria. Tudo indica que a discussão pública da homossexualidade, impulsionada pela questão legal, ajudava a criar uma nova identidade entre as pessoas que orientavam suas práticas e desejos sexuais para as do mesmo sexo.

Também não podemos dizer que as proibições legais tenham sido regra em todos os lugares. Na legislação brasileira, após o período colonial, portanto, não há registro de leis contra a "sodomia" ou a aplicação de penas sobre atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Em contrapartida, também aqui, no início do século XX, os que tinham práticas homoeróticas, especialmente os homens, foram objeto da

81 WEEKS, Jeffrey. Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800. New York, Longman Inc, 1989.

atenção de médicos e "estudiosos do comportamento humano", que procuravam classificar e explicar seu comportamento.

Os criminologistas também não deixaram de propor relações entre uma "sexualidade desviante" e a prática de delitos criminosos, sendo que a sexualidade do sujeito poderia ser sempre um agravante para a sua situação legal, mesmo que isso não fosse explícito. Havia uma colaboração muito eficaz da polícia com a classe médica, que aplicava uma ciência de cunho positivista aos casos que lhe eram encaminhados pelos policiais. Assim, os que escapassem à norma heterossexual eram muitas vezes internados em institutos psiquiátricos ou perseguidos pela polícia nas ruas.

As restrições legais e médicas ao comportamento homossexual, explícitas ou não, geraram um tipo de atitude reversa, quando os próprios sujeitos identificáveis como homossexuais passaram a se enxergar como uma categoria à parte e a criar laços de identidade e esferas de sociabilidade. Antes que houvesse um movimento homossexual organizado, desenvolveram-se redes de sociabilidade que aos poucos delinearam um conjunto de traços que seriam, posteriormente, associados a uma "identidade gay", normalmente ligada ao meio urbano e ao crescimento das cidades.

No Brasil, o historiador brasilianista James Green[82] relata a existência de espaços de sociabilidade entre homossexuais em bailes de carnaval, concursos de *miss* e em torno das rainhas do rádio. Conta também a respeito de agremiações que organizaram publicações artesanais como O Snob. Essas agremiações, no entanto, tinham por finalidade muito mais a sociabilidade e uma certa ênfase em encontrar "iguais" do que objetivos de transformação política.

No âmbito internacional, as décadas de 1960 e 1970 marcam uma crescente visibilização e radicalização do incipiente movimento por direito homossexuais cujas primeiras referências datam dos anos 1940 e 50. Essas organizações são caracterizadas por um discurso de autoafirmação e liberação, a exemplo de grupos como *Society of Individual Rights*, organização homossexual de São Francisco. O grande marco internacional do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a revolta de *Stonewall*, um bar de freqüência homossexual em Nova

82 GREEN, James. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

York. Constantemente abordados pela polícia, os freqüentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o "Dia do Orgulho Gay".

Não era só o movimento homossexual que ganhava corpo e visibilidade nessa época: outros movimentos pareciam compartilhar de um mesmo espírito de liberação e rebeldia que adentraria o início da década de 1970, notadamente o movimento feminista, o movimento negro, e o movimento estudantil. A presença desses movimentos no cenário político fazia ruir a outrora bem estabelecida divisão entre a esfera pessoal e a política.

No Brasil, a passagem dos anos 1960 para a década seguinte é marcada pelo endurecimento da ditadura militar. Um movimento estudantil questionador começa a ganhar visibilidade, mas seria duramente reprimido pelo regime durante aproximadamente duas décadas. Enquanto isso, grupos clandestinos de esquerda combatiam a ditadura. Em meados dos anos 1970, ganha visibilidade o movimento feminista, e, na segunda metade da década, surgem as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, como o *Movimento Negro Unificado*, e do movimento homossexual, como o *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, de São Paulo.

O nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no "gueto" e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como "não-politizada", por estar exclusivamente voltada para a "sociabilidade". Entre essas primeiras formas de associação de homossexuais, figuravam iniciativas como pequenos jornais distribuídos em bares, fã-clubes de artistas e bailes de carnaval onde homossexuais se encontravam[83].

De acordo com a literatura[84], o surgimento do movimento homossexual desempenha um papel crucial num processo de disputa entre dois modos de perceber a sexualidade no Brasil: o tradicional - em que os parceiros numa relação homossexual são hierarquizados e respectivamente

---

83 GREEN, 2000. Op.cit.; MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

84 FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115. ; GUIMARÃES, Carmen Dora. O homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

relacionados a papéis sociais e sexuais relativos aos dois sexos biológicos (bicha-bofe, fancha-lady) - e o moderno - em que os parceiros são vistos a partir de uma lógica igualitária e a orientação do desejo se torna mais importante para nomeá-los dos que papéis sociais relativos a noções de masculino e feminino ou a atividade e passividade sexual (homossexual-homossexual, entendido(a)-entendido(a) ou gay-gay).

O surgimento da aids, a forma como foi divulgada e as políticas públicas de enfrentamento à epidemia que foram sendo construídas propiciaram grande visibilidade à homossexualidade e ao sistema moderno de classificação da sexualidade[85]. Passados os anos de pânico da epidemia, começa a se delinear também um vigoroso mercado voltado ao público homossexual. Pelo menos desde a década de 1960, o circuito de casas noturnas de freqüência homossexual é entendido como um espaço de afirmação de uma identidade que não poderia mostrar-se com toda a vitalidade fora dos perímetros que haviam se constituído como lugares de proteção em relação ao preconceito[86].

O surgimento do movimento homossexual indica a aspiração a reivindicar direitos universais e civis plenos, através de ações políticas que não se restringiam ao "gueto", mas que se voltavam para a sociedade de modo mais amplo. Com antecedentes em mobilizações acontecidas em outros países desde fins da década de 1960, e a partir de redes de sociabilidade estabelecidas nas grandes cidades[87], os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no contexto da "abertura" política que anunciava o final da ditadura militar. Costumo dividir a trajetória do movimento homossexual brasileiro em três "ondas": uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992 e uma terceira que se estende desde 1992 aos dias de hoje[88].

---

85 FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

86 MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 291-308. ; SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. Do gueto ao mercado. In GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 309-336.

87 GREEN, 2000. Op cit.

88 FACCHINI, 2005. Op. Cit.; SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2009.

"O movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!": a "primeira onda" do movimento

Aliada ao movimento feminista e ao movimento negro, a "primeira onda" do movimento homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e à sexualidade. Pertenceram a essa fase o grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada. Pesquisas recentes tem explorado a história da organização política por direitos homossexuais e descortinado história como a do Grupo 3º. Ato de Belo Horizonte ou do Beijo Livre de Brasília. Em sua pesquisa de doutorado, Edward MacRae[89] situou 22 grupos homossexuais atuantes no Brasil nesse período, concentrados sobretudo no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Uma característica marcante nesse momento é uma ambiguidade na relação com o conjunto de bares e boates freqüentados pelos homossexuais: ao mesmo tempo que o movimento se definia como uma proposta de politização da homossexualidade, se contrapondo às alternativas disponíveis no "gueto" e em associações não politizadas, havia a necessidade de não se afastar da chamada "base", que se supunha poder ser encontrada no "gueto". A polarização entre a defesa de setores de esquerda de uma "luta principal", que teria mais relevância sobre as "lutas específicas" e a as lutas das "minorias" é outro aspecto marcante desse momento, que levará a desentendimentos entre ativistas e fissão entre grupos.

O movimento desse período é marcado por um forte caráter antiautoritário, em reação ao contexto da ditadura. Isso impactava a própria forma de organização dos grupos, tratava-se de grupos de reflexão, não institucionalizados, nos quais as coordenações eram rotativas de modo a evitar concentração de poder. O processo de produção da identidade coletiva de "homossexual ativista" fazia com que o grupo fosse visto como uma "comunidade de iguais", ou seja,

89 MACRAE, 1990. Op. Cit.

pessoas que compartilhavam uma mesma "condição" e necessidades. Nesse sentido, qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada.

O Somos, que acabou por ser visto como o protótipo dos grupos nesse período, admitia exclusivamente homossexuais e suas atividades tinham como foco principal as "reuniões de identificação", com o compartilhamento das experiências pessoais. Uma proposta marcante desse grupo era o esvaziamento do caráter pejorativo das palavras "bicha" e "lésbica".

A identidade coletiva que se construía então se contrapunha ao machismo, mas também a algumas vivências da homossexualidade que eram muito comuns no Brasil até então: a ideia de que você tinha o "bofe" e que esse bofe era masculino e ativo, seja em relação a "bichas" ou mulheres, colocados no papel de passivos sexuais. Essa forma de pensar a homossexualidade era contestada por remeter a relações desiguais e aos estereótipos que associavam homossexualidade a "masculinizadas" e a "efeminados". Essa restrição a modos de vivenciar a homossexualidade será revista posteriormente, mas é muito forte nesse período, assim como aspectos contraculturais, como o questionamento à possessividade nas relações afetivas.

Há um primeiro encontro de homossexuais militantes no Rio de Janeiro, em 1979, cujas resoluções foram: a reivindicação da inclusão do respeito à "opção sexual" - o próprio movimento ainda falava em "opção sexual" nesse momento - na constituição federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doenças, ou seja, a luta contra a patologização; e a convocação de um primeiro encontro de um grupo de homossexuais organizados, o que aconteceu em abril de 1980, em São Paulo.

Em 1980, temos o surgimento do primeiro grupo exclusivamente lésbico a partir de uma cisão no grupo Somos-SP. Em 13 de junho de 80 ocorre a primeira passeata que o movimento organizou, o ato público contra a violência policial e a atuação da "Operação Limpeza" levada a cabo pelo delegado Richetti na região central de São Paulo. Ainda em 1980 temos a prévia do segundo encontro de homossexuais, com a demanda pela criação de uma comissão, uma rede ou entidade do movimento de nível nacional. A Criação de uma entidade nacional só se efetiva, no entanto, em 1995.

A partir de 1980 se inicia a atuação do Grupo Gay da Bahia, que vai ter uma influência muito grande nos anos 80 e que, de certa forma, vai ajudar

também a fortalecer o ativismo no Nordeste. Em 1981, o jornal *Lampião* encerra suas atividades. Entre 1981 e 85 acontece uma campanha nacional coordenada pelo Grupo Gay da Bahia para retirar a homossexualidade do código de doenças do Inamps, ou seja, a luta pela despatologização.

No campo das contribuições do movimento há vários pontos de aproximação que a gente pode fazer entre o movimento feminista e o movimento homossexual nesse período, inclusive a questão da politização do cotidiano. O lema "o pessoal é político"precisava ser afirmado pelo movimento feminista porque considerava-se como político apenas o que está no espaço público. E o que está no espaço privado? Como é que as relações de poder permeiam o que está no espaço privado? Se vamos pensar nas contribuições que os movimentos sociais trouxeram para a cidadania LGBT, eu penso que essa é uma das grandes contribuições: somos socialmente estimulados a pensar a sexualidade como algo que é do âmbito do privado, como uma questão de foro íntimo.

O movimento feminista chamou atenção para o caráter político do que está no campo do privado e o movimento homossexual teve e tem até hoje um impacto muito grande ao nos convidar a pensar na sexualidade como algo que não é restrita ao campo pessoal ou à natureza. O movimento homossexual descortina nosso olhar para o fato de que a sexualidade é questão cultural e política por excelência. Pudemos ver, inclusive aqui neste Seminário, falas que chamam atenção para o fato de que as questões de sexualidade estão no cerne de dabates sobre o reconhecimento social e político do que pode ser considerado como família, por exemplo, e que isso interfere nos direitos da população como um todo. O movimento homossexual nos mostra e continua mostrando que a sexualidade não é, de modo algum, e não deve ser tomada como, sob pena de legitimar desigualdades, uma questão restrita ao "natural" ou ao campo do que é íntimo ou pessoal.

"É legal ser homossexual!": a "segunda onda" do movimento

Em 1983 ocorre a dissolução do grupo Somos de São Paulo. É também nesse momento que eclode a epidemia do HIV/Aids, reduzindo consideravelmente a quantidade de grupos homossexuais, especialmente em São Paulo, onde os ativistas do primeiro momento se voltam para a construção da resposta coletiva ao HIV/Aids. Diante do crescimento dos

casos de Aids e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público.

É nesse contexto que emerge o que chamo de "segunda onda" do movimento homossexual no Brasil, que corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a lenta expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e a chegada da epidemia da Aids. Foi nesse contexto que atuaram os grupos *Triângulo Rosa* e *Atobá*, do Rio de Janeiro, e o *Grupo Gay da Bahia*. O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade, em especial com relação aos direitos civis de homossexuais.

No movimento, de modo geral, há uma redução drástica da quantidade de grupos. A volta ao regime democrático implica a falência do modelo de organização comunitária autonomista vigente nos grupos da "primeira onda". Já não existe mais a ditadura, o inimigo externo que tornava vários movimentos unidos contra o autoritarismo, o modelo anterior de mobilização não funciona mais. Além disso, a chegada da epidemia do HIV/Aids, então apresentada como "câncer gay" ou "peste gay" desmobiliza as propostas de liberação sexual tais quais delineadas na "primeira onda".

Nesse contexto, o modelo de atuação que emerge é inspirado na atuação de grupos como Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia. Com o maior envolvimento dos ativistas paulistas com a construção da resposta coletiva ao HIV/Aids, há um deslocamento do movimento pro eixo Rio de Janeiro-Nordeste.

As características mais marcantes desse período incluem: um menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo; uma ação mais pragmática e voltada para a garantia dos direitos civis e ações contra discriminações e violência. A tendência é ter organizações mais formais, já não há mais rotatividade de direções, mas diretorias com cargo e com funções definidos. O GGB e o Grupo Triângulo Rosa são os primeiros a se formalizarem legalmente como associações voltadas para os direitos de homossexuais, evocando o direito à associação. A valorização de relações

com o movimento internacional é bastante forte nesse momento e há desvalorização dos aspectos marginais da homossexualidade. A abordagem inicial da AIDS como "peste gay" ou "câncer gay" levou à necessidade de construção de uma boa imagem pública da homossexualidade que permitisse a luta pela garantia de direitos civis.

Outra mudança importante desse período é a adoção do termo "orientação sexual", de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma "opção" ou como uma "condição" inata. O uso do termo "orientação sexual" implica afirmar que não se trata de escolha individual racional e voluntaria, mas não se trata também de pensar numa determinação simples. A adoção desse termo foi fundamental para as lutas empreendidas pelo Grupo Triângulo Rosa[90]. Esse grupo do Rio de Janeiro tinha por liderança João Antonio Mascarenhas, já falecido, que era um advogado e concentrava-se na garantia de questões legais.

Durante a Constituinte de 1988, foi do *Grupo Triângulo Rosa* a articulação do movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão "orientação sexual" na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por "origem, raça, sexo, cor e idade" e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nesse momento, essa iniciativa fez com que o combate a esse tipo de discriminação se tornasse pauta do movimento, sendo posteriormente incluído nas legislações de vários estados e municípios[91].

Boa parte da pauta de reivindicações do movimento LGBT atual já estava entre as demandas dos militantes homossexuais dos anos 1980. Em 1984, no encontro nacional de ativistas ocorrido na Bahia, a luta era pela despatologização da homossexualidade, por legislação antidiscriminatória, pela legalização do que na época se denominava como "casamento gay", por tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

A partir do encontro nacional realizado em 1989, a aids passa a ter um lugar privilegiado na agenda do movimento, havendo ainda

---

90 CÂMARA, Cristina. Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais". Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

91 VIANNA, Adriana R. B.; LACERDA, Paula. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

preocupação com a questão da violência, com a discriminação religiosa, com a necessidade de estimular a formação de grupos. Já em 1990 e 91, a grande ênfase recaiu sobre a luta contra a aids e a necessidade de fortalecer o movimento. O que se chama de crise do movimento por ocasião da epidemia do HIV/Aids é exatamente isso: o movimento deixa de se concentrar em suas pautas anteriores, cuja esmagadora maioria de demandas não estão sanadas até os dias atuais, para uma demanda de fortalecimento do próprio movimento e de que governo desse alguma resposta em relação à aids, que era uma questão muito candente na comunidade naquele momento.

Esse é um momento muito profício quando se pensa na importância do movimento para garantir a cidadania de LGBT. Toda a luta contra a associação entre Aids e homossexualidade e contra o pânico moral que associava homossexualidade e promiscuidade necessariamente tem grande importância no enfrentamento aos estigmas que rondam LGBT. A pressão pela luta contra a violência e a discriminação direcionadas a LGBT e contra a aids possibilitaram que se abrissem os primeiros espaços de interlocução entre as demandas LGBT e o executivo e o legislativo em âmbito nacional. As políticas de prevenção às DST/aids baseadas na luta contra as vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas a que estavam expostos os então chamados "homens que fazem sexo com homens" – HsH – possibilitam a entrada das demandas de LGBT na agenda política do Estado brasileiro.

No entanto, talvez uma das maiores contribuições desse momento do ativismo à cidadania de LGBT foi iniciar o questionamento a outro conjunto de pressupostos e tensões teóricas que dificultam o acesso de LGBT ao reconhecimento da cidadania. A adoção da categoria "orientação sexual" foi fundamental para que o debate acerca do sujeito político que demanda ações contra o heterossexismo e seus efeitos superasse o condicionamento de qualquer posição acerca de direitos a tomar a homossexualidade como "opção" ou como "condição" inata antes de elaborar qualquer. Escapar a essa falsa dicotomia, de fundo mais marcadamente moral do que propriamente científico, possibilitou olhar para os LGBT de carne e osso e para suas necessidades mais prementes: a "orientação sexual", o modo como socialmente se lida com orientações que não a heterossexual e as desigualdades que isso produz é o que deve ser tomado em conta quando se trata de garantir direitos de cidadania.

"Direitos iguais, nem mais nem menos!": a "terceira onda" do movimento

No início dos anos 1990, o movimento homossexual se fortalece até como forma de enfrentar a crise iniciada pelo modo como a epidemia do HIV/aids atingiu a "comunidade", tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à Aids. Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à aids, os quais permitiram que alguns grupos se organizassem no formato de "organização não-governamental" (ONG). A entrada das pautas do movimento nas políticas públicas não se deu, portanto, pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde e, mais especificamente, a política de combate às DSTs e aids.

Houve um aumento do número de grupos e a expansão do movimento por todos os estados do país. Houve também uma diversificação de tipos de organizações: não havia apenas grupos comunitários, mas também ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, que são igrejas que vão trabalhar diretamente com a questão GLBT Surgia uma "terceira onda" do movimento.

Nesse novo momento, uma das características é a diferenciação de vários sujeitos políticos internos ao movimento: há grupos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, e transexuais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos. A organização das travestis data do começo da década de 1990, e tinha como ponto de partida questões relacionadas ao impacto da questão da aids nessa comunidade e o também conseqüente aumento dos casos de violência contra travestis, a ponta mais visível e exposta da comunidade LGBT. Encontros nacionais de travestis passam a ocorrer ainda na primeira metade dos anos 1990 e a categoria travestis é incorporada à sigla que representa o movimento a partir de 1995. As lésbicas são incluídas especificamente no nome do movimento apenas em 1993, apesar de estarem presentes nos grupos desde o início do movimento. Portanto, num primeiro momento, o movimento era homossexual, e por homossexual entendia-se que devia incluir gays e lésbicas. A organização dos grupos lésbicos no país ganha impulso com o início da organização dos Seminários Nacionais de Lésbicas,

os Senales, a partir de 1996[92]. O início da organização de transexuais se dá a partir da segunda metade dos anos 1990 e está relacionada às lutas por acesso às cirurgias experimentais de transgenitalização, que são aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997.

Em 1995 ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o país, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. Além de um investimento sistemático de esforços no combate à Aids e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia.

A partir da fundação da ABGLT, há um processo de multiplicação de redes nacionais. Em 2007, havia sete redes, a ABGLT, a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), tem a Associação Nacional de Travestis (Antra), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro LGBT. Há ainda a criação de redes locais, como é o caso do Fórum Paulista GLBT, que nasceu com a missão de congregar todos os grupos, de todas as tendências existentes no Estado de São Paulo.

Ainda nesse período, há um aumento na visibilidade na mídia e na sociedade. Após 1995, com o projeto de lei da união civil ou da parceria civil registrada, a visibilidade que este alcançou na mídia e a reação conservadora que se seguiu, iniciou-se um grande debate social nacional, aberto e amplo sobre os direitos de LGBT. Antes da epidemia do HIV/AIDS, a homossexualidade era invisibilizada, a AIDS tornou conhecidos os espaços de sociabilidade e as práticas de homossexuais. Nesse momento em que surgem os primeiros projetos de lei em favor de direitos LGBT começa a se construir publicamente a ideia de LGBT como sujeitos de direitos.

A necessidade de visibilizar essa comunidade que reivindicava direitos abre caminho para um dos signos distintivos da fase atual do

92 ALMEIDA, Guilherme de. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005.

movimento LGBT no Brasil: as Paradas do Orgulho que acontecem em diversas cidades de todos os estados. Em 2007 foram realizadas, segundo a ABGLT, 300 paradas em todo o país. Da maior delas, a Parada de São Paulo, participaram, de acordo com o registro da Prefeitura desta cidade, 3 milhões de pessoas. Com o apoio de prefeituras locais, do Ministério da Cultura, de programas nacionais de Direitos Humanos e de combate à discriminação e à aids, as Paradas do Orgulho LGBT são freqüentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de "simpatizantes", entre familiares, amigos e militantes de partidos e de diversos movimentos sociais, sendo habitual ver diferentes configurações de famílias e pessoas de todas as idades participando do evento. As Paradas do Orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam LGBT como sujeitos de direitos.

Afirmar LGBT como sujeitos de direitos implica um crescimento da importância das relações movimento e Estado, bem como com o movimento LGBT e os movimentos por Direitos Humanos em nível internacional. Isso ocorre não apenas pelo apoio financeiro que o Estado ou organizações internacionais passam a oferecer às organizações ativistas, mas especialmente pela abertura de canais de interlocução política com o Estado e com atores internacionais. Se, no primeiro momento, a questão era a luta contra a aids, depois as políticas relacionadas a direitos humanos começam a abrir espaço, até que se tem, em 2004, a criação do programa Brasil sem Homofobia, que é um programa nacional de articulação interministerial cujo objetivo é inserir ações de combate à homofobia em diversos ministérios. Para tanto, são criados grupos de trabalho compostos por gestores, técnicos e ativistas, que passam então a contribuir na proposição e no controle social de políticas públicas.

Para além da atuação junto ao Poder Executivo, há todo um trabalho de sensibilização de parlamentares, investimento na eleição de parlamentares LGBT ou aliados e proposição de projetos de lei dos níveis federal, estadual e municipal. Entre tais projetos de lei destacam-se os que atuam em relação ao reconhecimento do direito à constituição de

famílias, com os debates sobre reconhecimento de uniões homoafetivas e garantia de direitos quanto à paternidade/maternidade; os que atuam na restrição de comportamentos discriminatórios; e os que procuram garantir o reconhecimento da identidade social de travestis e transexuais. A partir de 2000, tem-se a formação de coletivos apoiadores da causa GLBT, como a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual em âmbito estadual e nacional, que é depois rebatizada em várias localidades de Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. A esse trabalho de sensibilização e organização de apoiadores no interior do Estado dá-se o nome de *incidência política* ou *advocacy*.

No que diz respeito à produção de conhecimento acadêmico há um incremento significativo da pesquisa sobre sexualidade em varias áreas do conhecimento a partir dos anos 1990. Os anos 2000 trazem consigo o surgimento de grupos ativistas em prol da diversidade sexual no interior das universidades e organização, a partir de 2003, dos Encontros Nacionais Universitários de Diversidade Sexual (ENUDS), encontros anuais que reúnem estudantes e professores em torno dessa temática. A partir de meados dos anos 2000 acompanhamos, ainda, a formação de grupos e núcleos de pesquisa voltados para a diversidade sexual nas universidades brasileiras e a inclusão de grupos de trabalho sobre o tema sexualidade em encontros nacionais de associações científicas.

A visibilidade da homossexualidade é incrementada também pelo processo de segmentação de mercado, que se torna presente para todos os grupos sociais: do mesmo jeito que temos a criação de produtos de beleza para peles negras, programas de lazer, turismo e cursos para a "terceira idade", acompanhamos também o crescimento de um segmento de casas noturnas, bares, revistas, companhias de turismo e de mídia voltados para o público então designado pelos atores do mercado como "GLS" (gays, lésbicas e simpatizantes). Isso tem um impacto grande, porque apesar de, nas análises, distinguirmos o que é sociedade civil, mobilizada e organizada e o que é o mercado, esses limites se tornam menos identificáveis no cotidiano: tanto o movimento clamava por "visibilidade positiva" da homossexualidade quanto os donos de empreendimentos comerciais faziam concretamente certa forma de visibilidade ao identificaram casas, revistas e sites com bandeiras do arco-íris, que se tornam símbolos conhecidos da diversidade sexual.

Como é de se esperar, a relação entre mercado segmentado e movimento social não se faz sem conflitos, visto que, apesar da visibilidade ser uma necessidade comum, há objetivos específicos a cada um dos dois tipos de ação em relação à comunidade.[93]

Entre as diversas contribuições do movimento LGBT para a cidadania dessa "população", talvez a que mais se destaque nesse período mais recente é a "visibilidade positiva", não só pelo que significa em termos de rompimento de estigmas e de redução das vulnerabilidades individuais e sociais de sujeitos LGBT, mas pelo papel que isso tem em dar cara e corpo a um sujeito político complexo. A partir da redemocratização do Estado brasileiro, com o fim da ditadura, a relação entre Estado e movimentos sociais tem passado por grandes transformações, como o incremento da participação da sociedade civil na formulação, implementação e controle social das políticas públicas. Não se trata, porém, de um processo específico do Brasil ou deste ou daquele movimento social. As conferências internacionais das Nações Unidas tem um papel destacado em pautar a agenda política internacional. Nesse processo político há uma tendência crescente de especificação de populações vulneráveis e de demandas. O modo como a estratégia de visibilidade levada a cabo pelo movimento LGBT descortina uma "comunidade" extremamente diversa faz o contraponto necessário à tendência à segmentação e fragmentação que marca as políticas públicas. Por outro lado, resgata algum senso de unidade entre estilos de vida que multiplicam rapidamente sob impacto do processo de segmentação de mercado.

Para terminar refletindo

Enquanto boa parte dos movimentos sociais que foram mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de "crise", o movimento LGBT não apenas cresce em quantidade de grupos e diversifica os formatos institucionais como amplia sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Assim, entre os interlocutores do movimento LGBT temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a aids, e movimentos de "minorias", especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional; temos também agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado. Há ainda uma

93 FRANÇA, Isadora Lins. "Cada macaco no seu galho?": arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 60, 2006, p. 103-115 ; FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. Horizontes Antropológicos, n. 28, 2007.

ampliação dos espaços de participação: comissões que discutem leis ou políticas públicas, mas também há a construção de espaços para a *incidência política* em âmbito internacional. A ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da *visibilidade massiva* através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e, pela incorporação do tema de um modo mais "positivo" pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas ou de matérias em jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos.

A *incidência política* e a *visibilidade massiva* têm sido as principais estratégias utilizadas pelo movimento nos últimos anos. Tais estratégias têm produzido muitos avanços, como é o caso da conquista representada pela implementação do Programa Brasil sem Homofobia, mas há também dificuldades de encaminhamento de demandas via Legislativo e um acolhimento via Judiciário que, embora importante, ainda tem se limitado a decisões tomadas por juízes ou localidades considerados mais "progressistas". Há iniciativas importantes, como a construção e fortalecimento de Frentes Parlamentares, a elaboração e proposição de projetos de lei e mesmo o estabelecimento de normativas de associações profissionais, como é o caso dos conselhos de Psicologia e de Serviço Social, combatendo a patologização e a discriminação de LGBT.

No campo das demandas e especificidades dos sujeitos políticos que compõem o movimento, temos que a epidemia da Aids afetou e ainda afeta gravemente as comunidades compostas por travestis e por "homens que fazem sexo com homens". Os homens homossexuais conservam certas prerrogativas de gênero, negadas às lésbicas, que aproximam estas últimas do movimento feminista. Existem formas de violência de gênero que fazem com que homens homo e bissexuais sofram mais violência em espaços públicos, enquanto mulheres homo e bissexuais são mais vitimizadas em ambientes privados, sobretudo no ambiente familiar e de vizinhança[94]. Bissexuais demandam o reconhecimento e o respeito de sua identidade na sociedade e no interior do movimento. A demanda pelo reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e pela adoção ou acesso às novas tecnologias reprodutivas por

---

94 CARRARA, Sérgio e RAMOS, Sílvia. Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2005. ; CARRARA, Sérgio, RAMOS, Sílvia, SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC/CLAM, 2006.

casais formados por pessoas do mesmo sexo une homens e mulheres homo e bissexuais.

A prostituição, a violência[95] e o acesso e permanência na escola representam questões centrais na agenda política das organizações de travestis. Já entre transexuais, a demanda pelo acesso a transformações corporais que promovam a adequação dos corpos às identidades de gênero tem ganhado destaque. Demandas por adequação da identidade jurídica (mudança de prenome) e pela possibilidade de uso e reconhecimento do nome social em serviços de saúde e escolas, entre outros, unem travestis e transexuais na luta por direitos. As bandeiras de luta contra a discriminação e a violência e pelo respeito à laicidade do Estado, por sua vez, fazem com que se unam os diferentes segmentos que compõem o movimento LGBT.

O fenômeno da segmentação do movimento homossexual intensificou-se na segunda metade dos anos 1990, acompanhado pela multiplicação das siglas que representam demandas de reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Às vezes acusado de produzir uma "sopa de letrinhas", esse movimento é, sem dúvida, referência fundamental para pensarmos temas como diferença, desigualdade, diversidade e identidade na sociedade brasileira contemporânea.

Como vimos no decorrer dessa fala, esse movimento tem oferecido contribuições significativas para ampliar a cidadania de LGBT. Entre estas, destaquei especialmente: 1) a problematização de perspectivas que relegam a sexualidade aos domínios da natureza e do âmbito pessoal e a afirmação do caráter eminentemente político da sexualidade; 2) o questionamento da relevância de dicotomias como a estabelecida entre "opção" e "condição" quando se trata de garantir direitos de cidadania; 3) a possibilidade de visibilizar a diversidade que compõe a "comunidade" sem ceder a um nível de fragmentação que impossibilite a reivindicação coletiva de direitos, apontando para a importância do equilíbrio entre a ênfase na igualdade ou na diferença.

Apesar dessas contribuições mais conceituais, dos avanços de ordem prática e de toda visibilidade efetivamente alcançada pelo movimento e pelas demandas de seu sujeito político, há muitas coisas

95 CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. "Tá lá o corpo estendido no chão": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. Physis, Rio de Janeiro, 16(2), 2006, pp. 233-249.

nas quais é preciso avançar. Para tanto, me parece fundamental que reconheçamos o movimento LGBT como um movimento como qualquer outro e questionemos em que medida toda a visibilidade conquistada pela temática nos últimos anos tem se convertido em direitos ou em legitimidade social das demandas levadas ao espaço público.

Gostaria de encerrar com uma série de questões para nossa reflexão. Por que será que os projetos de lei em favor dessa população causam tanto debate mas não se convertem em leis? Por que será que as pesquisas realizadas nas Paradas[96], nos mostram dados como 59% de LGBT entrevistados que relatam um ou mais episódios de agressão motivada pela sexualidade na vida e 67% relatam um ou mais episódios de discriminação? Por que numa Parada LGBT, que não é um contexto qualquer, o nível de conhecimento sobre leis, projetos de lei e recursos para apoiar LGBT em situação de vulnerabilidade ou vitimizados é tão baixo? Por que será que mesmo entre os presentes a uma manifestação como a Parada, cerca de 54% dos que sofreram agressões motivadas pela sexualidade dizem que não chegaram a relatar o ocorrido a ninguém, nem sequer a amigos? O que será que temos a ver com isso? De que maneira, como cidadãos e como profissionais, podemos nos posicionar e reagir em relação a isso?

96 Dados de FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª. Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006. São Paulo: APOGLBT-SP, 2007.

Mesa: Enfrentamento à patologização e à Homofobia: Código de Ética do Psicólogo e Resolução CFP 001/1999

Edna M. S. Peters Kahhale [97]

É um prazer estar aqui com vocês retomando algumas reflexões que eu tive oportunidade de começar lá em 1999, quando participei do grupo que auxiliou a elaborar a Resolução [Resolução CFP 001/1999], e retomar alguns pontos, que nos auxiliem a refletir sobre o enfrentamento à patologização e à homofobia. Eu vou focar a minha fala nos desafios que o profissional de psicologia precisa enfrentar. Vou trabalhar com a questão que foi o norte da minha redação, que é o desafio que a psicologia tem de articular a questão da subjetividade social e individual, ou seja, essas concepções, esse imaginário que está impregnado em todos membros de um grupo e ou sociedade, e ao mesmo tempo, o processo pessoal, singular de cada um, nós [humanos]. Somos únicos numa pluralidade. Esse desafio implica numa síntese, articulando o coletivo e o particular, não priorizando um ou outro e nem reduzindo toda a subjetividade a uma responsabilidade coletiva ou individual. Eu vou construir essa reflexão a partir das diversidades e possibilidades do humano em relação à sexualidade.

Estruturei minha fala iniciando com a apresentação dos parâmetros que subsidiou minha análise, seguido dos significados da homofobia, da patologização da homossexualidade, da transexualidade, da patologização da transexualidade, os manuais diagnósticos, os desafios que se apresentam na área, os marcos legais e conquistas na área a partir do movimento da sociedade civil, e, finalmente, os desafios na formação e atuação do profissional de psicologia.

Parâmetro de análise: subjetividade social e individual[98]

O processo humano ao longo do seu desenvolvimento implica numa articulação complexa entre os processos de subjetivação sociais e individuais. Sem antropomorfizar os espaços sociais e sem reduzir a gênese da subjetivação aos indivíduos.

A subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente, que antecedem a organização do sujeito psicológico concreto. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sujeito individual dá lugar a novos processos de subjetividade social, a novas redes de relações sociais.

---

97 Equipe de Psicologia Sócio Histórica. Coordenadora do Laboratório de Estudos de saúde e Sexualidade (LESSEX) Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar PUCSP

98 Ao final do texto há um conjunto de referências que serviram de base para a elaboração deste material.

O ser humano tem a possibilidade de se constituir subjetivamente, é um sujeito subjetivado, ou seja, tem capacidade de subjetivação de sua experiência, que não se dilui em nenhum dos sistemas que participam de seu desenvolvimento. Ele ao nascer está inserido num espaço social e de cultura, que se organiza em diferentes grupos, com oportunidades e delimitações próprias atribuídas pelo coletivo: família, escola, trabalho entre outros. Como sujeito, o humano, tem capacidade de opção, de escolhas, de ruptura e de ação criativa. Constitui-se como processualidade, imerso na ação intersubjetiva e na materialidade.

O sujeito está expresso na construção de uma experiência por meio da linguagem e sua articulação com um pensamento próprio. Na emoção de quem fala e pensa, é sujeito da emoção comprometido com sentidos subjetivos de procedências diferentes, que se fazem presentes no espaço social dentro do qual se situa em seu momento atual de relação, de ação e de materialidade.

Para se apreender o sujeito humano é necessário compreender os sentidos e significados de suas diferentes atividades e formas de relação nos mais variados espaços sociais. Este processo está presente no imaginário coletivo, como subjetividade social, que é resultado de complexas sínteses da experiência individual e coletiva que acompanham as diversas formas de expressão subjetiva do homem.

O sujeito representa uma opção criativa, geradora de sentidos, que define novos espaços de integração pessoal. O fenômeno psicológico é forjado nas relações intersubjetivas e com a materialidade, mediado pela linguagem, de forma que o homem desenvolve sua consciência, sua forma de significar o mundo, seus sentidos pessoais.

A dialética indivíduo e sociedade expressa permanência e transformação. É condição de integração e ruptura; de constituído e constituinte que caracteriza a relação entre o sujeito individual e a subjetividade social, que é próprio do humano. Possibilita a coexistência de diferentes configurações na sociedade (hegemônica e outras possibilidades, o "novo") expressando os sentidos e significados construídos em determinado momento histórico numa determinada sociedade. São estas configurações não hegemônicas, expressasz nas possibilidades de sexualidade e de configurações identitárias implícitas na diversidade sexual, postas hoje na nossa sociedade, que geram movimentos e ações coletivas na direção de preservar, manter as concepções hegemônicas de sexualidade heterossexual.

Configuram-se assim situações de homofobia. O que significa Homofobia? Pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais: pessoas que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo. Mas também pode se expressar como homofobia internalizada, pessoas LGBT podem não gostar de si pelo fato de serem homossexuais.

A homofobia manifesta-se de diversas maneiras, por meio de preconceito e a discriminação contra pessoas LGBT, no local de trabalho, na escola, na igreja, no posto de saúde ,na rua ... E na forma mais grave por meio de ações de violência verbal e física, podendo levar até o assassinato de LGBT (como vemos muitas vezes noticiado nos jornais).

Quando falamos de preconceito cabe uma reflexão, ponderação. Numa pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo (2008/9) investigou-se a configuração do preconceito e as suas variadas formas de expressão sobre a diversidade sexual e a homofobia. Nesta pesquisa ao se perguntar às pessoas se elas consideravam que existia preconceito no Brasil contra as pessoas GLBT, a imensa maioria afirma que sim. Veja a Figura 1 a seguir:

rls Rosa-Luxemburg-Stiftung

Existência de preconceito contra LGBT no Brasil

Fundação Perseu Abramo

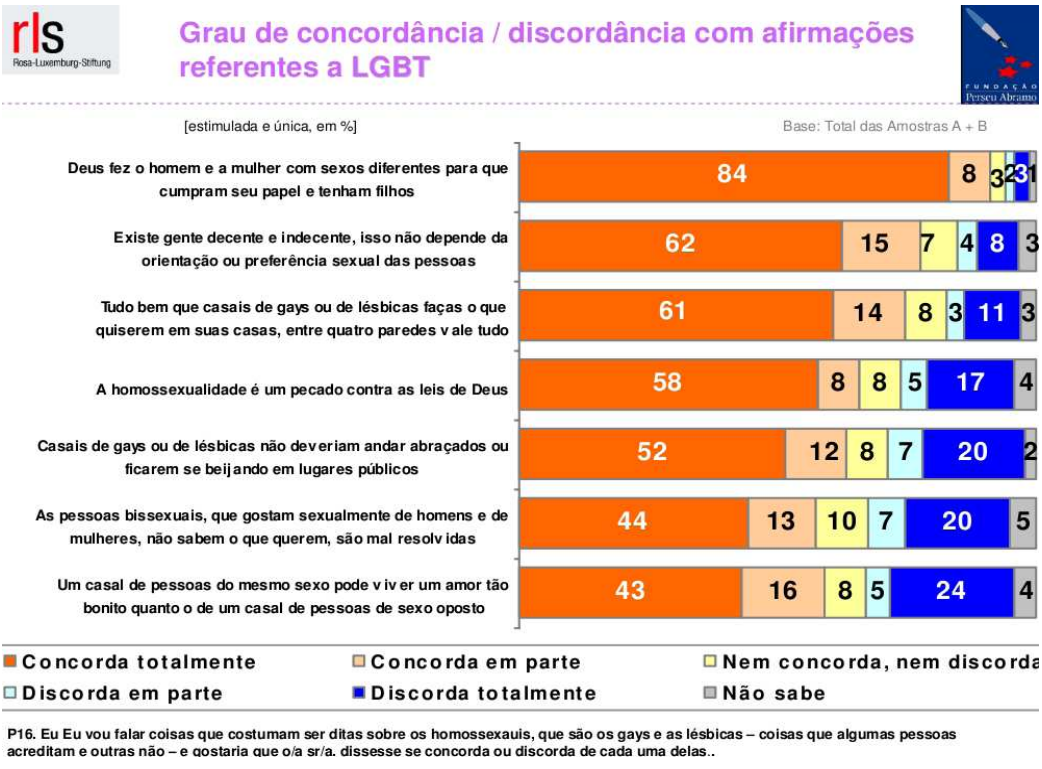
(Estimulada e única, em %)

Base: Total das Amostras A + B



P26a. Na sua opinião, no Brasil existe preconceito contra os gays? *(se sim)* Muito ou um pouco? P26b. E contra as lésbicas, existe preconceito no Brasil? *(se sim)* Muito ou um pouco? P26c. E contra os bissexuais, existe preconceito no Brasil? *(se sim)* Muito ou um pouco? P26d. E contra travestis, existe preconceito no Brasil? *(se sim)* Muito ou um pouco? P26e. E contra transexuais, existe preconceito no Brasil? *(se sim)* Muito ou um pouco?

Como vemos para todas expressões de orientação sexual: gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais o preconceito gira em torno de 90% a 93%, mas quando se pergunta se a própria pessoa se percebe como tendo preconceito o quadro se inverte. A grande maioria afirma não ter o preconceito, o problema são os outros! Para lidar com esta situação, os pesquisadores da Fundação Perseu Abramo (2008/9) apresentaram diversas frases, onde havia afirmações, que geralmente estão no imaginário social, sobre relações GLBT. Por exemplo, "*Deus fez o homem e a mulher diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos*" , 84% das pessoas concordam plenamente com esta frase. "*A homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus*", 64% das pessoas concordam (plenamente e em parte) com esta frase. Estas são só exemplos como a questão da homofobia apresenta-se de maneira muito mais sutil do que se imagina, pois apresentam uma direção contraditória com os dados da Figura anterior. Veja os dados completos deste aspecto na Figura abaixo:



P16. Eu Eu vou falar coisas que costumam ser ditas sobre os homossexauis, que são os gays e as lésbicas – coisas que algumas pessoas acreditam e outras não – e gostaria que o/a sr/a. dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas..

Um dos aspectos que tem sido alvo de debates e que norteou a elaboração da Resolução CFP 001/1999 é a patologização de toda forma de expressão que difere da norma e ou pensamento hegemônico. No nosso caso o que significa a patologização da homossexualidade? Ela se configura porque nossa sociedade têm concepções de identidade de gênero masculino e feminino normatizadoras. Cabe explicitar o que é gênero. É uma dada maneira de olhar a realidade da vida (das mulheres e dos homens) para compreender: as relações sociais entre mulheres e homens; as relações de poder entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. É o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo. As características de gênero são construções sócio culturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera "masculino" ou "feminino". Neste sentido, cabe a questão: Quais são os indicadores para definir os/as "normais de gênero"? Quem são os/as "doentes de gênero"? No mundo atual, contemporâneo existem muitas expressões de gênero, uma multiplicidade de femininos e masculinos, o que nos permite questionar a patologização da homossexualidade. A diversidade sexual são possibilidades do humano e como tal não é por si só patológica. É o pensamento normativo e hegemônico de identidades de gênero polarizadas de masculino (para homens) e de feminino (para mulheres) que levam a concepções patologizantes. Na prática os grupos e expressões GLBT são possibilidades humanas e não quadros de comportamentos ou psíquicos doentios.

Isto posto cabe uma discussão sobre uma problemática bastante controversa que é a transexualidade. O que significa transexualidade? A transexualidade – tal como se expressa e é vivida por pessoas transexuais e travestis – não é uma doença. É uma experiência identitária que dá ao gênero seu caráter plural, além de possibilitar a todas as pessoas o reconhecimento de sua individualidade.

A patologização da intersexualidade e da transexualidade está baseada no pressuposto de que os gêneros são determinados pelo

dimorfismo dos corpos. A ausência de um pênis e um orifício vaginal seriam condições necessárias para determinar a identidade de gênero feminina e a coerência do gênero masculino estaria dada pela presença do pênis. Este determinismo, apoiado no saber/poder médico, como instância hegemônica de produção de discursos sobre sexo e gênero, fundamenta políticas estatais de saúde pública e direitos, estipulando o acesso das pessoas à categoria de humano. Tal noção de humanidade, mediada pelo arbítrio médico, violenta o direito à identidade e ao reconhecimento social da diversidade. (Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica, RJ, agosto de 2009).

A prática de promover supostos "gêneros saudáveis", seja mediante o uso de bisturi, da administração de hormônios ou por tratamentos psiquiátricos e psicológicos, é moeda corrente naqueles países onde o *establilshment médico é particularmente poderoso em termos* econômicos. Não obstante, a validade científica das premissas médicas nas quais esses procedimentos estão baseados foi fortemente questionada. O grau de arbitrariedade desse conhecimento fica evidenciado nas profundas mudanças conceituais que o próprio sistema de nomenclatura psiquiátrica sofreu a cada nova edição do DSM, particularmente no que trata de "desordens sexuais e de identidade de gênero". (Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica, RJ, agosto de 2009).

O DSM e o CID atuam como reprodutores oficiais da violência, legitimados como sistemas de nomenclatura médica, mas carentes de validez científica. São documentos que orientam os estados e seus operadores (médicos/as, psicólogos/as, psiquiatras, juízes/as, trabalhadores/as sociais, docentes) na determinação de quem pode ter acesso à cidadania e quem estará dela suprimido. (Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica, RJ, agosto de 2009). A Associação Psiquiátrica Norte-americana (APA) publicará em 2012 a quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês). Apesar de ter eliminado a homossexualidade da categoria de doença, ainda neste documento a transexualidade continuará sendo tipificada como um "transtorno de identidade de gênero". O Código Internacional de Doenças (CID), por sua

vez, avaliza de forma acrítica o sistema de nomenclatura psiquiátrico norte americano.

Quais desafios se colocam neste contexto? Vale lembrar que a transexualidade é um conceito em permanente negociação e o desafio para a melhoria dos serviços de saúde está na formação profissional e na despatologização da transexualidade no contexto do SUS, com o argumento do bem-estar social e biológico. (Arán, 2010). A perspectiva dos homens e das mulheres transexuais ainda é uma identidade em processo de construção no Brasil e há muitas barreiras no acesso aos recursos médicos para a população de homens e mulheres transexuais.

Mas nem tudo está perdido, temos conquistas que se concretizaram em alguns marcos legais, por exemplo, o *Programa Brasil sem Homofobia*, lançado pelo Governo Federal em 25 de maio de 2004; os Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, concretizados nos *Princípios de Yogyakarta*, que foi proposto no Painel internacional de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero lançado na Indonésia em novembro de 2006. Além disso, temos também conquistas expressas na Legislação. Vejamos: DECRETO Nº 55.588, DE 17 DE MARÇO DE 2010: do Estado de São Paulo e o DECRETO Nº 51.180, DE 14 DE JANEIRO DE 2010 do Município. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos:

A pessoa interessada indicará, no momento do preenchimento do cadastro ou ao se apresentar para o atendimento, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

> § 1º – Os servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos.
>
> § 2º – O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.

§ 3º – Os documentos obrigatórios de identificação e de registro civil serão emitidos nos termos da legislação própria.

Esta conquista também se expressa na dimensão dos serviços de saúde com a PORTARIA CCD/CRT- Nº a-1, DE 27 DE JANEIRO DE 2010 que cria o Protocolo clínico nos ambulatórios de saúde para travestis e transexuais e a criação do Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais por meio da Resolução – 208 de 27/10/2009 pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (que altera as 1997 e 2002, que patologizava a transexualidade): *Qualquer pessoa que se encontra em desacordo psíquico com seu sexo biológico e o sentimento de pertencimento ao sexo oposto ao do nascimento, será acolhido no ambulatório de Saúde Integral que tem como principal objetivo receber esta população, identificar suas demandas, garantir o acesso ao serviço com respeito a sua identidade de gênero, utilizando o nome social, que deve constar nas etiquetas e na capa do prontuário.*

Desta forma, a luta por direitos e combate à homofobia tem como diretivas os direitos humanos que no caso de pessoas trans-identificadas estes direitos são prioritariamente: autodeterminação; acesso a uma equipe incentivadora e atendimento por profissionais de saúde em todos os estágios do tratamento; atendimento de saúde física e mental prestado com colaboração e centrado na pessoa atendida; barreiras mínimas ao atendimento; possibilidade de interromper o tratamento/transição sem ser julgado/a por isso.

Na direção de construção de assistência integral e respeitando os direitos acima colocados temos desafios a serem enfrentados na formação e atuação dos profissionais de saúde, em particular os de saúde mental. A maioria dos psicólogos atuantes nos programas de saúde voltados aos transexuais e travestis é de voluntários e não fazem parte dos quadros formais dos hospitais e ambulatórios. A capacitação destes profissionais é outro problema que merece atenção*. "Não sou a favor do especialismo, mas há de se ter uma organização do atendimento dentro desses serviços"* (Murta, 2010*)*.

É necessário a criação de espaços de trocas e de construção como, por exemplo, este seminário ou comissões sistemáticas no sistema

conselhos. As cafetinas, por exemplo, exercendo o papel de reguladoras e disciplinadoras em casa e de "cuidadoras" do corpo das travestis, graças a conhecimentos de saúde vindos da vivência e do cotidiano, aparecem no lugar de mãe, com grande relevância na organização da identidade e impacto na saúde das travestis. Sugere esforços Inter setoriais e o investimento na criação de possibilidades de visibilidade positiva, incluindo a comunicação social nas ações do movimento social. (Pelucio, 2010).

O movimento social de luta pela diversidade sexual também considera os programas de psicoterapia fundamentais, assim como uma abordagem educativa ampla nos serviços especializados, com foco na informação. Infelizmente, as políticas públicas de saúde dos transexuais e travestis ,ainda, são "arremedo de política". "*Não há hoje uma coordenação de ações, os ambulatórios estão soltos, sem uma unidade política e uma organização formal".* (Almeida, 2010).

Nos ambulatórios que estão em implantação, os chamados ambulatórios TT, já temos psicólogos compondo as equipes, o que nos coloca o desafio de construir práticas emancipatórias. A avaliação Psicológica nos Ambulatórios Trans consiste em investigar a psicodinâmica da personalidade da/o usuária/o (clinicamente com entrevistas individuais e/ou testes de apoio, com média de três sessões), com foco nas questões de identidade de gênero e sexualidade para compreender e compartilhar sobre sua maturidade psíquica para mudanças corporais pretendidas. São oferecidas avaliação e, quando necessário, acompanhamento para todo/as usuário/as matriculado/as no serviço. O acompanhamento psicoterápico poderá ser realizado individualmente ou em grupo.

Enfim, temos um longo caminho pela frente: precisamos romper com as patologizações presentes na área de saúde, construir práticas que integrem as pessoas, viabilizando o processo de construção de sujeitos de direitos, integrados, minimizando os sofrimentos e, por que não, sujeitos felizes! Obrigada!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W.M.J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. In Bock, A. M. B.; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O. (orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia).* São Paulo, Cortez, 2001, p. 95 – 110.

ARÁN, M E MURTA. D. - Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde . Physis *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1]: 15-41, 2009

ARÁN, M.; LIONÇO, T.; MURTA, D.; VENTURA,M.; LIMA,F.; GONÇALVES ,L. - TRANSEXUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA: ACÚMULOS CONSENSUAIS DE PROPOSTAS PARA ATENÇÃO INTEGRAL, - *Seminário "Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde" que acorreu nos dias 24 e 25 de março de 2010.* Este texto foi elaborado a partir do Relatório Preliminar da Pesquisa Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral (IMS-UERJ / MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT); Relatório das Reuniões realizadas no Ministério da Saúde sobre O Processo transexualizador no SUS (MS, 2006, 2007); Observatório do Instituto Antígona Entendendo os fundamentos jurídicos dos direitos dos GLBT (2008).

BARBOSA, R. M. ; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública* (FIOCRUZ), 2009.

BENTO, B. – *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* . CLAM/Editora Garamond, 2009.

BENTO, B. - Transexuais, corpos e próteses. *Labrys - Estudos feministas*, , número 4, agosto /dezembro 2003

CARRARA, S. ; RAMOS, S. ; SIMÕES, J. A. ; FACCHINI, R. . *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do*

Orgulho GLBT - São Paulo 2005. 1. ed. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006. v. 1. 79 p.

COMISSÃO CIDADANIA E REPRODUÇÃO: *Seminário "Transexualidade, Travestilidade* e Direito à Saúde", ocorrido nos dias 24 e 25 de março de 2010 no Centro Universitário Maria Antonia em São Paulo. (http://www.ccr.org.br)

COSTA NETTO, F. (Org.) ; FRANÇA, I. L. (Org.) ; FACCHINI, R. (Org.) . *Parada: 10 anos de Orgulho GLBT em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Produtiva, 2006. v. 1. 100 p.

FACCHINI, R. - *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 304 p.

FACCHINI, R. ; FRANÇA, I. L. ; VENTURI, G. . *Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo - 2006*. 1. ed. São Paulo: APOGLBTSP, 2007. v. 1. 96 p.

FACCHINI, R. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo. In: Benítez , M. E. D.; Figari ,C. E. - *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: CEPESC;Garamond, 2009.

FACCHINI, R. *Vinte anos depois: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo*. Gênero, 2009.

FURTADO, O. - As dimensões subjetivas da realidade – uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. In FURTADO, O. e GONZÁLEZ-REY, F. (orgs.) *Por uma epistemología da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, pp. 91-105.

FURTADO, O. – O psiquismo e a subjetividade social. In BOCK, Ana M.B.; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair (orgs.) –*Psicologia Sócio-histórica, uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 75-94.

GONÇALVES, M.G.M. A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: a historicidade como noção básica. In: Bock, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; Furtado, O. (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.* São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, M.G.M. e BOCK, A.M.B. –Indivíduo-sociedade: uma relação importante na Psicologia Social. IN BOCK, A.M.B. (org) *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, pp. 41-99.

GONZÁLEZ REY, F. - O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica in González Rey, F. – *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 27 – 51.
GONZÁLEZ-REY, F.- *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2003.

KAHHALE, E.M.S.P. (org.) – *A diversidade da Psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

KAHHALE, E. M. S. P. – Gravidez na Adolescência: Orientação Materna no Pré-Natal. In: OZELLA, S. (org.). *Adolescências Construídas: A Visão da Psicologia Sócio-Histórica*. São Paulo: Editora Cortez, 2003. cap. 2.

KAHHALE, E.M.P- Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada in Bock, AMB - *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003b: 161-191.

KAHHALE, E.M.P - Subsídios para Reflexão sobre Sexualidade na Adolescência. In : BOCK, A M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs) – *Psicologia Sócio – Histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia.* São Paulo : Cortez, 2001, p. 119-192.

KAHHALE, EMP. – Subjetividade e transformação social In Wandeley, M.B. e Oliveira, M.I.I.M.C. (orgs) – *Trabalho com famílias*. São Paulo: IEE-PUCSP, 2004, vol 2, p. 99-109.

LIONÇO, T. - Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. Physis *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1]: 43-63, 2009

MISKOLCI, R. ; PELUCIO, Larissa . Fora do Sujeito E Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis que se prostituem. *Gênero*, v. 7, p. 257-267, 2007.

MISKOLCI, R. & PELÚCIO, L.. A Prevenção do Desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes In: Sexualidad, Salud y Sociedad - *Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro: CLAM-UERJ, 2009. n. 1 25-157

MITJÁNS MARTÍNEZ, A. – A teoria da subjetividade de González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade in González Rey, F. – *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 1-26.

PELUCIO, L. - "Mulheres com Algo Mais" - corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. *Revista Versões*, v. 03, p. 77-93, 2007.

PELUCIO, L. - As maravilhas do sexo que ri de si mesmo. *Cad. Pagu*, Dez 2007, no.29, p.481-488.

PELUCIO, L. - Construção de Identidade em um Espaço Comunicativo: a experiência do grupo Pela Vida. *Impulso (Piracicaba*), Piracicaba, v. 13, p. 91-108, 2002.

PELUCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos - notas sobre prostituição travesti. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 25, p. 217-248, 2005.

PELUCIO, L. Sexualidade, gênero e masculinidade no mundo dos T-lovers. *Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Belo Horizonte, 2005.

PELUCIO, L. Toda Quebrada na Plástica - corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos (Curitiba), Curitiba _PR*, v. 06, n. 01, p. 97-112, 2005.

PELUCIO, L. -Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista anthropológicas*, Recife/PE, v. 15, n. 01, p. 123-154, 2004.

PELUCIO, L. -Três Casamentos e Algumas Reflexões: nota sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 522-534, 2006.

SAWAIA, B.B. – O sofrimento ético-político como categoria de análise da dial´tica exclusão-inclusão. In SAWAIA, B.B. (org.) *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp 97-118.

VENTURA, M. E SCHRAMM, F. R. - Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual. Physis *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [1]: 65-93, 2009

VENTURI, G – Apresentação *"Diversidade sexual e homofobia no Brasil"* . Fundação Perseu Abramo e Rosa Luxemburg Stiftung , 2008/9. Disponível para consulta no site: http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/

Marcus Vinícius de Oliveira[99]

É um grande prazer estar aqui neste evento, porque desta forma nós podemos dar curso a uma história. Entendo que a razão da minha participação nesta mesa, não sendo militante especificamente desta causa e não sendo especificamente também um especialista no assunto, do ponto de vista da academia, deve-se a que, durante cerca de quinze anos, dediquei parte das minhas energias a um projeto que hoje já faz parte da história da nossa profissão, que é a história da transformação de uma organização corporativa, burocrática, cartorial, em uma organização que se destaca pelas lutas pela cidadania. Ou seja, transformar uma organização chamada Conselho Federal de Psicologia, de uma organização que reúne três características absolutamente indesejáveis para qualquer cidadão, ou seja, ao mesmo tempo é uma coletoria de impostos – pois recolhe impostos compulsórios–, um cartório burocrático de registros e notas – registra que os profissionais existem ou não existem – e uma delegacia que tem o poder de polícia de coibir as práticas dos profissionais, em uma organização atuante, participante, viva, capaz de conduzir e orientar a Psicologia brasileira diante dos desafios que a sociedade brasileira estabelecia.

Entendo que estou aqui nesta mesa representando um pouco dessa história e, no interior desta história, evocando um momento muito importante, quando, em uma dessas frentes da luta pela cidadania, o Conselho Federal de Psicologia pode ter uma intervenção política de uma forma lúcida, clara, que se verificou bastante significativa, e que nos conduziu ao dia de hoje. Estou me referindo ao fato passado há cerca de 11 anos atrás – e vou contar um pouco dos bastidores, porque é interessante saber como é que as coisas acontecem – quando, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, fui abordado num corredor de modo inquietante por um colega, o Luiz Mott – quem o

99 Psicólogo, mestre em Saúde Pública, doutor em Saúde Coletiva. Foi presidente e vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia. É professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenador do Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental (LEV) do Ipsi-Ufba, diretor do Instituto Sílvia Lane, Psicologia e Compromisso Social, integrante do Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios, atuando principalmente em Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental, Clínica Psicossocial das Psicoses, Psicologia e Direitos Humanos, Desigualdade Social e Subjetividade.

conhece sabe do seu modo peculiar de ser no mundo –, que dispara, de repente: "O que esses psicólogos, seus colegas, estão fazendo prometendo cura para homossexuais?". Interpelava-me sobre o fato de que, tendo a Organização Mundial de Saúde retirado a homossexualidade do rol das patologias, por que esses psicólogos insistiam em manter propostas de tratamento e cura para homossexuais. Especificamente ele se referia a um projeto de nome "Exodus", salvo engano, uma campanha conduzida por certa igreja evangélica, um grupo religioso liderado por pastores, entre esses alguns psicólogos, que faziam uma missão, de cidade em cidade, com dizeres do tipo: "Leve o seu homossexual no dia tal a tal lugar que vamos fazer uma grande celebração de cura e vamos ali fazer o êxodo dessas pessoas, dessa condição negativa para uma outra".

Acho bom esclarecer neste "país católico" que não tenho nenhum preconceito pelo fato de que fosse uma igreja evangélica, até porque nós sabemos que evangélica foi também a igreja católica e sabemos também o custo histórico de todas as suas "evangelizações", pela cruz e pela espada, sobretudo para os gentios, ou povos classificados como bárbaros etc. Nós temos de tomar cuidado, senão acabamos reproduzindo estereótipos contra as novas modalidades evangélicas que hoje são populares no Brasil. Também evangélicas são todas essas igrejas que professam a ideia de que é preciso converter as pessoas a uma mesma coisa, mas o Luiz Mott, com aquele peculiar modo de interpelar, me provocou ali no corredor e quis saber: "O que vocês psicólogos estão fazendo aí?". Dessa interpelação resultou a proposta de formalização, pelo Luiz Mott, ao Conselho Federal de Psicologia, de um pedido de informação e de denúncia, para que o Conselho Federal de Psicologia pudesse se manifestar acerca disso.

Até aí, nenhuma novidade, porque qualquer cidadão pode, diante da prática de um profissional psicólogo que ele considere suspeita, encaminhar denúncia ao Conselho Federal de Psicologia, que, nos trâmites normais, faria a apuração por meio de um processo ético-disciplinar, o que significa determinar que o Conselho Regional de Psicologia em que os profissionais estão inscritos instaure uma investigação, com a chamada desses profissionais para prestar suas informações acerca do que estão fazendo, e daí sim poderia derivar algum tipo de interpelação ética aos que estivessem associados a uma má prática.

Talvez a novidade daquele momento, e novidade da qual tive a honra de participar e colaborar, é de que nós estamos falando de algo que se passou em 1999, mas um ano antes, em 1998, o Conselho Federal de Psicologia ousadamente, tinha adquirido para si um dispositivo interno muito importante, com a criação, sob minha responsabilidade, de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos. E quero dizer para vocês que a existência de uma Comissão Nacional de Direitos Humanos fez toda a diferença do ponto de vista da forma como o Conselho Federal de Psicologia pode recepcionar aquela manifestação política por parte do Grupo Gay da Bahia (GGB), liderado pelo Luiz Mott, questionando, interpelando a atuação de alguns psicólogos nessa seara da discriminação sexual.

E foi a presença da reflexão dos Direitos Humanos, que já iluminando a ação política do Conselho Federal de Psicologia e já se colocado como um norte, um horizonte orientador da organização da ação política desta instituição que permitiu que, naquele momento, nós fizéssemos outra via de recepção daquela denúncia, que não fosse a via estritamente burocrática, na qual, como já dissemos, nos limitaríamos a designar um processo ético, chamaríamos pessoas para depor, coisas que levam normalmente três, quatro anos até que se resolvam, até que se apurem. E que, geralmente, a sociedade questiona muito, porque considera sempre que as ações dos conselhos são muito brandas em relação aos seus profissionais, esquecendo que apesar da fome de justiça, temos de tomar cuidado, porque ela não pode interromper o devido direito de defesa de todas as pessoas, de considerar que todas as pessoas são inocentes, até que se prove o contrário. Então, essa sede de justiça, às vezes, é perigosa porque ela pode nos levar a uma solução autoritária, uma solução de imposição injusta. Mas é assim que se funciona.

Mas, naquele momento, fizemos uma reflexão diferencial, exatamente sobre como tratar dos assuntos não no "varejo", como eles nos chegam por meio das Comissões de Ética, das Comissões de Fiscalização, mantidas por este órgão, mas tratar das questões por "atacado", tentando perceber o que havia de mais amplo nesta demanda. Este caso foi importante porque ele foi emblemático de novas possibilidades de atuação da entidade e o resultado, como vocês sabem, foi a edição de uma resolução disciplinando as relações dos psicólogos com o tema da

orientação sexual que completou dez anos de existência. Essa resolução orientou o Conselho Federal de Psicologia para agir em várias outras circunstâncias posteriores. Orientou exatamente na perspectiva de fazermos uma interrogação: afinal de contas, como é que a Psicologia tinha se posicionado e vinha se posicionando em relação a esse tema? Qual era o acúmulo? Qual era a discussão? Quais eram os conteúdos que a Psicologia desenvolvia em relação a essa temática?

Esta reflexão faz toda a diferença, porque nós saímos de uma posição meramente formal, digamos assim, de produzir, como Conselho, mais uma prescrição pontual para os profissionais, para uma reflexão sobre os interesses sociais mais amplos a que a ação profissional deve visar. E foi fazendo essa reflexão que fomos encontrar uma linha que nos conduziu ao tema da produção das identidades sociais como fonte de sofrimento mental, diga-se de passagem, sofrimento mental desnecessário. Das identidades produzidas sobre forte contingenciamento social, sobre um contingenciamento opressor da possibilidade da expressão do *self* individual minimamente integral. Nessa reflexão que estávamos fazendo naquele momento na Comissão Nacional de Direitos Humanos em relação às possibilidades de expressão da identidade dos loucos, dos negros, não foi difícil perceber a intolerância com relação a certas identidades sexuais. Pensar como é que a sociedade produz determinados contingenciamentos em direção a certas produções identitárias que são extremamente impossibilitadoras, que as pessoas marcadas por esse contingenciamento, pela violência constritora desses contingenciamentos de natureza social e cultural, sejam pessoas também marcadas por forte sofrimento, por forte dor.

Nossa primeira Campanha Nacional de Direitos Humanos foi exatamente em torno do tema do sofrimento mental. Essa primeira campanha, que teve como homenageada Madre Cristina, psicóloga paulista do Sedes Sapientiae, via um prêmio monográfico, falava exatamente sobre "Psicologia e Sofrimento Mental" ou como a reflexão sobre direitos humanos em torno da temática do sofrimento mental seria uma chave para abrir possibilidades de reinterpretação de uma série de práticas sociais, de uma série de formas de institucionalização da vida e da cultura que têm como resultado marcar certo grupo de indivíduos por forte carga de dor, de sofrimento.

Chegamos a formular em algum momento, provisoriamente, alguma conceituação em torno da noção de "sofrimento mental desnecessário", porque tem sofrimento mental que não tem mesmo jeito de evitar: nós perdemos o amor, nós caímos doentes, nós caímos na pobreza, nós vamos sofrer, tem um sofrimento que muitas vezes não tem jeito de ser evitado, faz parte do contingenciamento geral que nos produz como sujeitos frágeis diante do mundo. Mas tem uma certa dimensão de sofrimento que está organizada a partir das perspectivas que a sociedade assume com o pensamento, o valor ou a institucionalização das formas de ser no mundo e aí nós achamos que alguém não pode deixar de ser negro, pois nasceu com aquela condição genética. Como é que vai deixar de ser negro? Então, se uma sociedade considera que ser negro é algo negativo, essas pessoas que têm essa condição sofrerão exatamente em função de uma atribuição valorativa que não tem origem na natureza ou no céu, não tem origem na razão: tem a sua origem no arbítrio da criação cultural.

Munidos desse tipo de recurso reflexivo, o Conselho Federal convidou na época um grupo de pessoas que para nós tinham o peso da autoridade dos especialistas, pessoas reconhecidas – e aqui nesta mesa temos a honra de ter dois lídimos representantes daquele Grupo de Trabalho, o Paulo Cicareli e a nossa Edna Kahalle – que, juntamente com Ricardo Rolemberg, Maria Rita Kell e Iara Saião, sob a coordenação de nossa presidente à época, Ana Bock, produziram e entregaram à aprovação do Conselho Federal de Psicologia um texto que foi considerado absolutamente adequado. Não vou entrar no conteúdo da resolução, até porque acredito que os dois especialistas que participaram da sua elaboração poderão fazê-lo muito melhor do que eu.

Mas quero reafirmar que o ato político dessa resolução só foi possível exatamente porque as ações do Conselho Federal de Psicologia já estavam naquele momento organizadas em torno da perspectiva dos direitos humanos. Então, se existe algo importante, neste momento de revisita ao tema, sobre o que nós precisamos refletir, em torno da luta específica da questão do combate à homofobia, é a vigilância que devemos manter para evitar cair no solipsismo das especificidades das causas, não permitindo que a justa luta contra o preconceito homofóbico nos faça perder a perspectiva de que todos nós devemos ser, mais do que militantes de causas específicas, militantes integrais dos direitos humanos.

Nós precisamos repotencializar, no interior deste movimento que hoje ganha destaque entre as bandeiras hasteadas pelo CFP, a perspectiva da integração das causas numa luta de direitos humanos para todos. Entendo que temos essa dificuldade neste momento – e, como militante de direitos humanos poliverso que frequenta várias frentes de que participa e coloca o corpo à disposição de várias militâncias sempre que elas se colocam em importâncias e urgências, venho trazer aqui essa reflexão. Essa resolução só foi possível porque estávamos orientados pelos direitos humanos na perspectiva de uma luta mais ampla de transformação da cultura, então, penso que estamos falando da condução de um amplo movimento de transformação cultural. O relato que foi feito aqui na mesa anterior falava exatamente disso: que a matéria da cultura é uma matéria plástica, que ela depende das vontades políticas e do exercício dessas vontades políticas, e que ela depende da nossa capacidade de imantar e de fazer apaixonar ao outro.

É isso que se revela quando a Parada GLBTS tem três milhões de pessoas. Revela que existe grande potência de eticidade na reivindicação do justo tratamento às pessoas independentemente de sua orientação sexual. Mostra que essa reivindicação é ética. O que nós queremos? Nós queremos o que seja justo, que as pessoas sejam tratadas de uma forma justa, e é esta a perspectiva da militância dos direitos humanos. Nós temos de avançar na perspectiva da militância dos direitos humanos, fazendo que os nossos movimentos possam cada vez dar conta da questão de gênero, dar conta da orientação sexual, dar conta da questão étnica, porque essas são marcas que se superpõem e superpõem para construir as formas mais opressivas que permitem que milhões de pessoas vivam o estado de absoluto sofrimento. E isso definitivamente não é justo!

Acho que nós precisamos trazer esse ponto de basta, dos direitos humanos, que é o ponto que diz que não é justo, é inaceitável que as pessoas estejam sofrendo exclusivamente porque têm uma etnia, porque são de um determinado gênero, porque têm certa opção sexual. Queria resgatar o que nos trouxe até aqui com o tema dos direitos humanos e apontá-lo como horizonte maior no qual precisamos produzir essa transformação cultural.

Precisamos construir uma cultura de direitos humanos, e lamento não ter tempo aqui para discutir com vocês o tema no qual estou me especializando agora, que é a invisibilidade da desigualdade social

brasileira e das suas formas cruéis de expressão, porque se formos pensar nas ordens de sofrimento que brutalizam as pessoas, vamos ver que o corte de gênero, etnia e classe continua dando o tom do sofrimento moral, cruel, disseminado em nossa sociedade brasileira e que atinge parcela significativa da população que não vem para auditórios como esses, não participam dos espaços de discursos, dos espaços de representação. Esse espaço ainda está monopolizado por quem domina o código e muitos dos que sofrem desconhecem o caráter injusto do seu sofrimento ou, se o percebem, não possuem os recursos políticos pra confrontar a realidade opressora. Então, não vou poder tratar com vocês.

Mas queria, até para não deixar de tratar de nada disso, falar com vocês um pouco sobre algumas ideias a respeito. Na verdade, chamar a atenção para as relações entre sexo e economia. O sexo é a pedra do tropeço, é um lugar fundamental de regulação da economia dos sujeitos, da economia do gozo, é o lugar onde se revela quem vai gozar, quando, como, de que maneira, quais são as formas de gozar que serão aceitáveis socialmente quais serão recusadas e até punidas. Então, do ponto de vista dos processos de dominação, sem dúvida nenhuma, estabelecer quem vai gozar, como vai gozar, de que maneira vai gozar, quando pode, quando não pode etc., constitui-se num recurso fundamental de produção da dominação. É uma das formas fundamentais por meio das quais se produzem esses corpos que nós somos hoje, esses corpos docilizados, como esses corpos sexualmente orientados para certos fins.

Marcuse falava que, concordando com Freud, não tem jeito de produzir culturas sem a produção de alguma ordem de repressão libidinal. Ou seja, se não tiver alguma ordem de constrição e repressão, o sujeito vai ficar só no gozar. Todo mundo vai ficar no puro gozo, então é preciso ter uma constrição, uma regulação que controle os ritmos das pulsões. Marcuse lembra, entretanto, que no capitalismo existe uma "mais-repressão" ao modo da "mais-valia" e que essa "mais-repressão" é exatamente a estrita desapropriação sexual, deserotização do corpo com uma extremada genitalização do sexo e a garantia de que o resto do corpo vai estar livre para sermos esses animais dóceis que acordam às seis da manhã e vão para o trabalho, voltam às dezoito, assistem à televisão, dormem e participam do mundo do consumo.

A questão, portanto, que estamos trabalhando hoje, com relação às identidades sexuais diversas, mexe num elemento que nós precisamos aprofundar. Não pode ser uma moral às avessas. Precisamos ir mais a fundo para perceber que efetivamente os modos como nós somos liberados para gozar na sociedade capitalista determinam, hoje, muitos aspectos negativos, que vão desde as bulimias e anorexias à explosão da violência e à epidemia de crack, por exemplo, na sociedade. Precisamos achar essas conexões que ligam umas coisas a outras, senão vamos ficar "guetizados", imaginando que é um problema mais importante do que outros, sobretudo para quem o vive, que é um "problemão" de um certo grupo.

Precisamos construir essas pontes tanto discursivas, tanto do ponto de vista do nosso diálogo com a sociedade, pontes políticas, quanto, sobretudo, com os que são oprimidos. Nós, os oprimidos neste país, estamos fazendo o jogo do opressor, cada vez que cada um se mete na sua gaveta, defende só a "sua" política, caí no "seu" gueto, faz o seu mundo exclusivo e separado, faz somente a luta pelas suas reivindicações, numa verdadeira corporativização dos direitos humanos.

Como é poderíamos conseguir – sem perder a especificidade, porque ela é fundamental, porque quem sofre na pele sabe mais – ter um olhar complexo sobre a interdependência dos direitos humanos e de nossas causas? Diz o Guimarães Rosa, "o sapo não pula por boniteza, mas por precisão". Então, quem sofre na pele é que efetivamente vai fazer o enfrentamento, porque ali naquele cotidiano é que as coisas se dão de forma bastante opressiva. Todavia, nós precisamos, como ideólogos – entendo que aqui estão presentes lideranças importantes dessa causa – desses processos, ter uma formulação que não caia na armadilha do solipsismo militante, do solipsismo das causas ou de grupos que pensam exclusivamente nas esferas dos seus interesses. Se o fazemos, estamos reproduzindo de certa forma os modos individualísticos de encaminhar a política, e isso não vai dar em nada. Quer dizer, até vai dar, pois muita coisa melhorou e estamos vendo aqui, registrando, mas do ponto de vista de uma liberação mais ampla da sociedade, nosso projeto vai ficar comprometido.

Tem algo, particularmente, que eu queria propor com o debate, talvez causando alguma uma ordem de polêmica – mas, se não foi para isso

que nós viemos falar, não sei para que serve uma conversa com um coletivo tão qualificado como vocês –, que diz respeito à criminalização da homofobia, numa aposta na punição e na apenação pela via privação de liberdade. Quero afirmar que esse é um equívoco e que essa é uma linha muito problemática para a perspectiva dos direitos humanos e das transformações culturais em direção a uma sociedade justa.

Eu sou do movimento pelo fim possível das prisões. O que foi feito para excluir não serve para incluir! Penso que os hospícios, os manicômios e as prisões são instituições que têm a ver com a repressão e com a manutenção dessas identidades oprimidas e guetizadas. Penso que temos um sistema global dentro da produção capitalística dessas opressões. Então, não creio ser possível avançar dizendo: "Eu me livro da minha opressão produzindo outras opressões". Não acredito nisso, e acho que nós temos aí um importante problema. É a mesma discussão com as companheiras feministas em relação ao tema da Lei Maria da Penha. "Prisão é a solução. Vamos prender as pessoas que desrespeitam as pessoas". Esse desejo vingativo de fazer retribuir sobre o outro a dor e o sofrimento, para coibir a violência, não me parece sustentável do ponto de vista da coerência ética.

A prisão é uma invenção da mesma sociedade que inventou essas outras guetizações todas e ela, efetivamente, nós o sabemos, não nos conduz a nenhum tipo de construção de laço social. O que foi feito para excluir não serve para incluir. Nós não podemos seguir dando essa resposta. Eu estou dialogando aqui com a proposta que acha que tem de prender: "Tem de prender. Prisão inafiançável". Como se nós pudéssemos, mediante esse artifício da ameaça com o pior, produzir o melhor, criar uma coibição. Não acredito nessa via. Acho que, numa perspectiva de educação e transformação social, o Estado pode agir, como detentor do monopólio da violência, em relação aos que produzem sofrimento para outrem por outras vias, como penalizar por multa, investir numa justiça restaurativa, reeducadora... Ou seja, o Estado tem muitas formas de produzir o laço social, de reconstruir, de propor reconstrução do laço social.

Queria, portanto manifestar minha discordância com essa parte, indicando ao CFP que neste ponto lute contra a homofobia, mas não descarte seus compromissos de crítica ao sistema penal nem a luta pelo fim possível das prisões, apontando a perspectiva do investimento

na restauração do laço social. Que os psicólogos não apoiem nenhum projeto de lei que disser que a solução para que as pessoas não façam coisas ruins com as outras pessoas seja prender as pessoas, não acredito que essa solução vá nos conduzir à produção dessa cultura geral de direitos humanos.

Por outro lado, apontando, dentro da Psicologia, também, algumas perspectivas: não é admissível ficar, em relação ao combate à homofobia, nesse plano de um discurso denuncista. A resolução foi algo bacana e importante, foi um marco, foi importante, marcou dentro da Psicologia uma posição, foi ousada. Ela tem aspectos que são muito nossos, brasileiros, nacionais por assim dizer, inclusive do ponto de vista da comparação com outras resoluções similares que existem. Foi ousada a nossa resolução.

Ao longo desse período de dez anos, temos feito, no Sistema Conselhos, a campanha da denúncia, do combate, da recusa da homofobia, da denúncia dessas condições. Mas não dá para a Psicologia ficar somente nesse discurso da denúncia, nós temos de nos ultrapassar e oferecer mais para essas pessoas. As pessoas precisam mais de nós, que possamos auxiliar a compreensão dos processos de produção identitária, precisam de nós para produzir perspectivas de cuidados em saúde mental vinculados às violações tais como a assistência clínico-grupal que o Tortura Nunca Mais faz lá no Rio de Janeiro. Porque tem gente que fica sequelada, tem gente que fica mal da cabeça, tem gente que fica muito doente em função da constrição regular permanente do preconceito e da discriminação. Isso faz muito mal à saúde. Precisam que os psicólogos escolares estejam atentos para difundir a cultura da tolerância e da diversidade nas escolas.

Precisamos tratar dessas pessoas, precisamos discutir como é que se trata dessas pessoas, não se cuida de tratar dessa pessoa para deixar de ser homossexual. Nós precisamos dar acolhimento do ponto de vista das necessidades subjetivas dessas pessoas e nós precisamos pensar como é que se faz isso com ética, com cuidado, com delicadeza. Como é que a Psicologia constrói essas tecnologias de cuidados? Precisamos trabalhar muito mais para continuar a ser úteis, como psicólogos que somos, a essa causa.

Na verdade, penso que a média dos psicólogos é tão preconceituosa do ponto de vista dos assuntos sexuais quanto a maior parte da

humanidade. Não acho que sejamos um tão grupo diferenciado, porque as faculdades e os cursos e os manuais e a interpretação e a leitura – eu não vou dizer que os psicólogos são homofóbicos, mas eu diria que, do ponto de vista da formação dos psicólogos, é muito fraca a reflexão acerca desses processos.

Então, precisamos reforçar a formação dos psicólogos para que eles possam ser, sim, profissionais da saúde mental. Para que todos os profissionais, os da Psicologia empresarial ou organizacional, quando estiveram lidando com a seleção de pessoas, sejam sensíveis e não discriminem, para que os psicólogos comunitários, quando trabalhando na comunidade, tenham um olhar diferenciado para essa juventude gay que muitas vezes fica colocada no lugar de bullying, de humilhação, de ofensa, e que saiba manejar essas situações.

Nós precisamos de um psicólogo que esteja mais bem posicionado de modo geral, em relação ao tema da diversidade sexual. A resolução foi um começo, mas dentro da Psicologia, mais do que fora da Psicologia, tem muita coisa para os psicólogos construírem. Então, acho que nós deveríamos tomar este seminário como um ponto de partida para esse comprometimento para uma nova fase, para os próximos dez anos da presença da Psicologia na temática da orientação sexual, exatamente trabalhando numa perspectiva que possa ser liberadora e que possa ser crítica, a ponto de perceber que isso não existe sozinho no mundo, que isso se dá numa sequência, num conjunto de produções sociais, culturais, políticas, econômicas, e que nós precisamos estar atentos, senão estamos apenas mudando algumas coisas de lugar.

Enfrentamento à patologização e à homofobia

Paulo Roberto Ceccarelli[100]

Inicialmente gostaria de agradecer pelo convite do CFP para estar aqui hoje, assim como pela presença de todas e de todos. É um prazer estar aqui com vocês. Sempre é difícil falar depois do Marcos Vinícius, por quem tenho uma grande admiração de longa data.

Gostaria de dizer o quanto fiquei surpreso ao saber que a Resolução, de cuja elaboração eu fiz parte (Resolução CFP 001/1999), estava sendo objeto de questionamento pelo Ministério Público. Estive um longo tempo fora do Brasil e não estava a par dos fatos. Foi hoje cedo, no café da manhã, que me inteirei da extensão dos acontecimentos.

Pergunto-me se o Conselho Federal de Psicologia não deveria convocar uma plenária para ouvir os dois lados. Acho que a melhor forma de discutir esta questão seria chamar as pessoas que defendem as propostas do Ministério Público, não em um caráter punitivo, mas para um diálogo. Deveríamos nos reunir com os psicólogos que acham que o homossexual é doente, que tem de se curar, que vai para o inferno, ou qualquer outra coisa, reunir-nos com eles para ouvi-los, saber o que pensam. E, por outro lado, para colocar o que nós defendemos. Acho que criaríamos um diálogo que seria muito interessante para ambas as partes. Gostaria muito de participar desse debate, se ele ocorrer. Acredito ser esta a única maneira de sairmos deste imaginário em que um lado não compreende bem o outro. Vamos ouvi-las, saber em que se baseiam, que teorias as sustentam. Seguramente, este diálogo vai trazer coisas boas para ambos os lados.

Minha contribuição para o debate de hoje vem de minhas reflexões a partir do trabalho que tenho feito há mais de vinte anos sobre questões ligadas à sexualidade. Sempre foi instigante para mim tentar compreender

100 *Psicólogo; psicanalista; doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII; pós-doutor pela Universidade de Paris VII; membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; sócio de Circulo Psicanalítico de Minas Gerais; membro da "Société de Psychanalyse Freudienne", Paris, França; membro fundador da Rede Internacional de Psicopatologia Transcultural; professor adjunto III da PUC-MG; pesquisador e orientador de pesquisa credenciado na pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Pará, em Belém; professor na pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas Esuda – Associação Recifense de Educação e Cultura, Recife, PE. e-mail: pr@ceccarelli.psc.br / homepage: www.ceccarelli.psc.br

por que na cultura ocidental a sexualidade, dimensão fundamental e constituinte do ser humano, é algo complicado, podendo chegar a ser um tabu sobre o qual existe quase uma proibição de se falar. Para a maioria, questões ligadas à sexualidade são muito mais chocantes do que outros atos cujas consequências vão bem mais além de problemas de alcova. Um exemplo emblemático desse tipo de situação foi o que aconteceu, há alguns meses, quando Tiger Woods, famoso jogador de golfe norte-americano, desculpou-se na televisão perante a nação, por ter traído a mulher. Questões de foro íntimo transformam-se em acontecimentos nacionais em um país que se vê no direito de impor absurdos a outros países, visando apenas a interesses nacionais. Disso, quase nada se fala.

Recentemente participei de um debate em que se relembraram as terríveis consequências do embargo que os Estados Unidos impuseram ao Iraque de Saddam Hussein. Por falta de medicamento, milhares de pessoas, sobretudo crianças, morreram. A pessoa que relatou o fato o classificou como "o maior holocausto contemporâneo". Mas o que quero chamar a atenção é que pouco, para não dizer nada, foi veiculado à imprensa internacional e muito menos à norte-americana. Entretanto, acontecimentos ligados à sexualidade, perduram muito tempo na mídia dos EUA. Lembremos o que ocorreu na época do presidente Bill Clinton, o segundo presidente norte-americano ameaçado e impeachment, devido ao escândalo envolvendo Monica Lewinsky.

Mas retomemos o tema da nossa mesa: *Enfrentamento à patologização e à homofobia*. Seguramente, não é uma tarefa fácil.

Comecemos pelo termo: ***homofobia*** (***homo*** = igual, ***fobia***, do Grego φόβος "medo") é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra o mesmo, contra o igual. Ele agrupou os dois radicais gregos para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e às homossexualidades, o que pode incluir formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação.

Mas de onde vem, na nossa cultura, essa discriminação contra a homossexualidade? Contra "o amor que não ousa dizer o nome"? Por que a insistência em patologizar essa expressão da sexualidade?

Embora a atração sexual entre pessoas do mesmo sexo exista desde a aurora da humanidade em todas as culturas, a época e o local determinaram o tratamento que se deu a essa manifestação da sexualidade: prática comum e bem tolerada na Grécia, na Pérsia, em Roma e na China, mas condenada entre os assírios, os hebreus e os egípcios. O advento do cristianismo fez da homossexualidade um dos maiores pecados e, em vários períodos, um crime passível de morte. Entre os índios brasileiros, assim como em algumas sociedades africanas, as reações diante do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo variam desde a aceitação, como uma expressão legítima da sexualidade, até a rejeição absoluta (CECCARELLI, 2008). Apenas um exemplo: a vida sexual dos Mehináku, um grupo indígena que vive às margens do rio Xingu no Brasil central, é impressionante. Eles falam com entusiasmo e abertamente sobre todos os aspectos do sexo, com um discurso compartilhado por todos. A realidade desses indivíduos e a ordem sobrenatural que os rege – seus mitos – são erotizados em grau surpreendente (GREGOR, 1987). Isto significa que as inúmeras manifestações da sexualidade, assim como as formas de afetividade, só podem ser entendidas quando levamos em conta o momento histórico e a cultura em que emergem: a vivência da sexualidade e da afetividade é sempre uma construção (CECCARELLI & SALLES, 2010). Nessa perspectiva, não podemos falar de homossexualidade na Antiguidade ou em outras culturas nas quais a sexualidade não é marcada, como no caso da cultura ocidental, pelo par excludente hétero/homo; ou um ou outro[101].

A noção de uma sexualidade "normal", cujo desvio é considerado uma depravação definida como «contra a natureza», é uma construção

101 Nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2010 aconteceu na UFPA, em Belém do Pará, o I Encontro Internacional de Psicopatologia Transcultural. Na ocasião, profissionais de várias áreas debateram noções e conceitos tais como corpo, sexualidade, perversão, doença, cura, amor, morte e outras tantas, em uma dimensão transcultural, ou seja, a partir de diferentes imaginários culturais e em perspectivas socio-históricas. Existe homofobia em todas as culturas? Movimentos LGBT? Enfim, como a sexualidade é tratada em culturas diferentes? Como variam transculturalmente as referências que determinam o masculino/masculinidade e o feminino/feminilidade? (Um livro como os trabalhos apresentados será publicado em breve pela UFPA.)

socio-histórica que encontra sua base na concepção teológica de uma Natureza Humana. Esta posição, derivada do pensamento grego, postula a existência de inclinações naturais nas coisas. Incorporada à tradição judaico-cristã, e acrescida da ideia de pecado, ela passou a constituir as bases dos valores morais da cultura ocidental. Alegando-se uma natureza comum aos homens e aos animais, toda vez que a sexualidade desvia da finalidade primeira, natural e universal que a referência animal nos mostra – união de dois órgãos sexuais diferentes para a preservação da espécie – estamos diante de uma perversão, ou seja, de uma prática sexual contra a natureza: pedofilia, masturbação, heterossexualidade separado da procriação, homossexualismo, sodomia...

Esse discurso teológico levou a ações jurídicas destinadas a reprimir todo ato "contra a natureza". As práticas perversas foram consideradas um atentado ao pudor ou à opinião pública, acarretando severas sanções.

A psiquiatria clássica que surge no século XIX dá continuidade às posições teológicas e jurídicas. Por outro lado, ela alega que aqueles que tem práticas sexuais contra a natureza devem ser tratados e não punidos: o que é penal passa a ser da ordem médica. Algumas práticas sexuais são então qualificadas de "patológicas", o que faz surgir novas formas de perversões e novas nomenclaturas na tentativa de definir a sua especificidade. É assim, por exemplo, que o médico húngaro Benkert cria em 1869 o termo de "homossexualismo" a fim de transferir do domínio jurídico para o médico esta manifestação da sexualidade. Entretanto, a atitude do Dr. Benkert, ao despenalizar o homossexualismo teve consequências que foram potencializadas no século XX, pois o sodomita que praticava atos jurídicos proibidos transforma-se, no século XIX, no personagem homossexual que tem "um passado, uma história e uma infância; uma morfologia também, com uma anatomia indiscreta e talvez uma fisiologia misteriosa. Nada de seu todo escapa à sexualidade... O homossexual transforma-se numa espécie" (FOUCAULT, 1976, 59). O sujeito passou a ser julgado, valorizado, aceito ou rechaçado a partir de sua prática sexual. Estão aqui lançadas as bases para aquilo que em nosso século será acentuado: os comportamentos sexuais são transformados em identidades sexuais.

Com a psicanálise aprendemos que o ser humano é regido pela dimensão do desejo que, submetido os destinos pulsionais, frustra qualquer

apreensão direta de sua finalidade. Ao buscar o prazer, a sexualidade escapa à ordem da natureza e age a serviço próprio, "pervertendo" seu suposto objetivo natural: a reprodução. Porém, subordiná-la unicamente a esta função "é um critério demasiadamente limitado" (FREUD, 1917, 378). Isso vem mostrar à biologia, à moral, à religião e à opinião popular, o quanto elas se enganam no que diz respeito à natureza da sexualidade humana: a sexualidade humana é, sem si, perversa, pois não possui uma finalidade específica. Ou seja, em se tratando de sexualidade, não existe "natureza humana", pois a pulsão sexual não tem um objeto único e muito menos pré-determinado biologicamente.

Tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade são posições libidinais e identificatórias que o sujeito alcança dentro da particularidade de sua história: as duas formas de manifestação da sexualidade são igualmente legítimas. Tratar as homossexualidades como perversão, patologia, pecado e outros tantos adjetivos é uma visão reducionista e preconceituosa, reflexo do imaginário judaico-cristão, que privilegia problemas de alcova – situando os principais pecados da humanidade nos quartos de dormir! – deixando fora do debate as verdadeiras questões éticas.

Seja como for, a sexualidade no Ocidente, a despeito de tanta "evolução", continua a ser um problema, e chego mesmo a pensar que estamos assistindo a construção de uma nova ordem repressiva (CECCARELLI, 2010). A questão é que a nossa cultura, assim como aquelas que têm por referência de valores as três religiões monoteístas – cristianismo, judaísmo e islamismo – partem de uma ideia de uma sexualidade primeira, de origem: a heterossexual. Embora essa forma de sexualidade seja a única aceitável, como vimos, uma construção social, ela é apresentada como uma revelação, e essas revelações fazem parte dos ideais identificatórios constitutivos tanto do eu quanto do superego.

Ao mesmo tempo, é curioso observar como, ao longo da história, manifestações homofóbicas surgem, ou melhor, ressurgem, sempre que a questão da homossexualidade começa a ganhar mais visibilidade, graças aos movimentos LGBT. A homofobia, que se manifesta por meio de crimes, agressões, intolerância, sugere que o recurso à violência é uma maneira de expulsar a violência do próprio sujeito. (GIRARD, 2004).

Por meio da violência, o indivíduo tenta evacuar o insuportável da diferença que o outro lhe mostra; é uma tentativa de garantir a qualquer preço a verdade individual que se vê ameaçada quando outra forma de pensar, outro jeito de ser – outra sexualidade, os movimentos feministas, as reivindicações das minorias – enfim, outra organização simbólica, mostram-nos que a verdade é uma invenção interpretativa, cujos conceitos são datados, e que dura até que outra verdade venha substituí-la (FOUCAULT, 2000/1979). Todos os movimentos que acarretam mudanças sociais são, na grande maioria das vezes, mal recebidos, por ameaçar a hegemonia discursiva dominante.

Um exemplo interessante: em Berlim, no fim do séc. XIX, havia mais de 40 bares gays e uma centena de publicações. Duas revistas – *Der Eigene* e *Sappho und Sócrates* – eram facilmente achadas na bancas de jornal. *Der Eigene* , fundada em 1986 pelo fotógrafo, poeta e anarquista Adolf Brand, foi o primeiro jornal no mundo dirigido ao público homossexual em defesa de seus direitos. Ela tinha na Grécia Antiga o exemplo de ideal da "cultura masculina". No mesmo ano, Oscar Wilde foi preso na Inglaterra. Embora, sem dúvida, tenha sido uma iniciativa pioneira, não havia lugar para as mulheres homossexuais, o que mostra que a discriminação continuava.

Em 1897 foi criada na Alemanha a primeira organização pelos direitos dos homossexuais e em 1919 Hirschfeld fundou o Instituto para a Ciência Sexual, que abrigou a maior biblioteca sobre a questão homossexual. Em 6 de maio de 1933 o instituto foi atacado e as 12 mil obras e mais de 35 mil fotos foram queimadas. Com a ascensão do nazismo, todo esse movimento de vanguarda foi eliminado. É o ano em que Hitler elimina Röhm e outros líderes da SA. A homofobia cresce apoiado na ideia de que só um povo que tivesse muitos filhos pode ser hegemônico. Em 1934, registram-se 766 condenações de homossexuais. Com a criação do *Escritório Central do Reich* para combater a homossexualidade, esse número subiu para 4 mil e, em 1938, são 8 mil condenações. Em 1937, o jornal *Das Schwrze Korps* denuncia a existência de 2 milhões de homossexuais e defende seu extermínio. Contudo, desde 1936 eles já eram enviados aos campos de concentração. Estima-se que 15 mil homossexuais tenham sido exterminados nesses campos, e que mais de 500 mil tenham morrido em prisões, em execuções sumárias, suicídios ou experimentos médicos.

Como vimos nesse exemplo, embora o movimento que surgiu no final do século XIX na Alemanha tenha sido pioneiro, a discriminação e o preconceito com as mulheres homossexuais estava presente. Isso sugere,

em minha opinião, que o preconceito sempre existiu em qualquer cultura.

Nesse sentido, a luta contra a homofobia não é fácil, pois, não raro, vemos aqueles que lutam efetivamente contra ela exibirem preconceitos e intolerância em outras áreas, sobretudo quando se sentem não contemplados em suas reivindicações. A grande luta, a meu ver, deveria ser contra a discriminação. Evidentemente que programas de ensino que discutam os direitos do cidadão podem propor uma reflexão que poderá levar a uma revisão de valores, diminuindo consideravelmente o preconceito. Mas, se estamos falando de direitos, alguém poderia alegar – como ocorreu em um debate de que participei – que ele tem o direito de não gostar disso ou daquilo. Ora, direito ele tem. Entretanto, o que não se justifica é a discriminação. Não é necessário lembrar o preconceito presente no interior dos movimentos gays contra algumas expressões da sexualidade: pessoas muito afeminadas ou masculinizadas, travestis, transexuais e outros tantos que trazem questionamentos à sexualidade do sujeito.

Acredito que aqui caiba uma crítica a alguns movimentos *gays*, tanto no Brasil quanto no exterior. Apoiados na existência de uma suposta "identidade homossexual", esses movimentos criam guetos ideológicos que tocam a heterofobia. O mesmo ocorre com algumas sociedades de profissionais nos EUA, sobretudo na Califórnia, em que apenas homossexuais são admitidos, pois se defende que só homossexuais "entenderiam" os homossexuais. Como se os homossexuais fossem algo diferente, uma classe à parte, que necessitasse de medidas especiais. Não estariam, assim, revertendo sobre si o discurso do qual se dizem vítimas e perpetrando, mais uma vez, a violência simbólica que os discrimina?

Evidentemente, no que diz respeito às leis que garantam seus direitos de cidadãos e os protejam contra a segregação, a questão é outra. No sentido de um grupo, a identidade pode ser compreendida como um espaço político que possui um programa de ação atuante, uma luta comum, uma reivindicação. Trata-se da luta por direitos iguais. Nada impede que exista uma "união", uma "identidade política" em torno de uma causa comum: contra a exclusão e em prol da cidadania, seja o sujeito gay ou não.

Como sabemos, a construção da psicossexualidade do sujeito é um longo processo que se dá por meio de identificações. Entre as identificações, encontra-se o sistema de valores, que é sempre uma construção que varia segundo a cultura e o momento histórico, que informa ao sujeito o que, naquela sociedade, é permitido, proibido,

incentivado, reprimido, e assim por diante. Faz parte desse sistema o modo de viver a sexualidade, ou seja, o que seria uma sexualidade "normal" e, por extensão, uma sexualidade "patológica" (leia-se: aquela que vai contra a socialmente aceita).

Em nossa cultura, aprendemos, desde que nascemos, que a única sexualidade lícita, correta, aceitável, é o modelo heterossexual. Ou seja, a cultura é heterossexista. As expressões da sexualidade que não se encaixam no modelo hegemônico são descartadas e, como vimos, até mesmo tratadas como doenças. O modelo homossexual de viver a afetividade e a sexualidade faz parte das sexualidades ditas desviantes. Esse valor negativo, assim como o positivo em relação às heterossexualidades, é introjetado pelo sujeito em constituição. Entendemos então, facilmente, o porquê da homofobia entre os próprios homossexuais[102].

O discurso social constrói as referências simbólicas do masculino e do feminino e dita os parâmetros que definem a "sexualidade de normal". Consequentemente, o sujeito homossexual, marcado pelos ideais da sociedade, se sente "desviante", posto que excluído do discurso dominante. Os homossexuais nascem em uma sociedade cuja organização simbólica cedo lhes ensina que sua forma de viver a sexualidade é errada. Uma pessoa durante um processo analítico disse: "Primeiro aprendi que ser homossexual era anormal. Depois, descobri que era homossexual. Ou seja, que eu era anormal. O que fazer?" Esse, e inúmeros outros exemplos, traduzem a luta interna entre a verdade do sujeito e os valores socialmente introjetados.

Como vimos, somos condenados à identificação por falta de identidade, e os processos identificatórios são tributários do sistema de valores da cultura da qual emergem. É mediante todo esse processo que a cultura nos "humaniza", mostrando, ao mesmo tempo, sua diversidade e desconstruindo a ideia de uma natureza intrínseca e reguladora.

---

102 - A introjeção da homofobia pode estar presente, por exemplo, naquelas pessoas que dizem que "a primeira coisa que faço quando conheço alguém é dizer que sou gay". Ora, acredito que ninguém tenha a necessidade de falar, como apresentação, que é hétero. O mesmo vale em situações em que o sujeito reúne a família para contar que é gay e, ainda pior, desculpar-se, às vezes em prantos, pelo desgosto que traz à família. A esses exemplos, poderia acrescentar vários outros.

Nenhum indivíduo nasce "sexuado" e tanto a sexuação quanto a subjetivação e a identidade são produtos finais das relações que o recém-nascido estabelece com os outros (BUTLER, 1990). O fato de nascermos "sexualmente indiferenciados" faz que as diferentes expressões da sexualidade sejam tributárias das relações de poder – heterossexuais – responsáveis, entre outras coisas, pela homofobia.

Se, como nos informa a psicanálise (FREUD, 1915), a pulsão sexual não tem objeto fixo de satisfação, ninguém está ao abrigo de ser interpelado(a) por um objeto que evoque moções pulsionais homossexuais. Entretanto, a hegemonia discursiva dominante, que impõe a forma "correta" da sexualidade, inibe toda expressão da pulsão sexual que escape à norma socialmente construída. Ao criar uma camisa de força do tipo "ou x ou y", ou heterossexual ou homossexual, a organização simbólica não apenas impede uma fluidez pulsional menos conflitual, como impõe um discurso dogmático estigmatizante, que classifica os sujeitos como normais ou desviantes a partir de sua orientação sexual.

Penso que é justamente neste ponto que alguma forma de ação pode ser feita. Ao longo de meu trabalho teórico-clínico, tenho sido chamado a dar conferências em escolas sobre questões do cotidiano ligadas à sexualidade. Observo que os projetos de "educação sexual" não propiciem espaço para que as sexualidades (insisto no plural) sejam discutidas, fazendo que não surtam efeito algum. O silêncio acerca da existência das diversidades pode fazer que uma corrente libidinal passe a ser sentida pelo sujeito como desviante. Ao sublinhar uma determinada forma de manifestação pulsional, o imaginário social, no qual a escola está imersa, está não apenas impedindo o curso sadio das pulsões sexuais, mas talvez – e isto pode ser perverso – direcionando a futura orientação sexual da criança.

Discutir e desconstruir os argumentos que sustentam a existência de uma sexualidade normal é a única maneira de propiciar um enfrentamento à patologização e à homofobia. Que este encontro permita assentar as bases para esta empreitada.

Obrigado pela atenção de vocês.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. In: **BAGOAS** - estudos gays, gêneros e sexualidades, Natal, 2, 71-93, 2008

_____. A nova ordem repressiva**.** In: **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, 30 (4), 738-751, 2010.

_____. Mitos, sexualidade e repressão. In: **Revista Ciência e Cultura**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (no prelo).

CECCARELLI, Paulo R.; SALLES, Ana C. A invenção da sexualidade. In: **Reverso:** Revista do Círculo Psicanalítico de M. G., ano XXXII, 60, 2010.

FOUCAULT, Michel. **La volonté de savoir**. Paris, Gallimard, 1976.

_____. (2000). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, Sigmund. (1915). Pulsões e destino da pulsão. In: **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, V. 1.

_____. (1917). O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: **Conferências introdutórias sobre a psicanálise**. E. S. B., 1976, X VI.

GIRARD, René. **Les origines de la culture**. Paris : Desclée de Brouwer, 2004.

GREGOR, Thomas. **Anxious Pleasures**: the sexual lives of an Amazonian people. Illinois: The University of Chicago Press, 1987.

Esta publicação traz textos preparados pelos palestrantes do Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos, realizado em junho de 2010, em Brasília, pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Psicologia. O evento teve como objetivos socializar experiências, demandas recebidas pelos Conselhos e dialogar com a categoria sobre as relações entre Psicologia e diversidade sexual.



SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104